

# YANOMAMI

## tragédia sem fim

---

Alcida Rita Ramos  
Karenina Vieira Andrade  
Organizadoras



EDITORA  
INEAF

**ABA** PUBLICAÇÕES

2024

**YANOMAMI**  
**tragédia**  
**sem fim**



**Universidade Federal do Pará - UFPA**

Reitor - Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor - Gilmar Pereira da Silva

**Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF**

Diretor - Luis Mauro Santos Silva

Diretora-Adjunta - Soraya Abreu de Carvalho



**EDITORA**  
INEAF

**Editora do INEAF**

Editora-Chefe - Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Editor-Executivo - Cauã Victor C. da Silva

Editor-Assistente - Carlos Valério Aguiar Gomes

1ª Secretária - Naiara Soraia Lisboa Lima

2ª Secretária - Danillo Vaz Costa

**Conselho Científico**

Brian Garvey - Universidade de Strathclyde

Carlos Valério Aguiar Gomes - UFPA

Elder Andrade de Paula - UFAC

Fábio Leandro Halmenschlager - UFPA

Gregory M. Thaler - Universidade da Geórgia/USA

Gutemberg Armando Diniz Guerra - UFPA

James Fraser - Universidade de Lancaster

Jeffrey Hoelle - Universidade da Califórnia/USA

Laure Emparaire - Institut de Recherche pour le Développement (IRD)

Maurício Gonsalves Torres - UFPA

Paulo Fernando da Silva Martins - UFPA

Sônia Barbosa Magalhães - UFPA

# **YANOMAMI**

## **tragédia sem fim**

---

**Alcida Rita Ramos**  
**Karenina Vieira Andrade**  
**Organizadoras**



**EDITORA**  
**INEAF**

**ABA** PUBLICAÇÕES

**2024**

**COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS  
DA ABA - CELCA (GESTÃO 2023-2024)**

**Coordenador**

Carlos Alberto Steil (UFRGS, UNICAMP)

**Vice-Coordenadora**

Tânia Welter (Instituto Egon Schaden)

**Integrantes**

Edimilson Rodrigues (FAMES)

Eva Lenita Scheliga (UFPR)

Marcelo Moura Mello (UFBA)

Martina Ahlert (UFMA)

Nathanael Araújo da Silva (Unicamp)

**CONSELHO EDITORIAL**

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

Fabio Mura (UFPB)

Jorge Eremitas de Oliveira (UFPel)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (Ufam)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA  
DIRETORIA (MANDATO 2023-2024)**

**Presidenta**

Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG)

**Vice-Presidente**

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos  
(UFPA)

**Secretária Geral**

Deborah Bronz (UFF)

**Secretária Adjunta**

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

**Tesoureiro Geral**

Guilherme José da Silva e Sá (UnB)

**Tesoureiro Adjunto**

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

**Diretora**

Flávia Melo da Cunha (UFAM)

**Diretor**

Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

**Diretor**

Tonico Benites (CEFPI - MS)

**Diretora**

Denise Fagundes Jardim (UFRGS)

**ABA** PUBLICAÇÕES

[www.portal.abant.org.br](http://www.portal.abant.org.br)

UNB - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa norte  
Prédio do ICS - Instituto de Ciências Sociais  
Térreo - Sala AT-41/29 - Brasília/DF  
CEP: 70910-990

Aos povos Yanomami e Ye'kwana

Agradecemos ao Instituto Clima e Sociedade, à Fundação Ford, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (processo 409903/2022-1), pelo apoio recebido.

Projeto Gráfico, Revisão - Lais Zumero  
Criação e Produção Editorial - Lais Zumero  
Editoração - Ezequiel Noronha Jr.  
Imagem - detalhe de cestaria Yanomami

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Biblioteca do INEAF/UFGA/Belém-PA

Y21 Yanomami: tragédia sem fim / Alcida Rita Ramos, Karenina Vieira Andrade (org.) – Belém: INEAF; Brasília, DF: ABA Publicações, 2024.  
168 p.: il. color.

Inclui bibliografias.  
ISBN 9786589473121  
ISBN 9786589473138 (Livro Digital)  
DOI 10.48006/978-65-8947-313-8

1. Yanomami – Amazônia. 2. Antropologia. 3. Etnologia. I. Ramos, Alcida Rita, org. II. Andrade, Karenina Vieira, org.

CDD 22. ed. – 980.41

Elaborado por Naiara Soraia Lisboa Lima – CRB- 2/1563

# Sumário

Apresentação, 9

*Andrea Zhouri*

*Sônia Magalhães*

I - Introdução, 13

*Alcida Rita Ramos*

II - Terra intoxicada

1 - Garimpo de ouro na Amazônia. A origem da crise sanitária que assola o povo Yanomami, 25

*Paulo Basta*

2 - O garimpo na Terra Yanomami ontem e hoje, 88

*Marciane Rocha*

III - Saúde destroçada

1 - A experiência do Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami (PEASY, 1990), 94

*Maria Stella Castro Lobo*

2 - Essa luta não é pouca, 106

*Clara Opoxina*

IV - Laboratório de genocídio

1 - Contra a desumanização dos Yanomami, 117

*Luciano Mariz Maia*

V - Depoimentos

1 - Dario Kopenawa Yanomami, 131

2 - Júlio Ye'kwana, 134

3 - Ivo Macux, 137i

VI - Conclusão

Genocídio Yanomami ontem e hoje: vidas em risco, resistência indígena e desafios para o futuro, 144

*Karenina Vieira Andrade*

Pós-escrito, 161

Autoras e autores, 165



## Apresentação

A diretoria 2023-2024 da ABA, cujo lema é *Corpos, Territórios e Meio Ambiente: a Antropologia em defesa dos direitos, da pluralidade e da vida*, assumiu em janeiro de 2023 e logo se viu diante de duas situações que chocaram a sociedade brasileira: de um lado, o ataque terrorista à Esplanada dos Ministérios, ocorrido no dia 8 de janeiro, após a posse de um novo governo eleito democraticamente. E, de outro, a crise humanitária vivida por povos que habitam a Terra Indígena Yanomami: Yanomami, *Ye'kwana* e grupos Yanomami que vivem em situação de isolamento voluntário (Isolados da Serra da Estrutura; Isolados do Amajari; Isolados do Auaris/Fronteira; Isolados do Baixo Rio Cauaburis; Isolados Parawau; e Isolados Surucucu/Kataroa).

Essa situação, amplamente divulgada pela imprensa após a visita de governantes ao Estado de Roraima, muito comoveu a sociedade brasileira e, em particular, a comunidade de antropólogos, sem, contudo, surpreendê-la. Afinal, há mais de meio século, antropólogos e antropólogas vêm pesquisando os povos indígenas que vivem na Terra Indígena Yanomami, demarcada em 1991 e homologada em 1992, nos estados de Roraima e Amazonas, sendo testemunhas, com método e rigor – por meio de teses, livros, artigos e

notas públicas – das constantes ameaças e violências contra esses povos, a exemplo do “Genocídio de Haximu”, em 1993, há exatamente três décadas.<sup>1</sup>

A invasão dos territórios indígenas e o assalto aos seus recursos têm sido fartamente documentados na produção antropológica e em ações civis públicas impetradas pelo Ministério Público Federal, mesmo com a vigência da Constituição de 1988 que garante a sua proteção e salvaguarda. Observe-se que não se trata de ações individuais, isoladas, mas de variadas conjunturas e situações de omissão do Estado brasileiro que faculta ações de violação aos direitos indígenas, muitas das quais podem ser caracterizadas como genocídio.

No contexto mais recente (2016 a 2022), em que o país viveu sob a égide de governos avessos aos interesses indígenas, foram inúmeras as manifestações de alerta da Associação Brasileira de Antropologia sobre a dramática situação que acometia e acomete os Yanomami<sup>2</sup> e outros povos indígenas.

Atualmente, a ABA segue vigilante ao longo processo de discussão e julgamento do chamado “Marco Temporal”, originado no pedido de reintegração de posse movido pelo Estado de Santa Catarina, em 2009, contra o povo Xokleng e

---

1 A propósito do genocídio de Haximu, ver CCPY. Documentos Yanomami, nº1, 2001. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/YAD00408.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2023.

2 Para uma síntese, ver nota Yanomami: tragédia humanitária anunciada, emitida pela ABA e sua Comissão de Assuntos Indígenas em 24 de janeiro de 2023. Disponível em <http://www.portal.abant.org.br/2023/01/24/Yanomami-tragedia-humanitaria-anunciada/>. Acesso em 27 de maio de 2023.

contra a Fundação Nacional do Índio (Funai), sobre um território demarcado em 2001, ocupado pelos Xokleng e seus ancestrais, e onde hoje vivem, também, indígenas das etnias Guarani e Kaingang, a TI Ibirama La-klãnõ<sup>3</sup>. Além da contenda judicial, chega também em 2023 ao Senado Federal o Projeto de Lei 2903<sup>4</sup>, originário da Câmara Federal onde tramitava, desde 2007, com a denominação PL 490. Tal Projeto de Lei, conforme já advertido pela ABA, não apenas inviabiliza novas demarcações de terras indígenas, mas ameaça territórios homologados e institui permanente insegurança no que diz respeito aos direitos dos povos originários assegurados constitucionalmente.

Diante das imagens dos Yanomami que estarreceram a sociedade no início de 2023, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em sintonia com a sua história de compromisso com a divulgação do conhecimento científico antropológico e com o dever ético de denunciar as situações que ferem os direitos e a existência dos povos com os quais desempenha seu ofício, reuniu especialistas das áreas de antropologia, saúde e direito, além de representantes indígenas para, numa série de três webinários divulgados pela TV ABA<sup>5</sup>, apresentar subsídios técnicos, antropológicos e ju-

---

3 Ver pronunciamento da Presidente da ABA no Senado Federal <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=25804> . Ver também: <http://www.portal.abant.org.br/2023/05/23/a-tese-do-marco-temporal-o-destino-das-terras-indigenas-em-julgamento-no-stf/>

4 Ver nota: Não ao Marco Temporal! <http://www.portal.abant.org.br/2023/07/06/nota-da-cai-contra-o-projeto-de-lei-2903>

5 Os webinários estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/@TVABA/featured>

rídicos para a compreensão da situação e a proposição de ações voltadas para a resolução da crise humanitária com evidências de genocídio do povo Yanomami, Ye'kwana e dos grupos em isolamento voluntário.

As ações do governo brasileiro de desintrusão e proteção da Terra Indígena Yanomami prosseguem, assim como prosseguem as ações de atenção à saúde e segurança alimentar, sem que, contudo, a situação tenha sido resolvida até o presente momento. A ABA reitera o seu compromisso histórico de defesa dos direitos humanos e segue atenta às ações que ameaçam os territórios dos povos tradicionais no Brasil e destituem direitos constitucionais das populações originárias.

A ABA agradece a todas e todos os participantes do webinar e, em particular, à Professora Alcida Rita Ramos, estu-  
diosa da sociedade Yanomami que, com Karenina Vieira An-  
drade, dedicada à pesquisa com o povo Ye'kwana, organizou  
o presente livro.

Brasília, 5 de julho de 2023

Andrea Zhouri  
Sonia Magalhães  
(Gestão 2023-2024)

## I - Introdução

Alcida Rita Ramos

Começo com uma imagem de leveza benfazeja, depois de quatro anos de pesadelo ininterrupto. Imagem que todos viram nos meios de comunicação, quando a nova Presidente da Funai, Joênia Wapichana, entregou ao recém-eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o relatório *Yanomami sob ataque* (citação completa na conclusão deste volume). Peça de altíssima qualidade, esse documento é fundamental para entendermos a que ponto chegou a insana invasão garimpeira na Terra Indígena Yanomami (TIY). As fotos não são de pessoas, mas da TIY, quase toda escavada por imensas crateras em operações garimpeiras de terra arrasada. As imagens dão uma impressão de *Mad Max*, como se fosse a Terra ainda sangrando depois da Terceira Guerra Mundial. Recomendando fortemente a leitura desse relatório, que nos dá uma ideia da dimensão astronômica dessa tragédia.

A outra publicação é o livro *30 Anos, Terra Indígena Yanomami. O Futuro é Indígena*, de 2022, que comemora o terceiro aniversário da demarcação e da homologação da TIY. É uma produção do Instituto Socioambiental (ISA) com a Hutukara Associação Yanomami. Espero que ele seja divulgado rápida e amplamente, porque, além de abordar inúmeros aspectos da realidade Yanomami atual, também nos mostra

que, nas três últimas décadas, duas coisas importantes aconteceram: a rede de apoiadores da causa Yanomami que trabalham em contato imediato e constante com os Yanomami cresceu de maneira extraordinária e, ainda mais auspiciosa, a participação ativa e direta dos próprios indígenas na arena política das relações interétnicas.

Essas são duas das razões pelas quais o livro me dá tanta satisfação. Quando comecei a me envolver com os Yanomami – ou quando os Yanomami começaram a me envolver – éramos pouquíssimos. Éramos eu, meu ex-marido Ken Taylor, um jovem francês chamado Bruce Albert, um jovem inglês, Nicholas Cape, uns cinco ou seis estudantes da UnB e membros da então chamada Prelazia de Roraima, da Ordem italiana da Consolata. Cada um se desdobrava em três ou quatro para dar conta das demandas de assistência aos Yanomami que, nos anos 1970, eram assolados pela construção da quimérica rodovia Perimentral Norte. Agora, 30 anos depois, vejo o sumário desse livro e me espanto com a quantidade de pessoas que trabalham em prol dos Yanomami e Ye'kwana, e deles próprios projetando sua voz no mundo ao redor e além. Note-se que os participantes do volume são apenas uma fração do todo que compõe a rede em prol dos Yanomami. É um desdobramento para mim inesperado e, claro, muito bem-vindo. Na verdade, foi uma grande surpresa ao me dar conta de que novas gerações de pesquisadores de várias áreas se interessam, visceralmente, pelo destino dos Yanomami. Minha satisfação é enorme, porque, afinal,

me faz ver que o nosso trabalho árduo naqueles primeiros tempos não só não foi em vão, como prosperou além das expectativas. Talvez seja pretensioso da minha parte, ou da nossa parte, mas quero crer que o nosso esforço de poupar os Yanomami das agruras do contato interétnico indiscriminado e cruel, de evitar que eles passassem por aquilo que centenas de povos indígenas passaram ao longo de 500 anos – e muitos não sobreviveram – serviu para alguma coisa. Pode ser uma ilusão de quem percebe os povos indígenas como um futuro possível para a humanidade e não como um passado descartável. Se for, é uma ilusão construtiva à qual vale a pena nos agarrarmos.

Antes de continuar, preciso me localizar no espaço e no tempo; melhor ainda, localizar primeiro os próprios Yanomami para o público mais geral. Os Yanomami pertencem a uma grande família linguística, tão grande que se subdivide em várias línguas diferentes. Sempre presumi, seguindo o linguista Ernesto Migliazza, que eram apenas quatro línguas principais, porém, estudos mais recentes distinguem mais duas línguas que antes eram interpretadas como dialetos de outras. Embora distintas, essas línguas são mutuamente inteligíveis em graus variados, pois algumas são mais próximas e outras mais distantes, o que reflete o tempo de separação entre seus falantes ao sabor de múltiplas migrações durante os últimos três ou quatro séculos. Só como ilustração, lembro que nós vivemos situação semelhante com nossas línguas latinas; talvez as mais próximas sejam o português e o

espanhol, com italiano, francês, romeno, etc, se afastando cada vez mais do nosso idioma. Essa é a paisagem linguística que encontramos na TIY, sem falar da língua Ye'kwana que, sendo da família Caribe, nada tem a ver com a Yanomami e, por contraste, mantém-se una em toda sua extensão.

Se tivéssemos que caracterizar os Yanomami como um todo por apenas um traço cultural, eu seguiria Maurice Seiji Tomioka Nilssen, geógrafo da nossa Velha Guarda Pró-Yanomami, que tem trabalhado continuamente com eles. No livro dos 30 anos aqui citado, Maurice define-os como “o povo do movimento”. Eles se movem por tradição e por gosto e contribuem muito para descartar de uma vez por todas a falácia do nomadismo. Seus movimentos são detalhadamente planejados, controlados, intencionais, seja ao mudar de aldeia, seja ao mapear e usar lugares de caça, de pesca e de coleta. Com a destruição ambiental perpetrada pelo garimpo, esses movimentos e esses lugares praticamente desapareceram nos últimos quatro anos, mas esperamos que, debelada a crise atual, os Yanomami os recuperem, como fizeram na virada do milênio. Em algumas áreas, uns poucos oásis no inferno em que a TIY se transformou, em comunidades como as do alto Rio Negro e do Demini, os Yanomami ainda são poupados dos massacres que assolam a densa população das serras do Parima e que parecem não ter fim. Mas, se aprendemos alguma coisa com a história recente de depredação ambiental e humana, arriscamos dizer que vai chegar o dia em que os Yanomami terão tudo isso de volta.

À custa de um sofrimento espantoso, aprenderão mais uma amarga lição sobre como desenvolver uma plena consciência do que é o ímpeto colonizador do chamado Ocidente e como se equipar para combater outros ciclos de destruição.

Sobre dados demográficos, o que temos à mão não garante total fidedignidade, mas nos dá uma ideia do volume populacional da família Yanomami. Aproximadamente, portanto, nos anos 1960, havia mais Yanomami vivendo na Venezuela do que no Brasil, situação que hoje se inverte. Agora, são cerca de 10 mil Yanomami vivendo do outro lado da fronteira numa reserva, a Biosfera Alto Orinoco-Casiquiare, com nada menos que 8 milhões de hectares. No Brasil, segundo os números mais recentes, a população Yanomami seria de uns 26 mil, vivendo em cerca de 230 comunidades que, juntamente com os Ye'kwana, menos numerosos aqui do que na Venezuela, ocupam a TIY. Esse número está sempre em fluxo, porque uma comunidade de hoje pode se tornar duas amanhã ou, menos comum em tempos normais, se agregar a outra, desaparecendo como entidade própria. Esse é o povo em movimento que não se prende a números fixos. É sempre uma estatística que não é estática. A nossa TIY no Brasil, que foi demarcada em 1991 e homologada em 1992, tem cerca de 9,5 milhões de hectares. É grande? É! Tem razões para ser grande? Muitas, porque um povo em movimento não pode ficar enjaulado num pedaço insuficiente de terra. Aliás, nenhum povo indígena do Brasil ou de qualquer outro lugar merece ficar enjaulado em migalhas de terra.

Comecei a minha pesquisa de campo em 1968 em Auaris já na divisa com o território Yanomami/Ye'kwana na Venezuela, na terra da nossa companheira-autora Marciane Rocha, quando seu pai Ye'kwana, Tomé, nosso guia na jornada de saúde dos anos 90, era jovem como eu. Fiz um período longo de trabalho de campo, com um hiato, logo no início, para que Ken Taylor se curasse de uma hepatite. Poucos meses depois, voltamos a Auaris para continuar as pesquisas junto aos Sanumá, o grupo mais setentrional da família Yanomami. Ficamos 18 meses ininterruptos, indo de uma aldeia Sanumá para outra, permanecendo mais tempo na aldeia de Auaris, onde se instalara uma missão da MEVA (Missão Evangélica da Amazônia), e na aldeia conhecida na época como Kadimani, que nos proporcionou uma paisagem etnográfica de dar inveja a Malinowski. Era, realmente, um paraíso etnográfico sem praias, mas com montanhas, porque não havia outros forasteiros além de nós dois. Algumas mulheres se divertiam em me apalpar para se certificarem da minha humanidade, porque tive o raro privilégio de ser a primeira mulher branca que elas viam na vida. Esses episódios estão tão incrustados na minha memória que, sem querer ser melodramática, é uma pena que desapareçam quando eu morrer. Foi uma experiência extremamente tocante. Naquele momento, só nos ocupávamos com uma coisa: a pesquisa antropológica. Não havia ameaças de invasão, de epidemias, de submissão. As ameaças mais sérias vinham de um casal de missionários da MEVA, por sinal, pais de família muito gentis e prestativos, e

uma enfermeira brasileira que conseguia a proeza de juntar a jinga baiana com o fundamentalismo evangélico e conviver em harmonia e humor com dois povos indígenas tão diferentes quanto os arquétipos de Ruth Benedict: os Apolíneos Ye'kwana e os Dionisíacos Sanumá. Era na pista de 300 metros da Missão que chegávamos em monomotores Cessna, muitas vezes, furando grossas nuvens para aterrissar e testando a nossa boa forma emocional e etnográfica.

Vinte anos, uma tese, dois livros e vários artigos depois, fomos proibidos de entrar na área. Essa proibição foi engendrada por vários agentes de Estado, mas, especialmente, por uma pessoa. Ocasionalmente, comento com amigos que, no dia em que essa pessoa for presa, como se espera da justiça deste país, comemoro com uma garrafa de champanhe Veuve Clicquot! Essa pessoa é o ex-presidente da Funai, ex-governador de Roraima, ex-senador pela mesma Roraima, Romero Jucá. Romero Jucá, os militares, José Sarney ... Era um tempo, como dizer, era um tempo de grande desassossego entre nós, que trabalhávamos com os Yanomami e fomos sumariamente barrados. Quem foi proibido de entrar na área? Antropólogos, as equipes de saúde e os missionários católicos – os evangélicos não foram afetados – da prelazia de Roraima: Padre Giovanni Saffirio e Carlo Zacchini. E por quê? Porque naquele momento a terra Yanomami estava invadida por garimpeiros que, na época, dobravam o número de hoje, chegaram a ser 40 mil! Não ocupavam a extensão de hoje, mas foram suficientes para fazer um enorme

estrago na terra e na vida dos Yanomami. Como as técnicas de garimpagem eram mais artesanais, a destruição que causaram, embora muito grande, não chegou às dimensões de hoje. Dois indicadores dramáticos marcam aqueles tempos: Boa Vista passou a se destacar por um aumento inusitado de casos de AIDS, enquanto seu aeroporto era o terceiro mais movimentado do país!

Em 1978, é criada a CCPY – na época, a sigla para Comissão pela Criação do Parque Yanomami, posteriormente, Comissão Pró-Yanomami – por uma frente bem aguerrida composta de Claudia Andujar, Bruce Albert e Carlo Zacquini. Naquele momento, eu estava fora do Brasil; quando voltei, juntei-me a eles. Começou então uma gigantesca e prolongada campanha Pró-Yanomami no Brasil e no exterior. Há uns dias, alguém postou na Rede Pró-Yanomami uma matéria de Carlos Drummond de Andrade de 1979, dizendo: “Não deixem acabar com os Yanomami”. Essa matéria foi um dos muitos produtos dessa campanha, principalmente, por parte de Claudia que, com suas exposições fotográficas, aparições públicas, pronunciamentos, chamou a atenção do mundo para o drama dos Yanomami.

Porém os esforços para proteger as terras Yanomami não começaram ali. Ainda durante nossa pesquisa de doutorado, em 1970, tanto Ken Taylor e eu, como os missionários da Prelazia, independentemente, redigimos propostas de demarcação da terra, embora, naquela época, ainda nem soubéssemos os seus limites. Ficamos sabendo da extensão

da TIY, quando os militares, com seu Plano de Integração Nacional (PIN), criaram, entre outras coisas, o Projeto Radambrasil, cujo propósito era mapear os recursos minerais da Amazônia.

Quando chegaram a Roraima, na Serra de Surucucu, coração da TIY, expuseram ao mundo a quantidade de minérios ali existentes. Como era de esperar, chamaram a atenção de mineradores e, principalmente, de garimpeiros. Começou aí a movimentação para invadir a área. Havia um líder dos garimpeiros, José Altino Machado, que, no dia de carnaval de 1989, organizou uma grande invasão. Duzentos homens, vestindo fardas do exército, tomaram de assalto Surucucu. Altino Machado acabou preso, mas continuou mirando a terra Yanomami e passou a frequentar o noticiário como um dos grandes inimigos dos Yanomami. O fiasco foi momentaneamente debelado, mas abriu o caminho para uma invasão constante e crescente. Em 1991, já havia muitas das características que vemos hoje: epidemias de malária alastradas pelo território, desnutrição infantil, doenças contagiosas, enfim, todos os ingredientes ligados ao crime de genocídio que agora vemos com lente de aumento. Enquanto isso, continuávamos todos proibidos de entrar na área. O Presidente da República era José Sarney, que herdou o cargo com a morte de Tancredo Neves, que nem chegou a assumi-lo, depois de ter sido nomeado, não eleito, para ser o primeiro presidente civil em mais de duas décadas. Foi, portanto, Sarney que recebeu todo o impacto do escândalo

internacional que causou a entrega da sorte dos Yanomami aos garimpeiros invasores. Vinham jornalistas de vários países. Um deles, do Miami Herald, durante uma entrevista, esclareceu que esses jornalistas fretavam teco-tecos dos garimpeiros, chegavam à área e fotografavam cenas horripilantes de desnutrição avançada, mata transformada em lama, e, uma imagem que me ficou na memória, o cadáver de um homem Yanomami atravessado numa trilha da mata. Naturalmente, essas imagens chocaram o Brasil e o mundo e mais um escândalo explodiu. O que fez o Presidente Sarney? Chamou de volta todos os que estavam proibidos de entrar na terra Yanomami para ajudar a apagar o fogo que consumia a reputação do Brasil lá fora. Foi assim que voltamos a trabalhar junto aos Yanomami.

Foi nesse tempo que se criava a Fundação Nacional de Saúde. Fui chamada a participar das reuniões que discutiam a formação do que seriam os Distritos Sanitários Indígenas. Lembrei-me da experiência do médico Noel Nutels, que trabalhara muito bem no Parque Xingu. Sugeri que as equipes médicas deveriam ser volantes e não fixas, estáticas à espera que chegassem os doentes. Acabei voltando a Auaris como intérprete de equipes médicas. A princípio, parecia que tudo estava normal. Era o mês de maio de 1991. Depois de notícias preocupantes sobre uma crise de saúde na aldeia Kadi-mani, chegaram à Missão Auaris praticamente todos os seus residentes. Pelo caminho que levava a casa que eu havia ocupado no fim do ano anterior, veio uma fila indiana de semi-

mortos, os menos fracos carregando os mais fracos nas costas, apoiados em bastões, corroídos pela malária. Chegaram à minha casa e se deixaram cair no chão. Começou então um intenso período de busca ativa, tratamentos, aquisição de distribuição de alimentos.... Foi preciso comprar comida em Boa Vista, pois os recursos dos habitantes de Auaris eram escassos demais para alimentar mais uma aldeia inteira. Conseguimos, afinal, recuperar o povo de Kadimani depois de semanas de extrema tensão e muito sofrimento.

Pouco tempo depois, foi criada a organização URIHI Saúde Yanomami que, com recursos do governo federal, deslançou um dos programas mais bem-sucedidos em erradicação da malária e desnutrição infantil. Conseguiu debelar a malária numa enorme área do território Yanomami e trouxe tranquilidade para os Yanomami e Ye'kwana e para quem frequentava suas aldeias. Terminado o mandato de Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 2003, o governo que o sucedeu (Lula 2) acabou por dismantelar um programa que estava dando excelentes resultados. Foram retirados da área os técnicos, enfermeiros e outros profissionais que sabiam lidar com os Yanomami e substituídos por pessoas mais comprometidas com a política partidária do que com a saúde indígena. Em poucos meses, a malária e os outros males estavam de volta, cobrando vidas como de costume. Acabara a fase áurea da saúde com a malária debelada e a vida voltando ao normal. Além disso, em momento nenhum, houve a erradicação total dos garimpos, sempre ficavam al-

guns, mesmo depois da pirotecnia do Presidente Fernando Collor, no início dos anos 1990, que mandou dinamitar pistas clandestinas diante das câmeras de televisão. Em seu livro *At the end of the rainbow?*, o geógrafo escocês Gordon Mac-Millan descreve a vida dos garimpeiros em Roraima. Num relato pessoal, ele repetiu o que os garimpeiros lhe disseram: “ah, o Collor liberou a gente, porque as pistas pertenciam aos empresários, aí depois que ele explodiu, nós voltamos lá, tapamos o buraco e agora elas são nossas, então estamos bem, graças ao Collor”!

Tudo isto é apenas uma pálida imagem do que viria 30 anos depois.

## **II - Terra intoxicada**

### **1 - Garimpo de ouro na Amazônia**

#### **A origem da crise sanitária que assola o povo Yanomami**

*Paulo Cesar Basta*

*Médico e Pesquisador*

*Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca*

*Fundação Oswaldo Cruz*

#### **À Guisa de Introdução**

Para iniciar este capítulo propomos uma reflexão sobre a temática desta obra analisando a imagem de um território ancestral expressa na Figura 1. Nota-se uma área cuidadosamente preparada pela Natureza. Sob a ótica ou cosmovisão dos povos originários, é neste território que se constrói a identidade do indivíduo. Em linhas gerais, na concepção dos povos originários não há distinção ou hierarquia entre sociedade e natureza, entre o ser humano e as criaturas que vivem e compartilham o mesmo território. É neste território que se constrói também a identidade do povo, e se forma o pertencimento étnico. É no território ancestral que se promove a cultura no seu espectro mais amplo, considerando a organização social, as relações estabelecidas entre os parentes, a língua, as cerimônias e os rituais, as tradições religiosas, bem como são definidos padrões de consumo e preferência alimentar, entre outros elementos. O território

é fonte de alimento para os povos originários. É no território que se consegue a caça, se obtém o pescado, se faz coleta de produtos sazonais disponíveis na floresta. É o território que fornece a água, elemento vital à vida. Logo, é no território efetivamente que se promove a saúde, a sustentabilidade, e se constitui o bem-viver.



Figura 1: Terra Indígena Jaguapiré-MS, área livre de invasões. Foto: Acervo grupo de pesquisa Ambiente, Diversidade e Saúde, 2018.

A partir de uma perspectiva de reparação histórica aos povos originários, a Constituição Federal de 1988, também conhecida como *Constituição Cidadã*, define em seu artigo 231 que Terra Indígena é “*uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produ-*

*vas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada”.* Desta forma, o Brasil, por intermédio da Constituição Federal de 1988, reconhece a cosmovisão e valoriza a relação que os povos originários estabelecem com seus territórios ancestrais.

Retomando a imagem inicial, agora sob a ótica do colonizador – aquele representante de um modelo totalmente obsoleto de desenvolvimento econômico – a intenção é explorar os territórios, expropriar todas as suas riquezas naturais, tornar a área de domínio privativo, e assim colocar grades e cercas, estabelecendo limites para que só o próprio colonizador ou seus agentes possam explorar a terra e torná-la uma propriedade individual. Desta perspectiva, partem os projetos desenvolvimentistas de exploração de minérios que existem no subsolo, iniciativas de exploração de madeira, de caça e pesca predatórias, de monoculturas de soja e milho, de construção de hidrelétricas, entre outras atividades que visam produzir lucros e ativos para o mercado financeiro, a partir de *commodities*. Segundo Davi Kopenawa Yanomami, os *nape* tem a mercadoria no centro do pensamento (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Portanto, o consumo e o acúmulo de riqueza determinam suas trajetórias e acabam valendo mais do que a vida.

A partir desta reflexão inicial, vamos usar o exemplo do garimpo para entender como o processo do avanço sobre os territórios tradicionais ocorre e quais são as consequências para o ambiente e para a saúde dos povos de origem ancestral. A fim de ilustrar o debate em torno desta temática, o garimpo será apresentado como uma pirâmide, como se fosse um iceberg (Figura 2). Na ponta do iceberg, aquilo que surge primeiro é o mercúrio.

O mercúrio que está na mão do garimpeiro, está na imprensa, é sobre o mercúrio que muitas pessoas têm falado nos últimos tempos. No entanto, é importante lembrar que na base dessa pirâmide existe uma série de outros problemas associados ao garimpo. Quando o garimpo invade um território tradicional, a primeira providência é a derrubada da cobertura vegetal nativa, a mudança no curso dos rios, e a escavação de enormes buracos em busca de minérios. Enfim, ocorrem alterações profundas no ecossistema local, e desta forma inicia-se a devastação da floresta. Essas alterações ameaçam as espécies nativas da fauna e da flora. Os mamíferos de grande porte tais como anta, veado, porco do mato e paca, por exemplo, são afugentados da região. Os animais que não são diretamente abatidos pelos garimpeiros fogem, iniciando um processo de escassez das principais fontes de proteína alimentar para os povos de origem ancestral.

Outro efeito perverso da presença ostensiva do garimpo

é diminuição das áreas agricultáveis, destinadas ao roçado, locais onde as famílias e a comunidade fazem suas lavouras. O desmatamento diminui também as áreas disponíveis para coleta de produtos sazonais como castanha, açaí, bacaba, buriti, pupunha, cogumelos, entre outros alimentos tradicionais, ricos em proteínas e sais minerais, além de uma infinidade de plantas medicinais que a floresta pode oferecer. Ademais, os rios são ativamente contaminados pelo mercúrio que ingressa na cadeia trófica aquática, envenenando peixes, crustáceos, tracajás, jacarés e qualquer outro animal que viva nas águas.

Por sua vez, a invasão de milhares de garimpeiros nos territórios tradicionais provoca impactos profundos na organização social das comunidades. As alterações incluem desde mudanças nos padrões alimentares até a contaminação por mercúrio, passando por violações de direitos e violências de toda ordem. À medida que os alimentos tradicionais se tornam escassos, não havendo mais caça, peixes, nem outros alimentos disponíveis na floresta, os garimpeiros utilizam como estratégia de cooptação, de aliciamento das comunidades, a distribuição de cestas básicas. As cestas básicas costumam ser repletas de alimentos industrializados, ultraprocessados, com altos teores de açúcar, gordura, sódio e baixíssimas concentrações de nutrientes e proteínas. Como

consequência ocorrem alterações severas nos padrões alimentares das comunidades, produzindo um estado permanente de insegurança alimentar (MORAES et al., 2023). O resultado deste perverso processo provoca uma dupla carga de desvios nutricionais nas aldeias, nas quais crianças e idosos que sofrem quadros graves de desnutrição – produzindo imagens tristes de pessoas num estado de caquexia profundo, conforme vem sendo amplamente repercutido na imprensa – passam a conviver com adultos jovens com problemas de sobrepeso, obesidade, diabetes, hipertensão e outras doenças metabólicas que não eram observadas nos territórios tradicionais, antes do contato.

Agravando o processo de desorganização social, para que o garimpo atue no território é necessária uma rede de suporte, que inclui maquinário pesado (pás retroscavadeiras, bicos de jato, dragas, balsas etc.) e combustível para o funcionamento dessas máquinas. Além disso, pode-se dizer que no rastro do garimpo seguem o álcool, as drogas, a prostituição e outras formas de entretenimento para os garimpeiros, no interior da floresta. O álcool, as drogas e a rede de prostituição, visceralmente ligados ao garimpo, constituem o motor propulsor do abuso sexual contra mulheres e crianças nos territórios, e predispõe o espalhamento de infecções sexualmente transmissíveis. Por fim, hoje há indícios da presença do crime organizado associado ao garimpo, o chama-

do narcogarimpo, promovendo o tráfico de armas e a imposição de outras tantas violências decorrentes da presença de milhares de invasores nos territórios tradicionais.

Diante desses impactos, as relações nas comunidades que outrora eram baseadas em troca de mercadorias locais, e em colaboração mútua e cooperação entre as famílias, passam a ser capitalizadas e precificadas em gramas de ouro. Para ilustrar o problema, um saco de 5 kg de arroz pode chegar a custar duas ou três gramas de ouro. Considerando que o grama do ouro no mercado varia entre R\$250,00 e R\$300,00, as pessoas nas comunidades chegam a pagar até R\$1.000,00 para ter acesso a 5 kg de arroz. Para ter acesso a uma hora na internet que é “gerenciada” pelos chefes do garimpo, o indígena terá de pagar cerca de um grama de ouro, o que equivale a R\$250,00 - R\$300,00. Portanto, estão ocorrendo distorções imensas na organização social das comunidades, e os resultados se manifestam não somente na devastação do ambiente amazônico e na contaminação dos rios por mercúrio, mas também no comprometimento do modo de vida tradicional, na segurança alimentar e na dinâmica de transmissão de uma séria de doenças e agravos.



Figura 2: Terra Indígena Jaguapiré-MS, com representação didática dos impactos provocados pelo garimpo ilegal de ouro. Foto: Acervo grupo de pesquisa Ambiente, Diversidade e Saúde, 2018.

Em síntese, na base da pirâmide que representa o processo de invasão dos territórios tradicionais da Amazônia pelo garimpo estão ocorrendo alterações profundas no perfil epidemiológico de adoecimento e morte das comunidades afetadas. Merecem atenção os casos graves de desnutrição que estão sendo noticiados com frequência na imprensa, os casos de violência sexual<sup>1</sup> e o aumento vertiginoso dos casos de malária. Vale lembrar que os impactos provocados ao ecossistema local, incluindo a abertura de cavas para exploração do ouro e outros minérios vão produzir condições apropriadas para reprodução de mosquitos transmissores de doen-

1 <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/03/21/alvos-da-pf-por-exploracao-sexual-em-garimpos-na-terra-yanomami-sao-violentos-e-suspeitos-de-integrar-faccao.ghtml>

ças. Ademais, ocorre o espalhamento de doenças veiculadas pelo contágio interpessoal, notadamente as de transmissão respiratória, como os casos de influenza, pneumonia, tuberculose, sarampo e Covid-19. No contexto da pandemia, o garimpo foi um dos principais vetores de introdução do novo coronavírus nas terras indígenas da Amazônia (FELLOWS et al., 2021). Portanto, as consequências são graves, e provocam impactos imediatos, bem como em médio e longo prazo nas comunidades afetadas.

### **Terras Indígenas afetadas pelo Garimpo**

A fim de ilustrar quais são as principais terras indígenas afetadas pelo garimpo, hoje na Amazônia, serão compartilhados alguns dados do estudo conduzido por MATAVELI *et al.* (2022).

Em primeiro lugar, encontra-se a Terra Indígena (TI) Kayapó. Em segundo lugar figura a TI Mundukuru. As duas primeiras são situadas no estado do Pará. Na terceira posição, no extremo norte do país, vem a TI Yanomami. Com base em dados do Mapbiomas<sup>2</sup>, que monitora a expansão do garimpo sobre as TI na Amazônia indicadas, no período de 1985 a 2020, os autores informam que a presença do garimpo manteve-se perene ao longo dos anos estudados, tendo início no final da década de 1980 e se mantendo estável até meados da década de 2010, quando ocorreu um crescimento abrupto, expressivo e sustentado a partir de 2016.

---

<sup>2</sup> <https://mapbiomas.org/>

Vale lembrar que em 2016 a ex-presidente Dilma Rouseff foi deposta do cargo, e com isso a extrema direita iniciou seu avanço no cenário político nacional. O movimento expansionista da direita atingiu seu auge com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república em 2018. A partir deste momento, as atividades ilegais de garimpo na Amazônia explodiram.

Na TI Yanomami, houve um pico de atividades garimpeiras entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, durante a 1ª corrida do ouro. Após ser deflagrada pelo governo federal a *Operação Selva Livre*<sup>3</sup> que promoveu a desintração de dezenas de milhares de garimpeiros, houve um certo período de calma, sem a presença sistemática de garimpos na região. Esse fenômeno se estendeu por aproximadamente 20 anos, entre meados da década de 1990 e meados da década de 2010. Entretanto, a paz e a tranquilidade no território foram quebradas com um novo afluxo de invasores a partir de 2016. Hoje, lamentavelmente, a gravidade das consequências da invasão na TI Yanomami parece que superou os patamares vivenciados na 1ª corrida na Amazônia, nas décadas de 1980-1990.

Com esses dados em mente, é imprescindível que o governo federal dê atenção à situação vivenciada na TY Yanomami, e à crise sanitária instalada na região hoje em dia (BASTA, 2023). Todavia, não se pode esquecer que o proble-

---

3 <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/YAD00489.pdf>

ma do garimpo afeta de modo ainda mais impactante os povos Kayapó e Munduruku do Pará.

### **Breve caracterização do Povo Yanomami**

Tradicionalmente, os Yanomami são considerados povos de alta mobilidade, que transitam por seu território ancestral desde tempos imemoriais, fazendo uso racional e de modo sustentável dos recursos naturais disponíveis (ALBERT; RAMOS, 2002; ALBERT; GOMEZ, 1997).

O território tradicional do povo Yanomami foi demarcado em 1991 e homologado em 1992, com uma extensão de mais 9,5 milhões de hectares (quase 192.000 km quadrados, uma área correspondente a Portugal). Hoje, vivem na região aproximadamente 30.000 indígenas das etnias Yanomami e Ye'kwana.

Apesar de habitar um território contínuo, o povo Yanomami não constitui um grupo homogêneo, uma vez que existem pelo menos seis subgrupos que falam línguas mutuamente inteligíveis. Atualmente, a população local se encontra distribuída da seguinte forma: i) Yanomam (n=11.741; 46,1%); ii) Yanomami (ou Yanomae) (n=8.691; 34,2%); iii) Sanumá (n=3.164; 12,4%); iv) Ninam (ou Yanam) (n=1.674; 6,6%); v) Ỹaroamë (n=359; 1,4%); vi) Yãnoma (n=174; 0,7%) (FERREIRA; MACHADO; SENRA, 2019). Há ainda no território um grupo de indígenas isolados denominados de *Moxihatetëa*<sup>4</sup>. Além dos subgrupos Yanomami acima descritos, tam-

4 <https://amazoniareal.com.br/o-avistamento-dos-moxihatetëa/>

bém vive nessa terra indígena o povo Ye'kwana, com aproximadamente 700 indivíduos.

Os cerca de 30.000 indígenas que vivem hoje na TI Yanomami estão distribuídos em aproximadamente 370 aldeias, espalhadas entre os estados de Roraima e Amazonas, formando um rico tecido sociocultural, com características socioespaciais diversas, e portanto, riscos socioambientais variados.

No mapa da Figura 3, chamam a atenção os polígonos (áreas quadriculadas) no centro da TI Yanomami, sobretudo no estado de Roraima. Esses polígonos correspondem a requerimentos de processos minerários protocolados na Agência Nacional de Mineração (ANM) para obtenção da Permissão de Lavra Garimpeira (PLG). Ou seja, os requerentes das áreas destacadas nos polígonos aguardam autorização do governo federal para garimpar na região, de forma “legalizada”. Em suma, essa enorme quantidade de requerimentos foi protocolada na ANM, e aguardava aprovação do Projeto de Lei 191/2020, de autoria do próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, para que os garimpos pudessem agir sem qualquer impedimento, em qualquer terra indígena do país. Todavia, com a eleição do presidente Lula em outubro de 2022, o Projeto de Lei 191/2020 foi retirado da pauta de votação do Congresso Nacional. Em outras palavras, todas as ações de mineração que estão ocorrendo, hoje, no interior das terras indígenas no Brasil são consideradas ilegais.

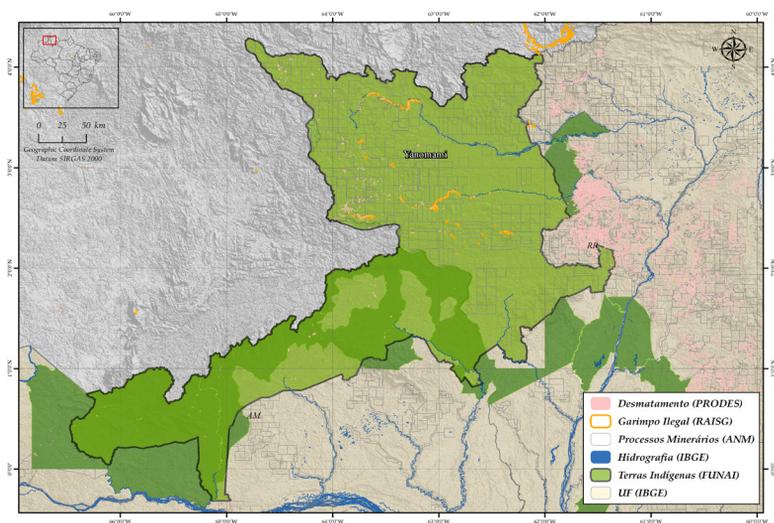


Figura 3: Terra Indígena Yanomami, com destaque para requerimentos de Processos Minerários protocolados na Agência Nacional de Mineração (ANM) para obtenção de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) (polígonos cinzas) e para atividades de garimpos ilegais de ouro (áreas amarelas) Fonte: Acervo grupo de pesquisa Ambiente, Diversidade e Saúde, 2023. Elaboração Daniel d'El Rei Pinto.

Por sua vez, as linhas com destaque em amarelo no mapa da Figura 3 informam as calhas dos rios que se encontram mais afetados pelo garimpo ilegal de ouro, na TI Yanomami. No extremo norte do estado de Roraima, onde se localiza o rio Uraricoera é onde está a maior área comprometida pelo garimpo. Já no centro da TI Yanomami, onde se situam as calhas dos rios Parina, Mucajaí, Catrimani e Couto Magalhães, há também áreas muito conflagradas pela presença de invasores. Uma mirada atenta ao mapa, dá uma ideia da dimensão do problema socioambiental provocado pelo garimpo ilegal de ouro na região.

## **Indicadores Gerais de Saúde**

Concluída a introdução sobre os potenciais riscos decorrentes da presença de garimpos ilegais de ouro e pelo uso indiscriminado de mercúrio nos territórios tradicionais da Amazônia, serão apresentados alguns indicadores de saúde para ilustrar os riscos que incidem sobre a vida das pessoas nas comunidades.

Após levantamento de dados, tanto aqueles noticiados por veículos tradicionais da imprensa nacional, como os reportados por instituições públicas federais, além da revisão de estudos científicos publicados em revistas indexadas de ampla circulação, nossa intenção é ilustrar os impactos deste tumultuado processo para os povos indígenas, enfocando no caso Yanomami.

### ***Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)***

Uma reportagem recente do portal jornalístico Sumúma<sup>5</sup> revelou que foram registrados 570 óbitos por causas evitáveis no período de 2018 a 2022, na TI Yanomami. De um lado, não há dúvidas que esses dados são uma vergonha para o Brasil e revelam os impactos nefastos da necropolítica do governo Bolsonaro para os povos originários. De outro, infelizmente a perda da vida de crianças indígenas por causas evitáveis não é um problema recente.

Um levantamento publicado pela Folha de São Paulo, em 2015<sup>6</sup>, mostra que, no período compreendido entre os anos

5 <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>

6 <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630007-criancas-indigenas-morrem-mais-de->

2000 e 2012, as aldeias indígenas do país perderam 240% mais vidas de crianças do que a média nacional. Os dados revelados na reportagem indicam que o governo brasileiro é conivente com essa situação há pelo menos 20 anos.

Ainda de acordo com a reportagem veiculada na Folha de São Paulo, a desnutrição já figurava como importante causa de morte, juntamente com as infecções intestinais e as infecções respiratórias. Ademais, houve um contingente importante de mortes infantis por causas desconhecidas. Este último dado revela que as crianças indígenas foram a óbito, e que os serviços de saúde sequer foram capazes de detectar a verdadeira causa da morte e/ou prestar assistência adequada aos pequenos indígenas. No período coberto pela reportagem (2000-2012), o DSEI Yanomami ocupou o desconfortável primeiro posto na taxa de mortalidade infantil em todos os anos avaliados, revelando que os óbitos por causas evitáveis constituem problema crônico na região.

Dados mais recentes produzidos pela própria Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), incluindo registros de 2013 a 2016, apontam uma lista de óbitos infantis por grupo de causas evitáveis entre as crianças indígenas do país. Os dados oficiais mostram que um quarto das mortes no período poderiam ter sido evitadas por ações de diagnósticos e tratamento adequado. Um quinto das mortes poderiam ter sido evitadas por ações de promoção à saúde vinculadas a ações adequadas de atenção e atendimento aos recém-nascidos, à mulher no parto e durante a gestação. Sendo assim,

é admissível supor que o Brasil não vem cumprindo seu dever constitucional de garantir a saúde e preservar a vida dos seus pequenos cidadãos indígenas há muito tempo. O resultado do abandono dos povos originários por parte do Estado brasileiro é a tragédia que estamos assistindo diariamente no noticiário nacional.

Concluindo a análise das taxas de mortalidade infantil, a partir dos dados disponibilizados pela Sesai para o período de 2010 a 2016, percebe-se que o problema infelizmente não está restrito à TI Yanomami, uma vez que em outras regiões e populações indígenas no país, tais como as atendidas pelos DSEI Vale do Javari, no interior do Amazonas, pelo DSEI Kayapó do Pará e pelo DSEI Altamira, também no Pará, bem como pelo DSEI Araguaia, entre Mato Grosso e Goiás, as estatísticas oficiais informam que houve mais de 50 óbitos para grupo de 1.000 indígenas nascidos vivos, no período em estudo. Vale lembrar que as taxas médias de mortalidade infantil no país para crianças não indígenas, hoje, estão em torno de 10 óbitos para grupo de 1.000 nascidos vivos (ALVES et al., 2021; LIMA et al., 2020).

Por fim, a análise comparativa das taxas de mortalidade infantil reportadas entre crianças indígenas e crianças não indígenas brasileiras, no período de 2010 a 2016, revela ainda que a mortalidade em crianças indígenas foi pelo menos três vezes maior do que a mortalidade nas crianças não indígenas no período analisado.

Em suma, dados disponíveis sobre a mortalidade infantil no Brasil, não deixam dúvidas sobre a desigualdade, o racis-

mo e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde que incidem pesadamente sobre os povos originários (CALDAS et al., 2017).

### ***Estado Nutricional***

Outro indicador de saúde direta e indiretamente afetado pela presença de garimpos nos territórios tradicionais é o estado nutricional. Assim como o tema da mortalidade infantil, a desnutrição também constitui um problema antigo, com raízes históricas.

O grupo de pesquisa “*Ambiente, Diversidade e Saúde*” da Fiocruz realizou uma avaliação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena (SISVAN-I) a partir de dados disponíveis no DSEI Yanomami, para o período de maio de 2008 a abril de 2009 (PANTOJA et al., 2014). Os resultados dessa avaliação que incluiu aproximadamente 1.500 indígenas menores de 5 anos revelam que 80% das crianças Yanomami apresentavam déficit de estatura para a idade (indicador sintético de desnutrição crônica), e que quase 60% das crianças apresentavam déficit de peso para idade (indicador resumido de desnutrição aguda). Portanto, é possível concluir que existem evidências científicas sobre o grave problema da desnutrição na TI Yanomami há pelo menos 10 anos, desde a publicação do estudo.

Em um estudo mais recente realizado a partir de coleta de dados nas regiões de Paapiú, Waikás Ye'kwana e Waikás Aracaá, em 2014, áreas específicas designadas por Davi Kopenawa para avaliação dos impactos do garimpo, foram

avaliadas 74 crianças (ORELLANA et al., 2019). Apesar do número menor de crianças avaliadas nesta ocasião, os resultados revelam uma tendência de estabilidade nos desvios nutricionais, quando comparados aos reportados por Pantoja et al (2014), uma vez que os déficits de estatura para idade (83,8%) e de peso para a idade (50,0%) mantiveram-se em patamares igualmente elevados.

Diante da gravidade do problema relativo ao estado nutricional das crianças Yanomami menores de cinco anos, foi promovido um intenso debate no âmbito da Agenda Integrada de Saúde da Criança, com a participação da FUNAI, da SESAI, e do departamento de saúde materno-infantil do Ministério da Saúde. Como desdobramento desse debate, o UNICEF propôs a realização de um estudo mais aprofundado sobre o tema, no início de 2018. Em seguida, foi lançado um chamamento público para que o estudo pudesse ser realizado. Nosso grupo de pesquisa elaborou uma proposta e ganhou o edital para realizar a pesquisa sobre os determinantes sociais da desnutrição em oito aldeias (consideradas vulneráveis), localizadas no DSEI Yanomami.

O estudo foi realizado na região de Auaris, no extremo norte do Estado de Roraima, onde vivem os Sanumá (subgrupo Yanomami), e na região de Maturacá, no Estado do Amazonas, onde vivem os Yanomae (subgrupo Yanomami). A partir de nossa experiência de campo nas aldeias, e com intuito de elucidar os principais determinantes do baixo peso para idade (desnutrição aguda), nas áreas em estudo, foi elaborado um modelo teórico em cinco níveis, partindo de um



a benefícios sociais e renda, acesso à escolarização formal por parte do pai ou da mãe da criança, entre outros. Desta perspectiva, o local de residência, a faixa etária das crianças, a renda familiar e a escolaridade do chefe do domicílio foram os determinantes mais claramente relacionados ao baixo P/I. A análise dos determinantes sociais da desnutrição incluídos no Nível 2 considerou questões relativas ao microambiente do domicílio e peri-domicílio, e revelou que as condições estruturais das casas (parede, piso, cobertura, número de pessoas que vivem no moradia) estiveram envolvidas com a determinação do baixo P/I. No Nível 3, a fonte de água para consumo humano, a presença de banheiro nas casas, o manejo de lixo e a disponibilidade de quatro ou mais frutas no domicílio e/ou entorno revelaram-se como determinantes do baixo P/I. No Nível 4, cuidados com a mãe durante a gravidez (número de consultas de pré-natal), local de nascimento (domicílio, posto de saúde na aldeia, hospital), história de malária na gestação e índice de massa corporal (IMC) das mães mostraram-se relacionados ao baixo P/I da criança. Por fim, no Nível 5, baixo peso ao nascer, história de internação hospitalar e história de tratamento anterior para desnutrição também se revelaram como determinantes do baixo P/I.

Em síntese, recomenda-se que os fatores acima apontados no modelo teórico sejam considerados na determinação do baixo peso para a idade, nas áreas estudadas na TI Yanomami. Desta forma, busca-se ampliar o conhecimento sobre

os fatores envolvidos neste processo, assim como elaborar políticas públicas e intervenções mais eficazes e aplicáveis à realidade local.

A pesquisa acima citada produziu um relatório técnico<sup>7</sup> e uma publicação científica que informam que, dentre as 304 crianças Yanomami avaliadas na ocasião, os déficits no indicador de estatura para idade e no indicador de peso para idade permanecem elevados, atingindo aproximadamente 80% e 50% dos indígenas menores de 5 anos, respectivamente. Além disso, nosso estudo revelou uma associação estatística significativa entre baixa estatura das mães (estatura <145 cm) e o indicador baixa estatura para a idade (E/I) das crianças, apontando para indícios de transmissão intergeracional da desnutrição nas aldeias estudadas (ORELLANA et al., 2021).

Este achado indica que mães/mulheres que vivem em ambientes de penúria e de insegurança alimentar permanente, decorrente da presença de garimpos ilegais e outros invasores na região e da ausência de serviços públicos essenciais por parte do Estado brasileiro, acabam reproduzindo essas condições negativas para os bebês, fazendo com que as crianças experimentem déficits nutricionais desde o período intrauterino. Lamentavelmente, ao que tudo indica, esse problema não somente tem origens históricas e recorrentes,

---

7 <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov0241.pdf>

como também tem o potencial de se perpetuar por gerações nas comunidades afetadas.

A fim de ilustrar a temática dos déficits de peso para idade (P/I) entre as crianças Yanomami, utilizaremos como exemplo a caderneta de saúde da criança de uma menina indígena (Figura 5). A proposta é avaliar as curvas de crescimento, de acordo com o indicador de P/I, no período de 0 a 2 anos de idade, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2006), bem como comentar os achados. As duas curvas pretas na caderneta de saúde da criança representam o percentil 10 (P10), na parte inferior, e o percentil 90 (P90), na parte superior. A linha verde no meio da caderneta representa o percentil 50 (P50), e as linhas vermelhas representam o percentil 25 (P25), na parte inferior, e o percentil 75 (P75), na parte superior.

Após a revisão das curvas de crescimento, com a inclusão de representantes de povos oriundos de cinco continentes, a OMS assevera que se forem garantidos direitos humanos essenciais, tais como acesso ao aleitamento materno exclusivo por pelo menos 6 meses, segurança alimentar à gestante e a criança até completar 5 anos de idade, acesso a cuidados médicos apropriados (em momento oportuno), vacinação, água potável, cuidados parentais, e estímulos educacionais adequados para a faixa etária, 95% das crianças, que vivem em qualquer parte do planeta, se desenvolverão de acordo

com o padrão das curvas de crescimento estabelecidas.

Partindo para o exemplo da caderneta de saúde da criança da Figura 5, observa-se que no momento zero da curva, ou seja, ao nascimento, não houve registro de peso. Isto significa que o peso ao nascer não foi avaliado. Em outras palavras, não houve assistência ao parto e isto revela a baixa qualidade do serviço de saúde ofertado às gestantes indígenas no país.

Em seguida, o primeiro registro de peso da criança disponível na caderneta revela que o primeiro contato da criança com o serviço de saúde ocorreu somente 30 dias depois do nascimento, revelando uma defasagem na assistência ao recém-nascido. Mesmo assim, o valor registrado foi 4,0 kg, mostrando que o peso da criança se encontrava exatamente no percentil 50 da curva de crescimento. Isto é, este registro indica que a criança deve ter nascido com peso adequado, e que no primeiro mês de vida seu peso estava apropriado para a idade. No segundo mês, o registro de peso manteve-se como o esperado, ainda no percentil 50. Isto significa que até o 2º mês de vida, a criança indígena tinha não somente peso adequado para a idade, como ganhava peso a uma velocidade semelhante a 50% de todas as crianças do planeta.

A partir do terceiro mês, a criança começa a ter um pequeno déficit de peso, e quando atinge a idade entre 6 e 8 meses de vida, período que coincide com o desmame, o

peso cai para o percentil 25, revelando a importância de fatores ambientais externos na determinação do baixo peso para a idade. Quando a criança efetivamente sai do colo da mãe, deixa de ser transportada na tipoia e vai para o chão, entra em contato com um solo potencialmente contaminado, uma vez que nas comunidades não há manejo de lixo, nem saneamento básico, tampouco banheiro ou acesso a água potável para uso exclusivo das famílias.

Desta forma a criança se contamina com microrganismos e apresenta o primeiro quadro de diarreia por volta dos 10-11 meses de idade. A partir desse ponto, a criança sofre uma queda abrupta no peso, e instala-se um quadro de desnutrição aguda, relevada por meio do déficit no indicador de peso para idade registrado na caderneta (linha amarela). O déficit de peso instalado naquele momento vai perdurar por pelos menos até o segundo ano de vida, conforme relevam os dados da caderneta de saúde da criança, aqui analisados (Figura 5). Lamentavelmente, os déficits nutricionais e suas implicações negativas para a saúde terão drásticas consequências para as condições de vida desta criança na comunidade.

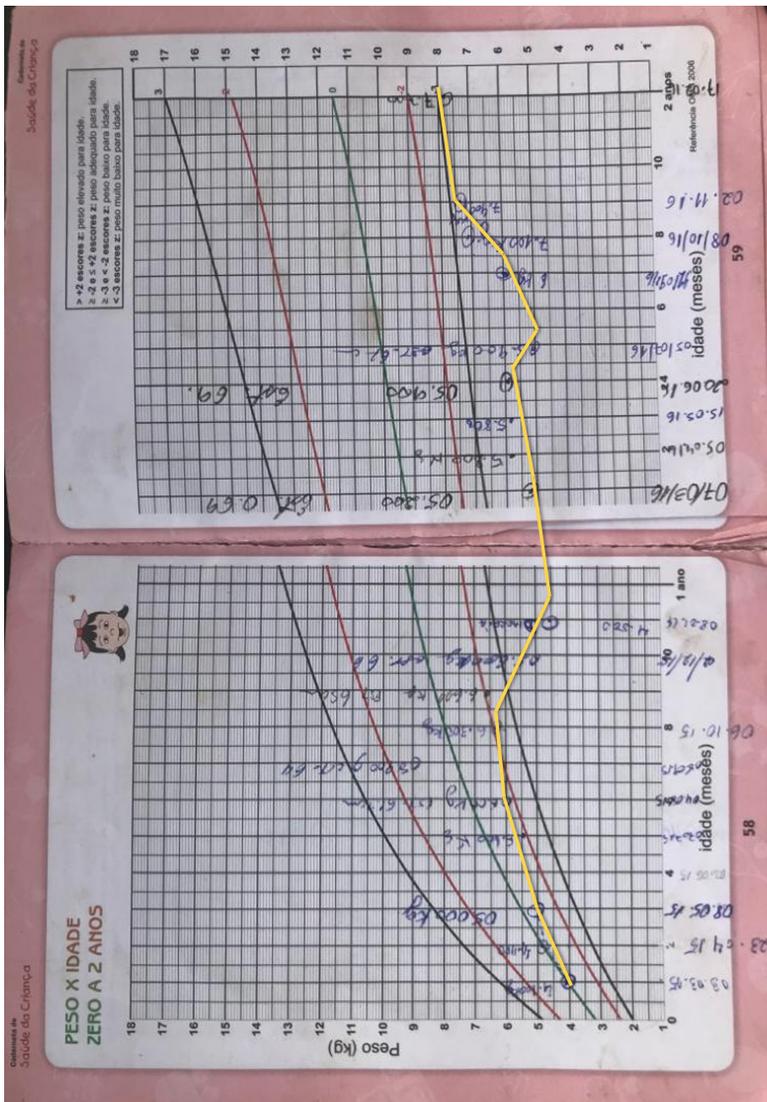


Figura 5: Caderneta de Saúde de uma menina indígena, contendo curvas de crescimento do indicador de peso para idade (P/I), DSEI-Yanomami, 2019.

Em síntese, os dados aqui apresentados revelam que a situação nutricional das crianças Yanomami é alarmante. Infelizmente, este cenário crítico vem se mantendo inalterado há pelo menos uma década, conforme atestam estudos realizados em diferentes locais e com distintos subgrupos Yanomami, tanto no Brasil (ORELLANA et al., 2019, 2021; PANTOJA et al., 2014) como na Venezuela (HIDALGO et al., 2014; VERHAGEN et al., 2013).

### ***Malária***

Abaixo serão compartilhados alguns indicadores epidemiológicos da malária. Segundo dados produzidos pelo próprio DSEI Yanomami, no ano de 2021 foram registrados 23.655 casos de malária na TI Yanomami, revelando um índice parasitário anual (IPA) de 798,3 casos para cada 1.000 habitantes. Isto significa que, em média, quase 80% das pessoas que vivem na TI Yanomami apresentaram pelo menos um episódio de malária, durante o ano de 2021. Em algumas regiões afetadas pelo garimpo, a situação foi ainda mais grave, uma vez que o IPA atingiu cifras que ultrapassam 2.000 casos de malária para cada 1.000 habitantes. Ou seja, as pessoas que vivem em regiões como Marari, Maloca Paapiú, Novo Demini, Baixo Catrimani e Ericó, por exemplo, tiveram mais de dois episódios de malária somente em 2021.

De acordo com dados disponíveis no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Malária do Ministério da Saúde (SIVEP-Malária/MS), entre 2003, 2004 e 2005 a situa-

ção epidemiológica parecia estar sob controle, uma vez que foram registrados poucos casos naquele período. Todavia, em decorrência de desestruturação ocorrida nos serviços de saúde ofertados pelo DSEI Yanomami, a partir de 2005, houve um recrudescimento no número de casos de malária. O incremento no número de casos coincide com o período em que o garimpo se alastrou no território Yanomami, a partir de 2016. O auge foi atingido a partir de 2020, momento em que os casos de malária deram um salto considerável atingindo cifras superiores a 20 mil notificações anuais. Dados complementares mostram ainda que a malária afeta não somente adultos maiores de 19 anos, uma vez que os casos notificados entre crianças de 0 a 9 anos e adolescentes de 10 a 19 representam uma grande proporção entre as notificações, revelando a importância da transmissão no domicílio.

Em estudo recente, AGUIAR BARROS *et al.* (2022) realizaram um levantamento na base de dados do SIVEP-Malária, no período de 2010 a 2020, e relataram que foram notificados 167.968 casos de malária no Estado de Roraima, sendo 138.504 identificados como casos autóctones. Dentre os casos considerados autóctones, 35% (58.597) ocorreram em Terras Indígenas, sendo 19.102 no DSEI-Leste de Roraima, e 39.495 no DSEI-Yanomami. Os autores contam ainda que no mesmo período foram notificadas 3.765 internações e 77 óbitos decorrentes da malária. Em conclusão, o estudo relata que a distribuição dos casos de malária em Roraima, no período de 2010 a 2020, apresentou uma variação

significativa, mesmo que o IPA médio observado no estado tenha revelado um nível mediano de risco de infecção (IPA 10–49,9/1.000 habitantes). Todavia, após uma tendência de redução no número de casos observada entre 2012 e 2013, os casos voltaram a crescer cerca de 20% em 2014, especificamente no DSEI Yanomami, notadamente devido ao retorno das atividades ilegais relacionadas ao garimpo de ouro na região, sobretudo nas calhas dos rios Uraricoera, Mucajaí e Couto Magalhães.

Confirmando os resultados do estudo anteriormente citado, dados da Secretaria Estadual de Saúde de Roraima obtidos por intermédio da Lei de Acesso à Informação (LAI) mostram que o número de casos autóctones de malária provocados pelo *Plasmodium falciparum* e/ou provocados por *Plasmodium falciparum* mais *Plasmodium vivax* associados (malária mista), bem como os casos de malária provocados por *Plasmodium vivax* (não falciparum) aumentaram substancialmente nos últimos 10 anos, tanto no DSEI Leste de Roraima, como no DSEI Yanomami.

Por meio da análise dos dados acima mencionados, foi possível observar que no DSEI Yanomami houve um salto de 41 casos de malária mista em 2017, para 178 em 2018, passando por 624 registros em 2019, chegando a atingir 3.585 casos, em 2020. Este salto corresponde a um incremento de aproximadamente 87 vezes no número de notificações, em apenas 4 anos. Vale lembrar que a malária provocada pelo *Plasmodium falciparum* está diretamente associada à

expansão do garimpo, além de representar a forma grave da doença, para a qual as taxas de letalidade são expressivas, caso não seja instituído tratamento correto, em momento oportuno.

De modo semelhante, os casos de malária provocados pelo *Plasmodium vivax* também saltaram de 1.600 em 2017, para 3.543 em 2018, passando por 7.290 registros em 2019, chegando a atingir 8.244 casos, em 2020, expressando mais uma evidência inequívoca do problema associado ao garimpo.

### ***Infecções Respiratórias***

Nesta seção serão apresentados alguns indicadores de infecções respiratórias na TI Yanomami. Uma investigação nos registros das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) do Hospital da Criança Santo Antônio, em Boa Vista-RR, realizada pelo nosso grupo de pesquisa, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, revela que num período de 2 anos houve 388 internações de crianças menores de 5 anos, sendo que 359 delas (93%) foram decorrentes de condições sensíveis à atenção primária (CALDART et al., 2016).

Isto significa que se as equipes multidisciplinares de saúde indígena (EMSI) que atuam no DSEI Yanomami tivessem ofertado serviços eficazes, com ações no território, grande parte dessas internações poderiam ser evitadas. Dentre as 359 internações sensíveis à atenção primária, figuraram em primeiro lugar com 250 registros (69,4%) às infecções respiratórias, notadamente os casos de pneumonia. Em segundo

lugar vieram as gastroenterites infecciosas e suas complicações com 69 casos (19,4%), e em terceiro lugar as internações por deficiências nutricionais, com 16 registros (4,4%), sobretudo relativos à desnutrição.

O estudo revelou ainda que as internações por pneumonia foram mais frequentes nas crianças menores de 6 meses, que os casos mais graves foram registrados nas crianças que tiveram tempo de internação entre 8 e 14 dias, e que as crianças com quadro de desnutrição tiveram três vezes mais chances de serem internadas por pneumonia que as crianças sem desnutrição. Mais uma vez, nossos estudos já denunciavam o problema da baixa qualidade da assistência à saúde prestada ao povo indígena Yanomami e suas repercussões sobre a saúde da população, há quase uma década. Naquele momento, o garimpo ainda não tinha se espalhado novamente pela TI Yanomami. Considerando as infecções respiratórias, a situação após a invasão garimpeira seguramente deve estar ainda mais grave.

Reforçando o argumento acima, em um estudo recente que teve como objetivo principal estimar a magnitude do subregistro e/ou subnotificação dos casos de Covid-19 entre os povos indígenas no Brasil, como uma nova expressão de antigas desigualdades, os autores revelaram a importância de fatores externos ou contextuais no espalhamento da pandemia nas terras indígenas da Amazônia. Dentre os fatores externos ou contextuais relacionados a disseminação do novo coronavírus nas aldeias, destacaram-se a grilagem de

terras, o desmatamento e o garimpo ilegal de ouro (FELLOWS et al., 2021). Em síntese, foram detectados mais casos de Covid-19 nas áreas impactadas pelas atividades ilícitas acima mencionadas, e os casos mais graves foram reportados em áreas onde a infraestrutura da atenção à saúde indígena era mais precária.

### **Contaminação por Mercúrio**

Ao longo de todo o texto foram apresentadas diversas evidências acerca dos impactos provocados pela presença de garimpos ilegais de ouro em terras indígenas na Amazônia, notadamente na TI Yanomami. A partir deste ponto, o foco será colocado na ponta do iceberg. Ou seja, serão apresentados dados específicos sobre o mercúrio, incluindo sua caracterização, as diferentes formas químicas disponíveis na natureza, as atividades antrópicas que afetam sua mobilização em diferentes compartimentos ambientais, bem como será realizado um breve histórico sobre relatórios e artigos científicos que denunciam a contaminação por mercúrio na TI Yanomami, e as consequências desse processo nos dias atuais.

O mercúrio é um elemento químico natural, presente em regiões específicas da crosta terrestre. O mercúrio encontra-se descrito na tabela periódica dos elementos, e ocupa a posição de número 80, situando-se numa área em que se encontram os metais em transição. O símbolo do mercúrio é Hg, pois tem origem na palavra latina *Hidargyrum*, que significa prata líquida. Por essa razão, o mercúrio é conhecido

pelos garimpeiros como azougue ou prata líquida. Em linhas gerais, os metais em transição sofrem modificações químicas durante seu ciclo biogeoquímico na natureza. Didaticamente, vamos tratar de apenas três formas do mercúrio ao longo desta seção:

- i) mercúrio metálico ou mercúrio elementar, forma química do metal que não tem carga iônica. Apresenta-se com símbolo  $\text{Hg}^0$ , é utilizado no garimpo, pois forma ligas metálicas com facilidade com o ouro e a prata, gerando o amálgama. Embora seja considerado um metal pesado, o mercúrio metálico se apresenta na forma líquida à temperatura ambiente;
- ii) mercúrio iônico, forma química do metal que pode ganhar ou perder elétrons e ser apresentado com os símbolos  $\text{Hg}^{+2}$  ou  $\text{Hg}^{+1}$ , por exemplo. Esta forma mercurial pode circular em diferentes compartimentos ambientais (água, solo, ar, vegetação etc) e pode ainda viajar por longas distâncias no planeta;
- iii) mercúrio orgânico, forma química do metal que ganha átomos de carbono (C) durante a mobilização na natureza. Desta forma, pode ingressar na cadeia trófica alimentar. Trata-se da forma mercurial mais tóxica, uma vez que pode contaminar toda a biótica aquática e atingir o ser humano.

Uma das formas mais conhecidas do mercúrio orgânico é o metilmercúrio, que tem símbolo MeHg.

A partir deste momento, empreenderemos uma reflexão a partir de uma pergunta norteadora: Por que o mercúrio do garimpo representa um risco para as pessoas que não praticam essa atividade?

Conforme apontado anteriormente, o mercúrio metálico ( $\text{Hg}^0$ ) é usado no garimpo porque forma ligas metálicas com ouro, gerando o amálgama e facilitando assim a identificação deste metal, no processo de mineração. Uma vez que o mercúrio metálico é volátil à temperatura ambiente, antes de vender o minério encontrado na natureza, o garimpeiro queima o amálgama para separar o Hg do ouro. Muitas vezes a queima é feita de forma rudimentar, e neste momento, configura-se a exposição de origem ocupacional ao contaminante mercúrio.

O mercúrio queimado transforma-se em vapores, a fumaça do mercúrio, também conhecida pelos Yanomami como *Xawara* (ALBERT; GOLDWIN, 1997; MACHADO et al., 2020). Os vapores podem ser inalados pelos garimpeiros e produzir sinais e sintomas decorrentes da contaminação aguda pelo metal. A exposição ocupacional, devida à inalação de vapores de mercúrio, durante o processo de queima do amálgama pode provocar lesões químicas nos pulmões. Além disso, o vapor de mercúrio pode ser absorvido pela corrente sanguínea, provocando lesões no cérebro ou em outras partes do corpo, tais como rins, glândulas endócri-

nas e fígado (CRESPO-LOPEZ et al., 2021). Se o processo de queima for realizado na residência do próprio garimpeiro, os vapores de mercúrio podem contaminar esposa, filhos, ou quem quer que esteja observando o procedimento.

Por outro lado, os vapores de mercúrio que não forem inalados pelas pessoas, durante a queima do amálgama, sobem para a atmosfera, transformam-se em mercúrio iônico, juntam-se às nuvens, e podem precipitar em formato de chuva em outros locais da Amazônia, ou ainda viajar por intermédio dos rios voadores para outras partes do planeta.

O mercúrio que não se junta com o ouro, ou seja, aquele que não forma o amálgama, é lançado sem nenhum cuidado ou tratamento no leito do rio, processo conhecido como liberação do mercúrio no ambiente. Como atualmente as atividades de garimpo de ouro na Amazônia são majoritariamente ilegais, entende-se que não são cumpridas as legislações ambientais, trabalhistas, de seguridade social, de segurança, entre outras. Logo, conclui-se que as atividades de garimpo de ouro são realizadas de modo rudimentar, havendo assim desperdício de mercúrio neste processo. Há estimativas que relatam que existe uma perda média de 80% de mercúrio para o ambiente. Em outras palavras, para cada quilograma (kg) de ouro extraído do ambiente, podem ser utilizados entre dois e oito quilogramas de mercúrio (CASTILHOS et al., 2015).

Sendo assim, o mercúrio excedente que é liberado pelo garimpeiro, durante o processo da lavra, desce ao fundo do

rio, mistura-se com o sedimento, e passa por um processo de transformação, mediado por microrganismo, convertendo-se em mercúrio orgânico, o metilmercúrio (MeHg) (CRESPO-LOPEZ et al., 2021). O MeHg por sua vez vai lentamente se acumulando nos organismos aquáticos ao longo do tempo (bioacumulação<sup>8</sup>) e se concentrando na cadeia trófica alimentar (biomagnificação<sup>9</sup>), podendo afetar toda biota aquática. Ou seja, o MeHg pode contaminar larvas de insetos, algas, pequenos crustáceos, tracajás, jacarés, além de diversas espécies de peixes.

O metilmercúrio fixa-se no tecido muscular dos pescados e de outros animais aquáticos, isto é, na parte do pescado utilizada para alimentação dos seres humanos. Portanto, quando um representante de um povo tradicional da Amazônia (ribeirinho, quilombola, indígena) se alimenta de um pescado contaminado, o metilmercúrio presente no tecido muscular do peixe será ingerido juntamente com outros nutrientes disponíveis, e desta forma, configura-se a exposição ambiental a este contaminante químico.

O metilmercúrio ingerido por intermédio do consumo de pescados contaminados será absorvido no trato gastrointestinal. Em seguida, ganhará a corrente sanguínea e, desta forma poderá se espalhar por diferentes órgãos e sistemas do corpo humano. À medida que vai se acumulando, o me-

---

8 bioacumulação é o processo no qual os organismos podem adquirir contaminantes mais rapidamente do que seus corpos podem eliminá-los.

9 biomagnificação é o aumento na concentração ou acúmulo progressivo de um contaminante a cada nível trófico da cadeia alimentar.

tilmercúrio poderá provocar lesões nos tecidos. As lesões poderão se expressar por intermédio de diferentes sinais e sintomas, a depender do órgão afetado (CRESPO-LOPEZ et al., 2021).

A relação entre o consumo de pescado e a contaminação por metilmercúrio em terras indígenas encontra-se bem estabelecida na literatura nacional, uma vez que já se colecionam diversas evidências sobre os efeitos nefastos do garimpo e da contaminação por mercúrio em diferentes regiões da Amazônia (ACHATZ et al., 2021; BARBOSA; DÓREA, 1998; DA SILVA BRABO et al., 2000; DE OLIVEIRA SANTOS et al., 2002; DE VASCONCELLOS et al., 2022; DÓREA et al., 2005a, 2005b; GONÇALVES et al., 1999; HACON et al., 2020; VASCONCELLOS et al., 2021). Por meio de um estudo que mostra que a contaminação por mercúrio afeta homens, mulheres, crianças e idosos, sem distinção, BASTA *et al.* (2021) revelaram que o metal foi identificado em 200 amostras de cabelo e em 88 amostras de pescado consumidos pelo povo Munduruku que vive na Terra Indígena *Sawré Muybu*, no oeste do Pará.

A despeito do amplo potencial de disseminação no corpo humano, pode-se dizer que o metilmercúrio (MeHg) tem afinidade pelo sistema nervoso central (SNC), especialmente pelo cérebro. À medida que o MeHg vai sendo acumulado no cérebro, as lesões vão aparecendo de modo insidioso. No SNC, tanto do adulto, quanto da criança, o metilmercúrio pode provocar alterações sensoriais, motoras e cognitivas, trazendo diversos prejuízos às pessoas afetadas (EKINO et

al., 2007; KHOURY et al., 2013; OLIVEIRA et al., 2021; TAKAOKA et al., 2018). Na mulher em idade reprodutiva, particularmente na gestante, a exposição crônica ao metilmercúrio merece maior atenção, uma vez que o metal pode ultrapassar a barreira placentária e chegar por intermédio do sangue da mulher ao feto, que ainda está em formação no útero. Desta forma, o metilmercúrio pode se fixar no cérebro da criança e provocar lesões e sequelas permanentes (BARBONE et al., 2019; DACK et al., 2022; DEBES; WEIHE; GRANDJEAN, 2016; KIM et al., 2020).

Pelas razões expostas acima, o mercúrio do garimpo representa um grave risco para a saúde das pessoas que não praticam esta atividade.

Vale lembrar que a expansão do agronegócio, a construção de barragens e hidrelétricas, a grilagem, as queimadas e outras atividades que promovem o desmatamento da floresta também alteram significativamente o ciclo biogeoquímico do mercúrio no meio ambiente (BASTA et al., 2023; CRESPO-LOPEZ et al., 2021), favorecendo o ingresso do metilmercúrio na cadeia alimentar, ampliando assim a exposição humana e os consequentes riscos à saúde do contato com este contaminante ambiental. As atividades antrópicas acima descritas se somam ao garimpo ilegal de ouro e ao uso indiscriminado do mercúrio, produzindo uma situação de risco amplificada para as populações que vivem hoje na Amazônia.

### ***Contaminação por Mercúrio na TI Yanomami***

Considerando o caso Yanomami, em particular, pode-se afirmar que existem evidências acerca do problema da contaminação por mercúrio na região há pelo menos 30 anos. Bruce Albert e colaboradores realizaram um levantamento de 162 indígenas Yanomami que estavam internados na CASAI de Boa Vista, em 1990, durante a primeira corrida do ouro. O levantamento analisou amostras de cabelos dos indígenas investigados e resultou numa publicação (CASTRO; ALBERT; PFEIFFER, 1991) que revelou média de contaminação de 3,61  $\mu\text{g}$  de mercúrio para cada grama de cabelo analisado, com variação de 2,64  $\mu\text{g/g}$ , na região de Paapiú, a 5,03  $\mu\text{g/g}$ , na região de Surucucu. Coincidentemente ou não, os indígenas contaminados por mercúrio na década de 1990 viviam exatamente em áreas que seguem afetadas pelo garimpo nos dias atuais, conforme vem sendo noticiado sistematicamente na imprensa.

Em estudo um pouco mais recente, realizado na região do rio Catrimani, na parte sul da TI Yanomami, avaliou-se o nível de exposição ao mercúrio em cinco aldeias, em 1994, e em outras três, em 1995. Na oportunidade, os autores utilizaram como biomarcador de exposição ao Hg amostras de sangue. Em 1994, as concentrações médias de mercúrio no sangue dos participantes variaram entre 21,2 e 43,1  $\mu\text{g/L}$ , nas aldeias Wapokohipiitheri e Maamapiitheri, respectivamente. Já em 1995, as concentrações médias de mercúrio no sangue dos participantes variaram entre 25,5 e 42,2  $\mu\text{g/L}$ , nas aldeias

Wukuxipiitheri e Maamapiitheri, respectivamente (SING et al., 2003). Vale lembrar que os níveis de exposição na aldeia Maamapiitheri mantiveram-se praticamente inalterados de um ano para o outro.

Embora os biomarcadores utilizados tenham sido distintos, cabelo e sangue, os resultados são inequívocos ao apontar que a contaminação por mercúrio está na raiz da crise sanitária que assola o povo Yanomami há pelo menos 30 anos.

Tendo em mente que a crise sanitária se ampliaria, em par e passo com a expansão do garimpo ilegal de ouro sobre o território Yanomami, em 2013, Davi Kopenawa – presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY) – escreveu uma carta à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) solicitando apoio para entender as consequências da contaminação por mercúrio nas regiões de Paapiú, Waikás Ye'kwana e Waikás Aracaá. A partir deste pedido, nasce o grupo de pesquisa “*Ambiente, Diversidade e Saúde*” com a missão de avaliar o impacto da exposição ambiental ao mercúrio proveniente de atividade garimpeira de ouro na Terra Indígena Yanomami<sup>10</sup>. Em dezembro de 2014, nossa equipe realizou trabalho de campo nas áreas designadas por Davi Kopenawa.

Na oportunidade, após obter anuência formal em termos de consentimento livre e esclarecido, foram avaliados 239 participantes, provenientes de 19 aldeias, nas três localidades indicadas. Foram realizadas avaliações clínicas sim-

---

10 <https://medium.com/hist%C3%B3rias-socioambientais/o-povo-yanomami-est%C3%A1-contaminado-por-merc%C3%A9rio-do-garimpo-fa0876819312>

plificadas, com foco em mulheres e crianças, para as quais foram obtidas medidas antropométricas de peso e estatura (ORELLANA et al., 2019) e coletadas amostras de cabelo (VEGA et al., 2018), utilizado como biomarcador de exposição ao mercúrio.

Os resultados revelaram níveis distintos de exposição, sendo as maiores contaminações registradas nas áreas mais próximas ao garimpo, sobretudo nas aldeias localizadas às margens do rio Uraricoera. Na região de Waikás Aracaçá, onde o garimpo tinha iniciado suas operações a partir de 2013-2014 (para atingir seu pico de destruição em 2022), a situação revelou-se caótica, uma vez que mais de 90% das pessoas avaliadas apresentaram níveis de mercúrio acima de  $6,0\mu\text{g/g}$ , nas amostras de cabelo investigadas. Na região de Waikás Ye'kwana, também localizada às margens do rio Uraricoera, aproximadamente 30% das pessoas avaliadas apresentaram níveis de mercúrio acima de  $6,0\mu\text{g/g}$  (VEGA et al., 2018).

Pode-se dizer que esses resultados eram esperados dado o contexto de invasão do território. Vale lembrar que a região de Aracaçá voltou às manchetes do noticiário, em 2022, quando o Conselho Distrital de Saúde Indígena do DSEI Yanomami e a Hutukara Associação Yanomami<sup>11</sup> fizeram denúncias públicas sobre a invasão da região, seguida de estupros e incêndios criminosos, associados à presença de garimpeiros<sup>12</sup>.

11 [https://assets.survivalinternational.org/documents/2141/20220506\\_hutukara.pdf](https://assets.survivalinternational.org/documents/2141/20220506_hutukara.pdf)

12 <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/comunidade-ara-caca-vive-tragedia-humanitaria-alerta-organizacao-yanomami>

De outro lado, na região de Paapiú, que em 2014 vivia um momento no qual não havia mais garimpos em atividade, a situação foi diferente. O garimpo provocou severos impactos na região, no final da década de 1980, durante a 1ª corrida do ouro. Todavia, após a execução da *Operação Selva Livre*, no início dos anos 1990, a região de Paapiú viveu um momento de calma, até recentemente. Portanto, imaginava-se que Paapiú atuaria como área controle, afinal há mais de 20 anos não eram registradas atividades garimpeiras na região. Apesar de o garimpo ter sido interrompido na região na década de 1990, aproximadamente 7% da população local apresentava níveis de mercúrio acima de 6,0µg/g, nas amostras de cabelo coletadas em 2014 (VEGA et al., 2018).

Em síntese, a exposição ao mercúrio revelou-se crônica e continuada ao longo das últimas décadas na região. Aprofundando o estudo, realizamos uma análise retrospectiva dos níveis de mercúrio, em amostras de cabelo de oito indígenas Ye'kwana, do sexo feminino que residiam, na região de Waikás, em dezembro de 2014. As amostras de cabelo tinham aproximadamente entre 20 e 30 cm de comprimento.

Considerando que os fios de cabelo crescem a uma velocidade média de 1,5 a 2,0 cm por mês, foi possível fazer uma análise retrospectiva dos 12 meses anteriores à coleta, e avaliar a exposição ao mercúrio, mês a mês, considerando a importância da sazonalidade na oferta de pescados na região. A análise revelou que as concentrações de mercúrio se mantiveram estáveis, em níveis elevados, ao longo de todo o

período analisado, de outubro de 2013 a dezembro de 2014 (VEGA et al., 2018). Entretanto, os níveis de exposição foram mais acentuados na estação seca, pois quando o nível do rio diminui, há maior disponibilidade de pescado para captura e, portanto, os indígenas consomem maiores quantidades de peixes contaminados.

Nossos achados (VEGA et al., 2018), analisados em perspectiva histórica com o resultado dos estudos anteriormente mencionados (CASTRO; ALBERT; PFEIFFER, 1991; MATAVELI et al., 2022; SING et al., 2003), não deixam dúvidas acerca da longa permanência do mercúrio no ambiente Amazônico, bem como das consequências nefastas – em médio e longo prazo – para a saúde da população local, decorrentes da exposição continuada a este metal tóxico.

Os principais resultados do projeto *“Avaliação da exposição ambiental ao mercúrio proveniente de atividade garimpeira de ouro na Terra Indígena Yanomami, Roraima, Amazônia, Brasil”* foram sintetizados em um relatório técnico. Em março de 2016, representantes da Hutukara Associação Yanomami (HAY), do Instituto Socioambiental (ISA) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) montaram uma caravana e entregaram o relatório para diversas autoridades nacionais, em Brasília-DF, incluindo o Secretário de Saúde Indígena, o Presidente da FUNAI, o Presidente do IBAMA, a representante da 6ª Câmara Temática de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais da Procuradoria Geral da República e a representante dos povos indígenas da ONU, Victoria

Tauli-Corpuz. Após a divulgação oficial do relatório técnico, o IBAMA iniciou uma série de operações para desintrusão da TI Yanomami<sup>13</sup>. As operações se estenderam até o final de 2018, com resultados expressivos. Todavia, após a ascensão de Bolsonaro à presidência da república, em 2019, tais operações foram interrompidas.

Mais recentemente, para atender uma demanda da Texoli Associação Ninam do Estado de Roraima (TANER), em parceria com a Hutukara Associação Yanomami e o Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana (CONDISI-YY), o grupo de pesquisa "*Ambiente, Diversidade e Saúde*" realizou uma avaliação em saúde em nove comunidades da região do alto rio Mucajaí, em Roraima. O objetivo foi estimar os níveis de exposição ao mercúrio nas comunidades por intermédio da análise de amostras de cabelo dos participantes e de peixes regularmente consumidos pela população local.

No período de 4 a 14/10/2022, foram avaliados 287 indígenas e coletadas 47 amostras de pescado. Os resultados revelam que foram detectadas concentrações de mercúrio em todas as amostras de cabelo analisadas, incluindo homens, mulheres, crianças, adultos e idosos, sem exceção. Os níveis de Hg variaram de 0,162 a 10,202  $\mu\text{g/g}$ , com média de 3,791  $\mu\text{g/g}$ , sendo que 11% dos participantes apresentaram níveis acima de 6,0 $\mu\text{g/g}$ , limite de referência estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 1989) (BASTA,

---

13 <http://globoplay.globo.com/v/4966402/>

2024)houve uma explosão da atividade garimpeira na Terra Indígena Yanomami, sendo que a área ocupada saltou de 920 para 1.556 hectares de 2020 para 2021. Esta expansão desenfreada promoveu devastação ambiental expressiva e desorganização social profunda, resultando na crise sanitária atualmente em curso. Diante deste contexto, foi concebido o projeto “Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia: Uma abordagem integrada saúde-ambiente” com a missão de investigar o impacto da atividade garimpeira na TI Yanomami, tendo como foco principal de interesse a exposição ao mercúrio e os efeitos negativos à saúde. Por meio de investigação, foi possível avaliar a situação geral de saúde, bem como os níveis de mercúrio em amostras de cabelo, de aproximadamente 300 indígenas do povo Ninam. Como resultado, ampliou-se o entendimento sobre os efeitos negativos (diretos e indiretos).

A análise dos 47 pescados coletados, incluindo 27 peixes carnívoros, 9 onívoros e 11 detritívoros, revelou igualmente que foram detectadas concentrações de mercúrio em todas as amostras investigadas. Os níveis de Hg variaram de 0,021 a 0,535  $\mu\text{g/g}$ , com média de contaminação de 0,147  $\mu\text{g/g}$  (BASTA, 2024).

Novamente, os achados acima mencionados reforçam a longa permanência da contaminação por mercúrio no ecossistema amazônico, afetando diretamente a cadeia trófica alimentar, notadamente o pescado. Este cenário de destruição ambiental tem ameaçado a segurança e a soberania alimen-

tar e afetado severamente a saúde dos povos tradicionais da Amazônia, sobretudo os povos Yanomami, Munduruku e Kayapó, considerados consumidores regulares de pescados (ARRUDA, 2017; CERDEIRA; RUFFINO; ISAAC, 1997; SANTOS; SANTOS, 2005).

Para além dos efeitos deletérios à saúde e ao meio ambiente decorrentes da presença ilegal de garimpos de ouro em terras indígenas da Amazônia, vale mencionar que o mercúrio utilizado nos garimpos também é produto de atividades criminosas, uma vez que o Brasil não produz este metal. Sendo assim, praticamente todo mercúrio utilizado nos garimpos ilegais de ouro na Amazônia entra no país de forma clandestina, provavelmente fruto de contrabando, sobretudo por intermédio das fronteiras com a República Cooperativa da Guiana, e com a Bolívia (RAMOS; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020).

Outro ponto que merece atenção é a ocupação irregular do espaço aéreo e a abertura de pistas clandestinas para pouso e decolagem de aeronaves a serviço do garimpo na TI Yanomami, bem como em outras terras indígenas e áreas protegidas da Amazônia. Segundo reportagem intitulada “*pistas de destruição*”, publicada pelo *The Intercept Brasil*<sup>14</sup>, em agosto de 2022, existem mais de 360 pistas clandestinas, próximas de áreas devastadas pelo garimpo na Amazônia. Ou seja, pistas sem registro, sem certificação, sem re-

---

14 <https://theintercept.com/2022/08/02/amazonia-pistas-clandestinas-garimpo/>

gulamentação e sem fiscalização e/ou controle por parte da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), fatos que ampliam os riscos à saúde da população local.

A despeito de o garimpo de ouro receber maior atenção da imprensa nos últimos tempos, é importante lembrar que parte expressiva das atividades garimpeiras ilegais na Amazônia também envolve a busca de outros minérios, notadamente a Cassiterita. Recentemente, veículos de comunicação dedicaram-se a cobrir operações realizadas pelo IBAMA que apreenderam dezenas de toneladas de minérios na TI Yanomami<sup>15,16</sup>.

A triste narrativa desta crônica história de destruição relacionada aos garimpos ilegais de ouro na TI Yanomami levou a Hutukara, em parceria com o ISA, a preparar o documento *“Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”* (HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI, 2022). O documento apresenta dados gerais sobre o garimpo na TI Yanomami, ilustra o avanço do garimpo com mapeamento das áreas mais impactadas, traz informações sobre a extensão das áreas destruídas em cada região, bem como dá conta do número de comunidades, além dos cursos d’água diretamente afetados. O texto faz ainda análises por macro-regiões baseadas em denúncias

---

15 <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/guardioes-do-bioma-combate-ao-garimpo-ilegal-e-ilicitos-ambientais-na-ti-yanomami>

16 <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/10/13/operacao-prende-16-pessoas-destroi-maquinarior-e-apreende-6-toneladas-de-minerio-na-terra-indigena-yanomami.ghtml>

recebidas e organizadas pela Hutukara, a partir de matérias de jornal, dados epidemiológicos e depoimentos registrados por pesquisadores indígenas que desenvolvem trabalhos de autoetnografia acerca dos impactos dos garimpos na região. Por fim, o documento apresenta conclusões e recomendações, incluindo uma lista de ações que podem contribuir para a resolução do problema.

Recentemente, Davi Kopenawa esteve em Nova York para fazer chegar mais longe as denúncias e entregar o documento à Organização das Nações Unidas<sup>17</sup>. Segundo o documento, entre 2016 e 2020 o garimpo na TI Yanomami cresceu 3.350%, e as comunidades que vivem às margens dos rios Apiaú, Catrimani, Couto Magalhães, Mucajaí, Parima e Uraricoera estão hoje sofrendo graves consequências decorrentes da presença dos invasores.

Para concluir esta seção, serão compartilhados dados de um estudo recente que teve como objetivo avaliar o risco à saúde atribuído ao consumo de pescados contaminados em populações que vivem em áreas urbanas e não urbanas, no Estado de Roraima (VASCONCELLOS et al., 2022). No período de 27/02 a 06/03/2021, foram coletados 75 pescados, representantes de 20 distintas espécies de peixes, de quatro níveis tróficos (herbívoros, onívoros, detritívoros e carnívoros), em quatro pontos da bacia do Rio Branco-RR: [Ponto 1 - Baixo Rio Branco (01°49'08" N / 61°07'29" W); Ponto 2 – Baixo Rio Mucajaí, afluente da margem direita do Rio Branco (02°28'19"

---

17 <https://amazoniareal.com.br/yanomami-sob-ataque/>

N / 60° 54' 57" W); Ponto 3 – Rio Branco, na cidade de Boa Vista (2°49'17" N / 60°39'42" W); Ponto 4 – Rio Uraricoera, no município de Amajari (03° 27'48" N / 60°54'38" W)]. Os peixes foram coletados diretamente da mão de pescadores, no momento do desembarque pesqueiro. Ou seja, foram analisados pescados que seriam comercializados em feiras livres e mercados, nas principais cidades de Roraima.

As amostras coletadas foram enviadas para o laboratório do Instituto Evandro Chagas, em Belém-PA, onde foram avaliados os níveis de contaminação por mercúrio. Os níveis de mercúrio nas amostras de pescado variaram de 0 a 3,159 µg/g. A concentração média dos níveis de mercúrio nos peixes não carnívoros (n = 32) foi 0,116 µg/g, enquanto entre os peixes carnívoros (n = 43) foi 0,869 µg/g.

No Ponto 1 (Baixo Rio Branco), foram coletados 20 peixes, com concentração mediana de metilmercúrio foi 0,560 µg/g, sendo que 45% das amostras apresentaram níveis de Hg ≥ 0,5µg/g. No Ponto 2 (Baixo Rio Mucajaí, afluente da margem direita do Rio Branco) foram coletados 17 peixes, com concentração mediana de metilmercúrio de 0,448 µg/g, sendo que 53% das amostras apresentaram níveis de Hg ≥ 0,5µg/g. No Ponto 3 (Rio Branco na cidade de Boa Vista) foram coletados 17 peixes, com concentração mediana de metilmercúrio igual a 0,166 µg/g, sendo que 25,5% das amostras apresentaram níveis de Hg ≥ 0,5µg/g. No Ponto 4 (Rio Uraricoera, no município de Amajari) foram coletados 21 peixes, com concentração mediana de metilmercúrio de 0,421 µg/g, sendo

que sendo que 57% das amostras apresentaram níveis de Hg  $\geq 0,5\mu\text{g/g}$ . Isto significa que os limites de  $0,5\mu\text{g}$  de Hg por grama de pescado estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) como seguros para comercialização de pescados no Brasil (BRASIL, 2013) foram extrapolados em todos os pontos investigados.

De acordo com a avaliação de risco à saúde atribuída ao consumo do pescado contaminado, empregada no estudo (VASCONCELLOS et al., 2022), mulheres em idade fértil e crianças menores de cinco anos, ingerem quantidades de mercúrio que podem ultrapassar em até 9 e 32 vezes, respectivamente, os limites de segurança recomendados pela Organização Mundial de Saúde (FAO/WHO, 2016) para as faixas etárias em questão.

Em síntese, os autores concluem que as pessoas que vivem no Estado de Roraima, independente de residir em áreas urbanas ou não urbanas, estão sujeitas a adoecer e apresentar sinais e sintomas decorrentes de contaminação por mercúrio, caso tenham o hábito de consumir regularmente pescados provenientes da bacia do Rio Branco.

A mensagem final desta seção é que o garimpo ilegal de ouro, realizado na TI Yanomami, afeta não somente o povo Yanomami e outros povos indígenas de Roraima, uma vez que o mercúrio que é despejado indiscriminadamente nos rios da TI Yanomami se espalha pelos principais afluentes da bacia do Rio Branco, contamina os pescados da região e pode chegar à mesa dos moradores das cidades, incluindo àqueles que vivem na capital Boa Vista.

## À guisa de recomendações

Após a exposição de alguns indicadores de saúde, direta ou indiretamente afetados pela presença de garimpos ilegais de ouro na TI Yanomami, bem como a realização de um debate sobre as consequências da contaminação por mercúrio para a população local, nesta seção serão compartilhadas recomendações, considerando ações emergenciais e estruturais, a fim de enfrentar o problema de modo eficaz e duradouro.

A primeira recomendação de caráter emergencial é a interrupção imediata do garimpo e do uso do mercúrio, assim como a desintrusão de invasores de todas as terras indígenas da Amazônia. A interrupção da atividade garimpeira, bem como a desintrusão dos territórios são ações essenciais, todavia, não são suficientes se não houver garantia de segurança e soberania ao povo dentro de seu próprio território. É necessário que o Estado brasileiro – por intermédio de ações intersetoriais, incluindo Ministério da Justiça, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e outros órgãos – busque estabelecer uma reorganização nos territórios afetados, incluindo a implementação de ações de recuperação dos equipamentos públicos disponíveis na região, tais como: postos de fiscalização da FUNAI, escolas, pistas de pouso, postos de saúde e alojamento para equipes, entre outras melhorias de ordem logística e de apoio à população local.

Ainda sob o ponto de vista emergencial é essencial garantir a construção de hospitais de campanha, em pontos estratégicos no interior da TI Yanomami, sobretudo neste momento crítico em que foi declarada Emergência Sanitária de Interesse Nacional (ESPIN). Esses equipamentos de saúde devem ter como objetivo principal ofertar atendimento às pessoas em estado crítico, com quadros graves de desnutrição, diarreia, verminose, pneumonia, malária, entre outros agravos, e assim prevenir óbitos por causas evitáveis. Ademais, é vital garantir abastecimento regular de medicamentos, de água potável e de alimentos. Igualmente importante é acolher as vítimas de violência sexual, os casos emergentes de alcoolismo e drogadicção, bem como dar suporte psicossocial a todos os indígenas que foram de algum modo aliciados pelo garimpo e que estão sofrendo as dramáticas consequências deste conflituoso processo.

Considerando ações estruturais enfocadas na área da saúde, é essencial atualizar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), promulgada em 2002, a fim de garantir ações em saúde no território que deem conta de atender às demandas da população em todos os níveis de complexidade do SUS. Para tanto, é fundamental assegurar a ampliação e a reestruturação dos serviços de atenção à saúde existentes no território, de modo a abastecer os postos com medicamentos, equipamentos e insumos para atendimentos emergenciais.

Ainda no que concerne a infraestrutura, é essencial garantir comunicação eficaz entre os postos de saúde presen-

tes no território e os centros urbanos, considerando a possibilidade de se criar centros de telemedicina específicos para garantir atendimento com especialistas (em universidades e centros de pesquisa), quando for necessário, sem a necessidade de retirar o indígena do território. Esta demanda está totalmente alinhada com a criação da nova secretaria de saúde digital, na estrutura do Ministério da Saúde.

Ademais, é importante garantir a presença regular de profissionais de saúde qualificados, sobretudo os de nível superior, além de investir na formação continuada de agentes indígenas de saúde (AIS), agentes indígenas de saneamento (AISAN) e outros profissionais indígenas, bem como pensar na elaboração de concursos públicos para fixação de profissionais nos territórios indígenas. A reestruturação do Programa Mais Médicos para o Brasil é essencial para garantir a presença continuada deste profissional nas terras indígenas.

Como parte da reestruturação das ações em saúde é igualmente importante incluir e valorizar a participação das mulheres indígenas no planejamento, na execução e no monitoramento de diferentes programas de saúde, realizados no âmbito do SUS, sobretudo os destinados à saúde da mulher e da criança, à atenção pré-natal, e ao programa de imunização. Além de criar espaços específicos para as mulheres debaterem diferentes estratégias de planejamento familiar, culturalmente adaptadas à realidade local, e com decisões tomadas pelas próprias mulheres. Outro ponto crucial é ampliar a participação de lideranças jovens no controle so-

cial e em outros fóruns participativos, a fim garantir que os anseios da sociedade local sejam ouvidos e acolhidos em sua integridade pelas autoridades nacionais.

Ainda na área da saúde, é vital que o governo pense na elaboração de programas intersetoriais específicos para o combate a desnutrição, a fome e a insegurança alimentar nas terras indígenas da Amazônia, iniciando as atividades na TI Yanomami. O restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o envolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em atividades cooperativas, e o resgate do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com aquisição de alimentos produzidos pelas próprias comunidades para reforçar a merenda escolar podem ser pontos de partida importantes para iniciar este processo. Nesse ínterim, a distribuição de cestas básicas cumpre importante papel para atenuar a fome nas áreas mais afetadas. Todavia, as cestas básicas devem necessariamente ser apropriadas aos padrões alimentares locais, respeitando o paladar e as tradições do povo Yanomami.

Considerando especificamente os problemas relativos à contaminação por mercúrio, recomendamos a criação de um *“Programa Nacional de Vigilância e Monitoramento de Pessoas Expostas ao Mercúrio”*, inserido no Sistema Único de Saúde (SUS) e gerenciado pelo Ministério da Saúde. O programa deve contemplar ações integradas de modo a garantir:

O rastreamento de comunidades cronicamente expostas ao mercúrio; a realização de diagnósticos laboratoriais tempestivos para avaliar pessoas com quadros sugestivos de intoxicação por mercúrio; a elaboração de protocolos e rotinas apropriadas para diagnóstico e tratamento de pacientes com quadro de intoxicação por mercúrio estabelecido; e a criação de ao menos um centro de referência para acompanhamento de casos crônicos e/ou com sequelas já instaladas.

A busca ativa de casos suspeitos de intoxicação em localidades onde existam registros e/ou indícios de exposição crônica ao mercúrio, com ênfase em gestantes, mulheres em idade fértil e crianças menores de 5 anos.

Igualmente importante é notificar os casos de contaminação identificados. Recomenda-se a adaptação das fichas de notificação individual de intoxicação exógena para registro dos casos de contaminação ambiental por mercúrio já reconhecidos, de modo a minimizar o problema da subnotificação, atualmente existente, no âmbito do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). É essencial ampliar as notificações de intoxicação exógena, decorrentes da contaminação por mercúrio, sobretudo nos casos detectados em pesquisas ou no âmbito dos serviços de saúde, a fim de produzir estatísticas oficiais sobre os problemas provocados pela contaminação por mercúrio no país.

Para que as ações acima sejam bem-sucedidas é vital garantir assistência médica em todos os níveis de complexidade na rede SUS, incluindo prevenção, atenção básica,

assistência especializada com acesso a exames laboratoriais e de imagens, hospitalização para as pessoas afetadas pela contaminação por mercúrio e reabilitação daquelas que apresentem sequelas permanentes. A garantia de assistência à saúde qualificada está diretamente relacionada ao treinamento de profissionais de saúde que atuam em regiões afetadas. O treinamento deve visar o aperfeiçoamento do diagnóstico, do tratamento e do monitoramento de pessoas expostas ao mercúrio. A experiência do curso *“Vigilância e Monitoramento de Populações Expostas ao Mercúrio no Brasil”*, ofertado pelo grupo de pesquisa *“Ambiente, Diversidade e Saúde”* da Fiocruz às equipes multidisciplinares de saúde indígena que atuam no DSEI Rio Tapajós pode servir de referência para começar esta iniciativa.

No campo da atenção básica, recomenda-se a dosagem dos níveis de mercúrio em amostras de cabelo, em mulheres gestantes e crianças menores de cinco anos, no âmbito das ações desenvolvidas nos programas de atenção pré-natal e de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, iniciando as ações pelas áreas impactadas pelo garimpo de ouro na Amazônia Legal.

De modo complementar é essencial monitorar os níveis de mercúrio em pescados que são comercializados em mercados e feiras livres, localizadas em centros urbanos da região. Este monitoramento deve ser realizado conjuntamente com ações de comunicação de risco, contendo orientações sobre o consumo seguro de pescados e suas diferentes es-

pécies, e informações claras acerca dos riscos à saúde. Ênfase deve ser dada à restrição da ingestão das espécies mais contaminadas por mercúrio, sobretudo pelas gestantes, sem perder de vista tradições culturais e alimentares, nas áreas monitoradas.

Em conclusão, é igualmente relevante que o Governo Federal pense num plano para remediação/regeneração das áreas que foram devastadas pelo garimpo e contaminadas pelo mercúrio. O plano deve conter ações de reflorestamento com subsídios do Estado para o desenvolvimento de projetos de base comunitária, pautados na sustentabilidade, e com o objetivo de valorizar as vocações das pessoas que vivem no território, assim como as vocações do ambiente natural. Vale lembrar que as ações aqui propostas somente serão bem-sucedidas se houver participação ativa das comunidades afetadas em todas as etapas do projeto, incluindo planejamento, implantação, execução, gestão de recursos, bem como na avaliação da eficácia das ações propostas e na repartição de eventuais benefícios.

Por fim, é fundamental basear o planejamento e a execução das ações propostas, tanto as emergenciais, como as estruturais, em evidências científicas disponíveis, e sempre que possível, contar com o apoio da Defensoria Pública da União, do Ministério Público Federal, da Procuradoria Geral da República, bem como de outros órgãos do Governo Federal dedicados à proteção de direitos humanos, direitos ambientais e direitos indígenas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHATZ, R. W. et al. Impacts of the Goldmining and Chronic Methylmercury Exposure on the Good-Living and Mental Health of Munduruku Native Communities in the Amazon Basin. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 17, p. 8994, 26 ago. 2021.

ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (EDS.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. 1a. ed ed. São Paulo: Editora UNESP : Imprensa Oficial SP : IRD, Institut de recherche pour le développement, 2002.

ALVES, F. T. A. et al. Mortalidade proporcional nos povos indígenas no Brasil nos anos 2000, 2010 e 2018. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 691–706, 2021.

ARRUDA, M. C. F. DE. Avaliação dos indicadores da política de pesca do programa zona franca verde: perspectivas econômicas e ambientais. 2017.

BARBONE, F. et al. Prenatal mercury exposure and child neurodevelopment outcomes at 18 months: Results from the Mediterranean PHIME cohort. **International Journal of Hygiene and Environmental Health**, v. 222, n. 1, p. 9–21, jan. 2019.

BARBOSA, A. C.; DÓREA, J. G. Indices of mercury contamination during breast feeding in the Amazon Basin. **Environmental Toxicology and Pharmacology**, v. 6, n. 2, p. 71–79, out. 1998.

BASTA, P. C. et al. Mercury Exposure in Munduruku Indigenous Communities from Brazilian Amazon: Methodological Background and an Overview of the Principal Results. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 17, p. 9222, 1 set. 2021.

BASTA, P. C. Gold mining in the Amazon: the origin of the Yanomami health crisis. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 12, p. e00111823, 2023.

BASTA, P. C. et al. Risk Assessment of Mercury-Contaminated Fish Consumption in the Brazilian Amazon: An Ecological Study. **Toxics**, v. 11, n. 9, p. 800, 21 set. 2023.

BASTA, P. C. **Relatório técnico do projeto de pesquisa “Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia”: Uma abordagem integrada saúde-ambiente**. Rio de Janeiro, RJ: Paulo Cesar Basta, 2024.

BRASIL. Dispõe sobre o Regulamento Técnico MERCOSUL sobre Limites Máximos de Contaminantes Inorgânicos em Alimentos (Resolução RDC nº 42, de 29 de agosto de 2013). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2013.

CALDART, R. V. et al. Fatores associados à pneumonia em crianças Yanomami internadas por condições sensíveis à atenção primária na região norte do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 5, p. 1597–1606, maio 2016.

CALDAS, A. D. R. et al. Mortalidade infantil segundo cor ou raça com base no Censo Demográfico de 2010 e nos sistemas nacionais de informação em saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, 2017.

CASTILHOS, Z. et al. Human exposure and risk assessment associated with mercury contamination in artisanal gold mining areas in the Brazilian Amazon. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 22, n. 15, p. 11255–11264, ago. 2015.

CASTRO, M. B.; ALBERT, B.; PFEIFFER, W. C. **Mercury levels in Yanomami indians hair from Roraima, Brazil**. Proc 8th Intern Conf Heavy Metals in the Environment. **Anais...**1991.

CERDEIRA, R. G. P.; RUFFINO, M. L.; ISAAC, V. J. CONSUMO DE PESCADO E OUTROS ALIMENTOS PELA POPULAÇÃO RIBEIRINHA DO LAGO GRANDE DE MONTE ALEGRE, PA-BRASIL. **Acta Amazonica**, v. 27, p. 213–227, 1997.

CRESPO-LOPEZ, M. E. et al. Mercury: What can we learn from the Amazon? **Environment International**, v. 146, p. 106223, jan. 2021.

DA SILVA BRABO, E. et al. Mercury contamination of fish and exposures of an indigenous community in Pará state, Brazil. **Environmental Research**, v. 84, n. 3, p. 197–203, nov. 2000.

DACK, K. et al. Prenatal Mercury Exposure and Neurodevelopment up to the Age of 5 Years: A Systematic Review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 4, p. 1976, 10 fev. 2022.

DE AGUIAR BARROS, J. et al. Gold miners augment malaria transmission in indigenous territories of Roraima state, Brazil. **Malaria Journal**, v. 21, n. 1, p. 358, 29 nov. 2022.

DE OLIVEIRA SANTOS, E. C. et al. Mercury Exposure in Munduruku Indians from the Community of Sai Cinza, State of Pará, Brazil. **Environmental Research**, v. 90, n. 2, p. 98–103, out. 2002.

DE VASCONCELLOS, A. C. S. et al. Health Risk Assessment Attributed to Consumption of Fish Contaminated with Mercury in the Rio Branco Basin, Roraima, Amazon, Brazil. **Toxics**, v. 10, n. 9, p. 516, 31 ago. 2022.

DEBES, F.; WEIHE, P.; GRANDJEAN, P. Cognitive deficits at age 22 years associated with prenatal exposure to methylmercury. **Cortex**, v. 74, p. 358–369, jan. 2016.

DÓREA, J. G. et al. Hair mercury (signature of fish consumption) and cardiovascular risk in Mundurucu and Kayabi Indians of Amazonia. **Environmental Research**, v. 97, n. 2, p. 209–219, fev. 2005a.

DÓREA, J. G. et al. Fish consumption (Hair Mercury) and nutritional status of Amazonian Amer-Indian Children. **American Journal of Human Biology**, v. 17, n. 4, p. 507–514, jul. 2005b.

EKINO, S. et al. Minamata disease revisited: An update on the acute and chronic manifestations of methyl mercury poisoning. **Journal of the Neurological Sciences**, v. 262, n. 1–2, p. 131–144, nov. 2007.

FAO/WHO. Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives (JECFA), Report of the Tenth Session, Rotterdam, The Netherlands 4 to 8 April 2016. [s.d.].

FELLOWS, M. et al. Under-Reporting of COVID-19 Cases Among Indigenous Peoples in Brazil: A New Expression of Old Inequalities. **Frontiers in Psychiatry**, v. 12, p. 638359, 12 abr. 2021.

FERREIRA, H. P.; MACHADO, A. M. A.; SENRA, E. B. **As línguas Yanomami no Brasil : diversidade e vitalidade**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019. v. 17

GONÇALVES, A. et al. Contaminação do mercúrio em populações de garimpos de ouro em área da Amazônia legal: apurando o diagnóstico da realidade Kayapó. **Salusvita**, p. 37–52, 1999.

HACON, S. DE S. et al. Mercury Exposure through Fish Consumption in Traditional Communities in the Brazilian Northern Ama-

zon. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 15, p. 5269, 22 jul. 2020.

HIDALGO, G. et al. The nutrition transition in the Venezuelan Amazonia: increased overweight and obesity with transculturation. **American Journal of Human Biology**, v. 26, n. 5, p. 710–712, 2014.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. **YANOMAMI SOB ATAQUE: GARIMPO ILEGAL NA TERRA INDÍGENA YANOMAMI E PROPOSTAS PARA COMBATÊ-LO**. Instituto Socioambiental, , 22 abr. 2022.

KHOURY, E. D. T. et al. Manifestações neurológicas em ribeirinhos de áreas expostas ao mercúrio na Amazônia brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, p. 2307–2318, 2013.

KIM, B. et al. Adverse effects of prenatal mercury exposure on neurodevelopment during the first 3 years of life modified by early growth velocity and prenatal maternal folate level. **Environmental Research**, v. 191, p. 109909, dez. 2020.

LIMA, J. F. B. et al. Analysis of the mortality trend in the indigenous population of Brazil, 2000–2016. **Public Health**, v. 186, p. 87–94, set. 2020.

MACHADO, A. M. et al. **Xawara: rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a omissão do Estado**. [s.l.] ISA, 2020.

MATAVELI, G. et al. Mining Is a Growing Threat within Indigenous Lands of the Brazilian Amazon. **Remote Sensing**, v. 14, n. 16, p. 4092, 21 ago. 2022.

MORAES, A. O. DOS S. et al. Food profile of Yanomami indigenous children aged 6 to 59 months from the Brazilian Amazon, according to the degree of food processing: a cross-sectional study. **Public Health Nutrition**, v. 26, n. 1, p. 208–218, jan. 2023.

OLIVEIRA, R. A. A. DE et al. Neurological Impacts of Chronic Methylmercury Exposure in Mundurucu Indigenous Adults: Somatosensory, Motor, and Cognitive Abnormalities. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 19, p. 10270, 29 set. 2021.

ORELLANA, J. D. Y. et al. Associação de baixa estatura severa em crianças indígenas Yanomami com baixa estatura materna: indícios de transmissão intergeracional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 5, p. 1875–1883, maio 2019.

ORELLANA, J. D. Y. et al. Intergenerational Association of Short Maternal Stature with Stunting in Yanomami Indigenous Children from the Brazilian Amazon. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 17, p. 9130, 30 ago. 2021.

PANTOJA, L. DE N. et al. Cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena (SISVAN-I) e prevalência de desvios nutricionais em crianças Yanomami menores de 60 meses, Amazônia, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 14, p. 53–63, 2014.

RAMOS, A. R. A.; OLIVEIRA, K. A. DE; RODRIGUES, F. DOS S. Mercury-Based Mining in Yanomami Indigenous Lands and Accountabilities. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. e03262, 2020.

SANTOS, G. M. DOS; SANTOS, A. C. M. DOS. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 165–182, 2005.

SING, K. A. et al. Organic Mercury Levels among the Yanomama of the Brazilian Amazon Basin. **AMBIO: A Journal of the Human Environment**, v. 32, n. 7, p. 434–439, nov. 2003.

TAKAOKA, S. et al. Survey of the Extent of the Persisting Effects of Methylmercury Pollution on the Inhabitants around the Shiranui Sea, Japan. **Toxics**, v. 6, n. 3, p. 39, 20 jul. 2018.

VASCONCELLOS, A. C. S. DE et al. Health Risk Assessment of Mercury Exposure from Fish Consumption in Munduruku Indigenous Communities in the Brazilian Amazon. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 15, p. 7940, 27 jul. 2021.

VEGA, C. et al. Human Mercury Exposure in Yanomami Indigenous Villages from the Brazilian Amazon. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 15, n. 6, p. 1051, 23 maio 2018.

VERHAGEN, L. M. et al. High malnutrition rate in Venezuelan Yanomami compared to Warao Amerindians and Creoles: significant associations with intestinal parasites and anemia. **PLoS One**, v. 8, n. 10, p. e77581, 2013.

WHO (World Health Organization). WHO child growth standards: length/height-for-age, weight-for-age, weightfor-length, weight-for-height and body mass index-for-age. Methods and development. WHO (nonserial publication). Geneva; 2006.

WHO (World Health Organization). Toxicological Evaluation of Certain Food Additives and Contaminants; WHO Food Additives Series, No. 24; Cambridge University Press: Cambridge, UK, 1989.

## 2 - O garimpo na Terra Yanomami ontem e hoje

*Marciane Rocha*

**N**asci e cresci junto ao meu povo Ye'kwana na comunidade Fuduwaaduinha, na região da Terra Indígena Yanomami conhecida como Auaris, onde estão localizadas também diversas comunidades do povo Sanumá. Nós, Ye'kwana, temos uma língua e um modo de vida diferentes dos povos Yanomami, mas dividimos com eles o mesmo território e temos uma história compartilhada de luta diante da presença do garimpo ilegal em nossa terra.

Nasci em meados dos anos 1990, após a homologação da terra indígena. Na minha infância, cresci em meio a brincadeiras despreocupadas junto às outras crianças da minha comunidade. Enquanto eu crescia, o garimpo parecia algo distante, que pertencia às histórias do passado. Meu pai trabalha na saúde indígena desde muito jovem. Já foi intérprete, barqueiro, Agente Indígena de Saúde. Costumava ouvir as conversas dele sobre o que viveu durante o auge da invasão do garimpo nos anos 1980 e 1990. Meu avô materno, Lourenço, e meu tio Alberto foram assassinados por garimpeiros na comunidade Olomai, em Auaris, em 1990. Minha irmã mais velha conta que ainda se lembra de assistir ao pouso do helicóptero de resgate que trouxe nosso tio baleado para Auaris. Ela era criança, mas a cena ficou marcada na sua memória. Isso foi antes de eu nascer. Logo depois da morte

do meu avô, houve uma grande operação para acabar com o garimpo na nossa terra. Meu pai viajou pela terra indígena, acompanhando a equipe de saúde no atendimento das comunidades afetadas pela malária e outras doenças. Nos anos que se seguiram, parecia que poderíamos, finalmente, viver em segurança, com nossa terra demarcada e livre dos invasores.

Com o passar do tempo, os garimpeiros foram voltando. Começamos a ouvir cada vez mais notícias de garimpo em várias regiões do nosso território. Nos últimos anos, o problema se agravou muito. Com o aumento do número de invasores e o enfraquecimento do atendimento de saúde, a situação piorou. Em Auaris, a malária, que tinha deixado de ser uma preocupação, voltou com força, principalmente, nos últimos quatro ou cinco anos. Eu nunca tinha visto tanta malária na minha comunidade. Às vezes, acontecia de chegar um parente doente, vindo de uma das comunidades do lado Venezuelano da fronteira para nos visitar. Eles recebiam tratamento e tudo ficava bem. Tínhamos microscopistas indígenas na comunidade, que faziam o exame nos visitantes e davam remédio aos doentes, mas tudo isso ficou no passado. Junto com a volta dos garimpeiros, a doença chegou para ficar, não vinha mais de longe com os visitantes. Há muita gente com malária na nossa terra agora. O marido da minha irmã é microscopista indígena, ele tem visto muita, muita malária nas comunidades por onde ele anda fazendo exames nas pessoas. Nossa própria comunidade está cheia de pesso-

as doentes. Todos tiveram Covid-19, muitos tiveram mais de uma vez. O polo-base de saúde está lotado de pessoas doentes, crianças, adultos, velhos. Gente doente e com fome.

Na comunidade Ye'kwana de Waichanha, onde vivem meus parentes, no rio Uraricoera, o garimpo cresceu tanto que virou uma cidade. Um de meus irmãos que mora lá nos contou que todos na comunidade pegam malária, uma pessoa pega malária mais de uma vez no mesmo ano. Os mais velhos e as crianças pequenas são os que mais sofrem, porque seus corpos não aguentam a doença. Em dezembro de 2022, perdemos nosso grande avô, Vicente Castro, um homem sábio, que tinha vencido a Covid-19 duas vezes e morreu de malária. Quando ele adoeceu, não havia material para fazer o exame de malária na comunidade, e nossos parentes tiveram que levá-lo para outra comunidade vizinha, mas ele infelizmente não aguentou. Nós choramos muito sua morte, ele era o maior sábio reconhecido por todo o povo Ye'kwana. Quando ele morreu, foi como se uma grande biblioteca tivesse pegado fogo.

Eu vejo com muita tristeza as imagens aéreas da destruição de nossa terra pelo garimpo. Tenho dificuldade em olhar para aqueles imensos buracos onde antes havia floresta. Eles estão destruindo nossa casa, nosso mundo. Os mais velhos, como meu pai, não achavam que iam viver tudo isso de novo.

Em Auaris, a caça desapareceu. Nós não compramos nossa comida no supermercado. Nossa alimentação é a base da nossa saúde, não comemos qualquer coisa. Nossos mais

velhos nos ensinam a cuidar da saúde desde muito cedo, para cada idade há um tipo de alimentação correta, crianças pequenas não podem comer certos tipos de alimento que comem os adultos, mulheres grávidas também. Por isso, sempre cultivamos nossas roças e cuidamos de respeitar a floresta para que a terra nos dê nossos alimentos. Só que agora está cada vez mais difícil. Com o aumento da quantidade de invasores dentro da nossa terra, nossas fontes de alimento começam a desaparecer. A malária enfraquece os adultos, que não têm força para trabalhar. As roças que nós plantamos para durar três anos acabam em pouco tempo, porque pessoas de comunidades vizinhas vem retirar alimento, já que estão sem comida. Depois de passar um ano estudando na cidade, fui visitar minha comunidade nas férias e passei o último mês lá. Fiquei muito assustada com o que vi. Minhas irmãs estão preocupadas se a roça terá comida suficiente para o ano todo. Apesar da falta de caça na região, sempre tivemos muita fartura nas nossas roças. Nunca tinha visto faltar comida nas casas das famílias como agora. Nossas roças de banana acabaram. Nós tínhamos muita banana! Nunca pensei que isso pudesse acontecer.

A floresta não é só o lugar onde cultivamos nossos alimentos, ela é também a nossa escola. Aprendemos com nossos pais, mães, avós, fazendo as coisas juntos. Uma aprendizagem na prática. Quando eu era criança, eu ia para a roça com minha mãe e minhas irmãs e lá aprendia sobre as plantas que são usadas como remédio, sobre os cuidados

com a roça, sobre a história dos alimentos, sobre os cantos que usamos nos rituais. Tudo isso enquanto a gente trabalhava e cuidava da roça. Quando o garimpo destrói a floresta, ele destrói nosso modo de viver. Como meus sobrinhos vão aprender agora? E com quem, porque nossos velhos estão morrendo de malária, Covid e outras doenças?

Eu vim para a cidade estudar, não é fácil. Estou longe da minha família. Uma das coisas que estranho na vida na cidade é o distanciamento que há entre as pessoas, afinal, elas estão próximas demais fisicamente, mas longe umas das outras ao mesmo tempo. Há uma correria diária e falta tempo para tudo, inclusive para conversar, visitar as pessoas e se importar com elas. As pessoas olham para mim como se eu fosse diferente ou de outro planeta, às vezes, fazem perguntas diferentes. O que foi mais engraçado para mim foi quando perguntaram de qual país eu era, há pessoas que acho que têm medo ou vergonha de perguntar se sou indígena, não sei porque. Percebo que as pessoas da cidade têm muita curiosidade sobre o modo de vida dos indígenas. Elas não sabem nada sobre como vivemos hoje, acham que nós, indígenas, vivemos todos do mesmo jeito, não sabem que cada povo tem sua cultura, seu modo de vida. Também acham que, se estamos na cidade, estudando, falando português e usando celular e computador, não somos mais indígenas e que queremos viver como os brancos.

Meu pai sempre nos estimulou a estudar para melhorar a vida do nosso povo, defendendo nossos direitos. Por isso,

estou estudando na universidade, para que os brancos saibam quem somos e como vivemos. Para que saibam que o ouro que compram para se enfeitar está nos matando. Os garimpeiros cavam a terra, destroem a floresta e deixam para trás doença, morte e destruição. Eles ameaçam nossas vidas, mas nós não somos ameaça para ninguém. Queremos apenas viver em paz no nosso território. Vocês, brancos, precisam ouvir nossas palavras, saber o que está acontecendo conosco. É por isso que estou falando aqui para vocês.

### **III - Saúde destroçada**

#### **1 - A experiência do Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami (PEASY, 1990)**

*Maria Stella Castro Lobo*

**E**u gostaria de agradecer o convite em prol da retomada da saúde Yanomami e de saudar, especialmente, os colegas que estão hoje na linha de frente, neste momento tão difícil. A ideia aqui é contar um pouco sobre as ações de saúde desenvolvidas durante o Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami (PEASY), em 1990, quando foi encontrado um cenário epidemiológico em muito semelhante ao visto hoje, e então iniciada a implementação do sistema de saúde local. Naquela ocasião, trabalhei como representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tanto na assistência médica, quanto na organização dos serviços de saúde. Apesar de ter trilhado outros caminhos profissionais desde então, carrego próxima esta experiência ao longo dos anos. Reviver aqueles tempos sempre me traz um turbilhão de emoções; tanto as boas—a convivência com os Yanomami; quanto de revolta, por estarmos novamente discutindo o risco de genocídio, 30 anos depois, por conta de políticas públicas omissas e de interesses econômicos predatórios.

Para contextualizar, desde que o projeto RADAM<sup>6</sup> divulgou o potencial de exploração mineral na região, em 1975, ondas de invasão do garimpo ocorreram na área. Isso evoluiu num crescendo até que, ao final da década de 1980, Romero Jucá (então presidente da FUNAI) proibiu a permanência na área das organizações não-governamentais—o que incluía antropólogos, profissionais de saúde—alegando risco de vida, ao passo que estimulou (ou fez vista grossa) para a entrada de 40 mil garimpeiros. Com esse quadro, seguiu-se o que também vemos hoje: malária em proporções epidêmicas, desnutrição, alcoolismo, tuberculose, violência, destruição ambiental, contaminação por mercúrio e tudo mais.

Depois de uma série de denúncias, de articulação interinstitucional (como a Ação pela Cidadania) e de sensibilização de organismos internacionais, o governo federal, finalmente, instituiu o plano emergencial de 1990, que também foi implementado nos primeiros meses de um governo recém-empossado, o de Fernando Collor de Mello.

1) O plano tinha coordenação do Ministério da Saúde, com o apoio e a *expertise* necessária das instituições que já atuavam na área (FUNAI, CCPY, Diocese de Roraima) e outras, de ensino e pesquisa (UnB, UFRJ, Fiocruz), havendo apoio logístico da Aeronáutica (para deslocamento com helicópteros).

---

6 O Projeto Radar da Amazônia (RADAM) foi criado em 1970, no âmbito do Ministério das Minas e Energia, com o objetivo de fazer o mapeamento e levantamento de recursos naturais na região, através imagens aéreas de radar, captadas por avião. Cinco anos mais tarde, foi expandido para o território nacional, passando a se chamar Projeto RADAM Brasil. Em 1985, foi incorporado ao IBGE [nota das organizadoras].

Para além do atendimento das urgências, os dois grandes pilares do plano seriam: o censo e a busca ativa de casos de malária. O censo era importante para planejamento de ações futuras e avaliação do impacto na mortalidade (que foi estimada de 15% a 30%, principalmente, por malária). A busca ativa seria a forma mais efetiva de se acabar com a cadeia de transmissão da doença. Para isso, o maior número possível de comunidades deveria ser visitado, e a abordagem não poderia se restringir à demanda espontânea.

Aqui, vale destacar alguns aspectos operacionais do trabalho de campo:

- Primeiro, a importância da equipe multidisciplinar (idealmente, composta por profissionais de saúde, antropólogos, intérpretes, microscopistas; eventualmente, entomologistas).
- Só para exemplificar a importância dos antropólogos na equipe, o desafio do censo na identificação dos indígenas era enorme! Numa população que preserva o nome pessoal como algo da mais profunda intimidade, algo que não se compartilha, encontravam-se listas de censo com o mesmo “nome” para todos, *taimi*, que significa “eu não sei”. Muitos indígenas também “escolhiam” um nome de branco para se relacionar com as equipes de saúde, mas não raro trocavam os nomes escolhidos. A dificuldade era muito maior quando se tratava do nome ou menção aos mortos. Portanto, antropólogos tinham papel fundamental para identificar, construir mapas com

graus de parentesco, ajudar nas consultas e autópsias verbais, quando se queria abordar as mortes nos anos precedentes, reduzindo as estatísticas de óbitos por causas mal definidas, além de anotarem os deslocamentos e reagrupamentos de comunidades (que se intensificam durante epidemias).

- Outro aspecto era a importância da comunicação: urgências de toda natureza demandavam comunicação e transporte para Boa Vista (radiofonia, na ocasião, era essencial e havia escassez de aparelhos). Imagino que existam novas formas de comunicação hoje em dia (para tele saúde e tele consultas). Naquela época, não existiam celulares, nem internet, nem GPS; somente uns mapas impressos com imagens de satélite que serviam para plotar a localização das malocas. [Até sinal de fumaça Alcida e eu precisamos fazer para resgate por helicóptero, quando chegamos por canoa a uma comunidade de Auaris que não constava no mapa].
- Quanto à busca ativa da malária, todos eram examinados e, independentemente dos sintomas, tinham lâminas coletadas para diagnóstico. Tratamentos eram completados, preferencialmente, dentro da própria aldeia. Passada a correria inicial, esse período de consolidação dos tratamentos costumava ser propício para socializar e interagir com os Yanomami, rir juntos, participar de suas rotinas e rituais, finalmente, para conhecê-los e aprender muito com eles.

- Em algumas circunstâncias, chegávamos com vacina e também aplicávamos em todos, já que a cobertura era então muito baixa, próxima de zero.
- 2) Em março de 1990, um seminário de avaliação do plano emergencial recomendou o desenvolvimento e estruturação de ações de saúde contínuas, de curto e médio prazos, em consonância com a política nacional de saúde.
  - 3) Iniciou-se então a elaboração do sistema de saúde local, com base nos princípios do SUS, com a preocupação de observar um contexto culturalmente diferenciado.

O SUS (Sistema Único de Saúde), que tão bem conhecemos hoje, era um sistema de saúde também recém-nascido: acabara de ser criado na constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Saúde, de 1990.

A responsabilidade institucional da saúde indígena era da Fundação Nacional de Saúde, também criada em 1990 com a fusão da Fundação SESP e a SUCAM. Abarcava o departamento de Saúde Indígena e a coordenação regional da área Yanomami estava sediada em Boa Vista. O primeiro Distrito Sanitário Especial Indígena foi o DSY (Distrito Sanitário Yanomami, depois chamado DSEY), criado em 1991.

Voltando aos princípios norteadores do SUS, teríamos: Universalização, Equidade e Integralidade. Em outras palavras, a saúde é direito de todos e dever do Estado; grupos mais vulneráveis devem ter prioridade de cuidado para que se reduza a desigualdade (mostrada nas diferenças de taxas

de mortalidade entre Yanomami e população geral); e o cuidado deve ser garantido em todos os níveis, desde a atenção básica, até os procedimentos mais complexos.

Na prática de campo, as diretrizes organizacionais seriam:

- I. Descentraliza, com atenção básica garantida dentro das comunidades, dado que mais de 80% dos problemas de saúde podem ser ali resolvidos.
- II. Regionalizar, com a organização dos serviços dentro das áreas de relação intercomunitária (ARIs), considerando as formas de relacionamento entre os grupos, o que, naturalmente, coincide com a cadeia de transmissão de doenças. [Chegamos a reconstituir retrospectivamente uma epidemia de sarampo que ocorrera nos anos 70, na Venezuela, somente seguindo o rastro das visitas entre os grupos desde o Brasil, após acusação de que um pesquisador americano teria levado a doença por meio da vacina].
- III. Hierarquizar ou garantir a transferência para níveis de saúde de maior complexidade, quando necessário (posto de Surucucu, Casa do Índio, hospitais de Boa Vista para cuidados secundários; hospitais de maior porte e universitários, para casos terciários). [Tivemos na UFRJ um Yanomami com leucemia aguda, quando o que precisávamos era educar os brancos para lidar com a dificuldade da língua e barreiras culturais. Ao final, foi um aprendizado para todos].

IV. Finalmente, a diretriz mais importante, seria a da Participação Social: afinal, nós é que éramos os *nabë*, os estrangeiros. Os indígenas deveriam ser os protagonistas no dia-a-dia do sistema, tomando as principais decisões. Naquela ocasião, incentivava-se a formação de indígenas profissionais de saúde e sua participação em conselhos. [Trabalhei em equipe com intérprete e microscopista Ye'kwana que ainda eram exímios navegadores e auxiliavam nas viagens de canoa pelo encachoeirado rio Auaris]. Creio que a criação da Hutukara, em 2004, coroou esse espaço institucional da representação indígena.

Operacionalmente, creio que muita coisa se manteve...

- Na Coordenação Regional de Boa Vista, montou-se um sistema de informação e de planejamento de transporte, logística, farmácia, alimentação, que abarcava a Casa do Índio. Nos idos de 1990, a informatização e computadores pessoais eram também ferramentas recentes.
- Dentro das áreas de relação intercomunitária, polos-base representavam áreas de acesso, geralmente, por meio de pistas de pouso, e contavam com estrutura básica de provisão de saúde. Polos com pistas maiores pela presença de batalhões do Exército, como Surucucu e Auaris, também eram base para distribuição dos suprimentos. Em todos eles, se organizava um pequeno posto de saúde, com medicações básicas e de suporte para eventuais casos mais graves. [Tenho lindas lembranças de plantões junto à rede, lado a lado com o Xamã, em casos de coma malárico, e os índios costumavam se recuperar muito bem...]

- Dos Polos-base seguiam as equipes volantes para visita-ção sistemática das aldeias (a pé, de helicóptero ou por canoa), tal como acontece hoje com a estratégia de saúde da família.
- A cobertura da assistência contava com o convênio com organizações não-governamentais que assumiram diferentes ARIs (Médicos sem Fronteiras em Homoxi, Médicos do Mundo em Paapiu, missões católicas em Catrimani, missões evangélicas em Auaris, CCPY em Demini/Toototobi, etc.).
- Vale destacar que a criação do DSY não contemplava uma política clara de recursos humanos, o que talvez tenha sido a sua maior fragilidade. Houve concursos públicos (pelo Ministério da Saúde), em sua maioria, para contratos temporários, o que prejudica a formação continuada dos profissionais. Procedeu-se também a convênios com universidades para formação de pessoal (como o programa de residência médica com a UFRJ). Desejava-se um plano de carreira da saúde indígena. [Naqueles primeiros anos, tudo era muito movido pela paixão].
- Treinamento, conscientização e sensibilização de Recursos Humanos eram o fator determinante para o bom funcionamento das ações; tanto para os aspectos técnicos, com rotinas de trabalho e protocolos clínicos padronizados, quanto para o encontro entre culturas distintas, diferentes concepções de saúde-doença, tratamento dos mortos, respeito aos rituais. [Por exemplo, havia toda

uma preocupação para que os Yanomami falecidos em Boa Vista tivessem seus corpos devolvidos às aldeias para que fossem procedidos os rituais funerários]. Foi desenvolvido um Manual de Campo com esses aspectos e discutido em oficinas, quando da chegada de novos profissionais. [Em sua epígrafe, constavam as “Instruções para Chorar”, de Julio Cortázar].

- 4) Enfim, esses são os primórdios do DSEY. Creio que vale perguntar: o que mudou no período 1990-2023? Ou, o que se pode depreender como ensinamento da experiência de 1990, guardadas as devidas proporções?
- Nos anos do governo Bolsonaro, a intenção genocida, agora com a participação explícita do governo federal, agravou a intensidade do impacto. [Os indicadores mostrados pelo pesquisador Paulo Basta neste volume são estarrecedores].
  - Existe real interesse de resolução do problema pelo governo Lula recém-empossado, com políticas acertadas (de saúde e de asfixia do garimpo), mas há que se garantir mecanismos de manutenção das ações a longo prazo, com coordenação, planejamento e atenção aos processos de trabalho.
  - Embora o número de garimpeiros intrusos pareça ter a mesma ordem de grandeza (cerca de 40 mil), e a população Yanomami informada tenha triplicado, há relatos de que o estrago atual tenha escala industrial (talvez por maior abrangência da área afetada, talvez por ma-

quinário mais destrutivo, sem contar as mudanças comportamentais... [tal como na definição do antropoceno, que incorpora, em era geológica, o impacto destruidor do homem sobre a Terra]. Creio que vale investigar essas razões.

- Também parece que aumentou significativamente a co-optação dos indígenas para as atividades do garimpo, com o distanciamento das instâncias de saúde e episódios de violência. Pela primeira vez, também ouvi falar em casos de suicídio entre os Yanomami ...
- Sobre a malária: depois de anos de uso inadequado e descontinuado de medicamentos para malária por garimpeiros, existe grande risco de se encontrar resistência medicamentosa na região, prejudicando seu controle. Nestes 30 anos, houve a introdução de novas tecnologias adjuvantes, como testes rápidos, mosquiteiros impregnados de longa duração (sobre isso, relatório recente apontou mau uso). [Não adianta ter o mosquiteiro, se ele não for usado corretamente]. Enfim, são necessários protocolos claros e precisos, e não falta *expertise* nos quadros do Ministério e Fiocruz para que sejam elaborados. Infelizmente, a vacina ainda é um sonho, os estudos mostram baixa eficácia, mas existem vários ensaios clínicos em andamento. Quem sabe este não é um horizonte de longo, longo prazo?
- Também presumo que agora sejam encontradas doenças crônico-degenerativas. Em 1990, os Yanomami eram um

dos últimos grupos humanos no planeta que não tinham hipertensão arterial.

- Nunca é demais repetir que é necessária uma política de RH de longo prazo que considere os muitos riscos de saúde e de violência por que passam os profissionais de saúde. Isso é algo que a pandemia de COVID nos ensinou; os profissionais de saúde são tão ou mais vulneráveis aos riscos e precisam estar inteiros para cuidar dos demais.
- Ultimamente, tem se falado num programa Mais Médicos específico para populações indígenas. Não sei como anda esta discussão.

Finalmente, fica sempre a dúvida sobre quando se terá chegado ao ponto de não retorno [quando não se pode mais reparar o colapso sanitário instaurado, tal como um buraco negro]. Tínhamos essa dúvida em 1990, temos agora também. Acredito que ainda não chegamos a isso; nós, humanos, somos muito resilientes. E o plano emergencial de 1990 mostrou uma tremenda capacidade de recuperação. [A fala de Clara Opoxina, neste volume, quando afirma que, mesmo no caos, eles não perderam a capacidade de rir, é um indicador de grande esperança].

- Estamos à disposição para contribuir e nunca é demais repetir a homenagem feita aos profissionais das equipes no primeiro relatório de atividades do DSY.

Fica aqui nossa homenagem a esses heróis dos dias de hoje; e aos Yanomami, claro!

- Termino, pois, com uma dedicatória à dedicação: àqueles que deram duro na mata, no meio dos mosquitos, da chuva, da lama, da malária, da falta de tudo (menos da burocracia). Àqueles que enxergaram os Yanomami (desses, vários que dizem ter para com eles a dívida da própria visão). Àqueles que protegeram o DSY com a própria pele, obrigada!

## 2 - Essa luta não é pouca

*Clara Opoxina*

Cheguei a Roraima em 2012 e conheci a história da invasão do garimpo na Terra Indígena Yanomami em livros, em registros. Era tudo muito distante de mim. Quando comecei a trabalhar na área, ouvia falar de garimpo, mas assim: “ah, tem um garimpo longe, não sei onde”. Não trabalhava perto de garimpo, não era uma ameaça e nem se via quão afetado estava o povo Yanomami. Se alguma das comunidades estava, era longe; próximo de nós, não havia nada.

Mas agora, principalmente nos últimos quatro anos, estourou essa situação que estamos acompanhamos. Foi muito rápido, como disse Maria Stella Castro Lobo (neste volume). Acho que o número de vítimas Yanomami neste momento é muito maior do que foi no passado, pelo que ouço dizer. Hoje os garimpeiros conseguiram se instalar dentro das comunidades e fico me perguntando por que tão perto. Acabaram com a água, acabaram com a comida, porque a base proteica dos Yanomami é a caça. Como disse Paulo Basta (neste volume), eles eram coletores, mas passaram a ficar mais sedentarizados, porque uma coisa é ir ao garimpo de vez em quando para fazerem trocas, outra coisa é ficarem ali o tempo inteiro.

O garimpo entrou nas comunidades de uma forma assustadora para mim, que trabalhei na região das Serras

ao redor de Surucucu. Quando voltei lá, em 2021, já com o garimpo instalado, ouvia as minhas colegas comentarem que no Xitei estava ruim, o garimpo crescendo muito. Mas eu não imaginava, não tinha ideia da proporção daquilo, até sobrevoar e ver de perto. Foi muito triste, como se fosse um filme de terror. Quando entrei para trabalhar há 10 anos atrás, eu sabia que tinha havido garimpo ali 20, 30 anos antes. Quando eu fazia as caminhadas e passava num igarapé que tinha sido remexido, dava para ver a natureza se recuperando, mas dava para ver também os resquícios do garimpo antigo; até próximo do posto Xitei, há restos de maquinário dos anos 80 jogados lá. Era assim, uma história antiga, resquícios, e os velhos contavam, furiosos, daquele período que já estávamos começando a esquecer. Mas eu já tinha as minhas indagações sobre o tipo de assistência que estávamos prestando, eu não achava que era boa assistência, que tínhamos materiais e condições, mas havia muita coisa a melhorar. Sempre nos meus relatórios eu colocava: “olha, precisa disso!”

A estrutura do lugar onde comecei a trabalhar na região da Serra continua a mesma, não teve mudança nenhuma em 10 anos; uns lugares mudaram, outros não. São regiões de difícil acesso, e falo aqui de estrutura. Nesta situação atual, conseguiram piorar uma coisa que já não era boa e avaliávamos que tinha muito a melhorar. A assistência como era antes, com a preocupação de formar profissionais e sensibilizá-los com essa parte da antropologia, já vem acabando

há muitos anos, muito antes deste genocídio implícito. Eu já tinha sentido essa dificuldade quando entrei há 10 anos, tanto que, no dia da minha entrevista, eu tinha estudado muita coisa da cultura Yanomami, tinha lido bastante, porque achei que eles iriam perguntar alguma coisa particular sobre isso, não só de saúde, e não perguntaram absolutamente nada. Não tive uma iniciação antropológica, nada disso. Hoje eu conversava sobre isso com o coordenador do DSEI Yanomami, que também conhece a área, conhece os Yanomami, da importância de se sensibilizar os profissionais. É claro que os desafios são gigantescos. Ainda não conseguimos acessar uma grande parte da área, mesmo com todas as ações que têm sido feitas no último mês. Ainda está acontecendo a desintrusão dos garimpeiros e as equipes médicas estão extremamente fragilizadas. Só conseguem atender nos postos de saúde, transportar os doentes para os postos principais e prestar atendimento ali.

Não conseguimos avançar mais do que isso, mas eu acredito que vamos conseguir, só temos que ter paciência. É o que digo para mim mesma todos os dias, é terrível não poder ir até lá, mas, ao mesmo tempo, sabemos que não podemos pôr a nossa integridade física, a nossa segurança em risco. Está se montando uma estratégia de atendimento, acredito que mais uns 15 dias, vamos conseguir, ou melhor, já conseguimos avançar um pouco, conseguimos ir a algumas aldeias, mas não as mais complicadas, porque, infelizmente, vamos ter que esperar por algumas coisas. Eu sei que para

os Yanomami está muito difícil essa espera. Mas, ao menos com os regastes, quando eles chamam, temos conseguido atender.

Estamos falando hoje da reconstrução da saúde Yanomami como um todo, começando pelas emergências, atendendo as pessoas sem assistência. Estamos muito longe de propostas como eu gostaria e quero fazer, trazer de volta os microscopistas, fazer cursos, reuni-los, saber quem eram os microscopistas, quem pode ser agora, como treiná-los, porque não vamos controlar uma das principais doenças, que é a malária, sem o apoio deles. Isso é fato e já vem de anos, na época descrita por Stella (neste volume). O foco principal era a atuação deles, mas, de uns anos para cá, foram sendo deixados de lado, não existem mais aqui, só no Amazonas. Ainda há Yanomami microscopistas. Em novembro do ano passado, fizemos um curso no rio Marauíá e foi muito importante, porque eles estão lá, são moradores, fazem o diagnóstico o mais rápido possível.

Mas as coisas vêm se transformando e as exigências aumentando: é preciso ter escolaridade, a aprovação do LACEN para tudo isso. Como tenho proposto, as organizações indígenas devem lutar conosco para isso, embora estejamos —porque nem conseguimos chegar lá—nos lugares mais afetados. Chegar, até chegamos, mas para buscar e trazer muita gente, famílias inteiras, para tratamento de malária, remover para o hospital quem está pior, tratar a desnutrição na base de Surucucu. Isso nós conseguimos fazer agora, que há

remédios. Mas até muito pouco tempo atrás, nem remédio havia. Estamos um pouco mais aliviados, porque com remédios podemos, ao menos, tratar ali. Mas, como não é suficiente, alguns líderes e alguns profissionais não querem isso e lutamos para melhorar.

Agora com o DSEI sob intervenção federal, os olhares sobre as ações que estão acontecendo e o interesse do governo federal, entendo que não se trata só da saúde, mas de retirar os garimpeiros e limpar a floresta dessa invasão toda. É isso que está acontecendo, tudo junto e muito rápido, como nem eu imaginava que seria possível. De repente, começaram a lançar todas essas coisas na mídia e o Presidente vem a Boa Vista e conhece a CASAI, esse lugar que, nos últimos anos, não tem dado condições para as pessoas ficarem lá. Ele foi lá e viu com os próprios olhos. Então, eu me sinto um pouco mais aliviada. O que sinto hoje é que o resto do Brasil e o mundo está assistindo a essa tragédia junto comigo, sinto que não estou sofrendo sozinha. Há quem vê a situação e não se sensibiliza e diz: “ah, é venezuelano”! E o que importa se for venezuelano, é um ser humano, venezuelano ou não. É muita estupidez o que se ouve. Mesmo com todas as informações, com tudo que está vendo, ainda diz: “ah, não acredito nisso, não é tanto assim”. Não lhes importa se essas pessoas estão morrendo, porque questionam: “ah, mas será que é verdade?”

Tenho falado muito também sobre reportagens, imagens e tudo e já estou um pouco cansada. Nem acompanhei tudo,

porque eu acabei de chegar, passei 20 dias lá na área. A internet não estava ajudando muito, não consegui ver muito, mas quando ligava a internet ou o celular, via muita coisa. Os Yanomami agora me disseram: “não, a gente não quer mais que nos mostrem assim, vamos falar de futuro, de reconstrução, vamos falar de coisa boa”, não dá para continuar a falar dessa tragédia. Ela foi mostrada num momento e é muito importante que as pessoas vejam e que isso fique registrado na história e, de preferência, entre para o ensino médio, para o ensino fundamental. Para que as minhas filhas ou toda a sociedade brasileira, gente que hoje é criança, adolescente, saibam que, em 2023, partindo do governo, tentou-se exterminar uma população indígena e destruir a língua, a cultura, a vida, a floresta. Tudo isso é um patrimônio da nossa humanidade, do futuro do planeta. Que fique registrado, mas eu, particularmente, não quero mais continuar falando disso, agora é falar de futuro!

Estamos com várias ideias, há pessoas que estavam presentes no passado e agora estão voltando para atuar conosco. Estamos construindo um plano de mapeamento com um amigo que está trabalhando com a FUNAI, também fala a língua. Estamos tentando entrar, mapear as situações de risco social, de risco ambiental, de insegurança alimentar, para fazer propostas, mas em diálogo com as comunidades. Queremos ouvir deles o que estão pensando sobre o futuro. Imaginem! Invadiram suas casas, acabaram com tudo ao seu redor. Quando eu chego de helicóptero para fazer um resgate e vou embora, eles ficam com aquele olhar vago. Por estes

dias, consegui falar com alguns e disseram: “ah, os garimpeiros estão indo embora”, com os invasores indo embora, então não viria mais a saúde, “será que a gente está abandonado por todos, assim?”

É claro que eles confiam muito no que têm também como medicina, sempre houve medicina ancestral. Nestes últimos quatro anos, quando não conseguíamos ir até lá, eles mesmos se curavam com sua medicina ancestral e curaram vários! Mas, aquele olhar triste e vago significa: “o que será que vai acontecer?” Ao mesmo tempo, não sinto tanta preocupação, eles são um povo muito forte, com muita confiança interna. Agora, precisamos observar o sistema migratório deles. Creio que a maioria dos grupos não vai ficar ali parado onde não há comida, onde a água está suja. Se ficaram ali parados foi por aliciamento para trabalhar, porque, em grande parte desses lugares, estavam trabalhando, a mão-de-obra era deles junto com o pessoal que vinha de fora. Faziam vários tipos de serviço em troca de comida com valores absurdos, já mostrados na mídia. É absurdo para todo mundo.

Creio, então, que vamos observar agora o sistema migratório, para onde eles vão, onde vão se instalar e tentarmos ir até eles e ver essas situações de saúde. E assim, o mais breve possível, com o apoio, claro, da segurança, acredito que nos próximos dias vamos conseguir atender aqueles lugares para onde não temos conseguido ir. Também me dá esperança saber que, finalmente, finalmente, de alguma forma, vai ter que acabar essa degradação toda, porque destruíram muito, muito

do território, numa região, várias regiões, que são complexas. Na região das Serras, há conflitos internos entre os Yanomami, há questões de espaço territorial e o que eles fizeram ali, é muito complicado. Só não vou dizer que é irreversível, porque, com a sabedoria ancestral deles, acredito que podem achar outros lugares, desenvolver técnicas para viver, mas vão precisar muito do nosso apoio.

Outra questão que queria levantar é sobre essa cesta básica que está sendo entregue lá, eu já até coloquei no meu relatório. Cesta básica agora, imediatamente, pode ajudar alguma coisa. Mas não pode ser: “olha, mês que vem eu vou voltar aqui e trazer cesta básica”. Não se pode continuar a levar cesta básica, porque não é isso que vai resolver. Precisa levar ferramenta, sementes. Os Yanomami são coletores, mas, nos últimos dois, três anos, por conta do garimpo, algumas comunidades se sedentarizaram. Quem sabe, vão achar outro lugar, vão querer ficar, vão querer plantar mais, eles também têm as suas roças, mas não assim: “ah eu sou agricultor, vivo da roça”.

Também tenho esperança que a floresta possa ter silêncio e os animais voltem e eles possam comer carne. Fico muito triste, principalmente, quando como carne. O pessoal lá, convivendo com aquelas crianças mega-desnutridas, diz: “ah eu fico triste quando vou comer qualquer coisa”. Mas eu fico triste mais quando como carne, porque há criança de três anos que não comeu um pedaço de carne desde que nasceu! Crianças pequenas de uma região invadida nunca viram um pedaço de carne, carne de caça, carne do mato. Com três

anos de idade, a idade da minha filha mais nova, não comer um pedaço de caça, só de frango, tambaqui que os garimpeiros deram, mas não deram de graça, deram porque a família trabalhou. Mas essas crianças nunca comeram a carne de veado, não comeram a carne de paca, isso não existe mais!

Então, precisamos ajudá-los a ter saúde, a encontrar os seus caminhos, porque são eles que vão decidir onde querem viver, do jeito que querem viver. Dar cesta básica vai sedentarizar essa população e aumentar a desnutrição que não havia nas comunidades. O que se deve fazer, acredito, é algo emergencial, de ciclo rápido e trabalhar para melhorar isso. É observar toda aquela região que está muito afetada e ir levando as informações: “olha, está aqui seu saco de semente, está aqui sua ferramenta, este milho você planta assim, etc.”. É por isso que eu e o meu amigo da FUNAI, que trabalha há 26 anos na área, estamos tentando montar um plano de trabalho de modo que possamos nos deslocar mais pela região das Serras, para mapearmos o que se está comendo, o que ainda se consegue, porque ali há um corredor de degradação de quilômetros, há áreas lateralizadas nos leitos dos igarapés maiores onde os garimpos se instalaram. Mas há os igarapés menores. Precisamos saber o que ainda há nesses igarapés, o que ainda se pode conseguir. O mapeamento pode mostrar quais comunidades estão mais afetadas e quais vão precisar de mais tempo de apoio alimentar. Agora, a distribuição das cestas básicas está sendo feita assim: vai lá, chega, joga, manda para todo mundo sem muito critério, manda para um porque este ficou sabendo que

o outro recebeu e ele quer também. Sabemos que a situação alimentar não está fácil. Não sei quantos helicópteros voam, ou voavam, por dia. Há muito maquinário que impede de caçar e não há como acomodar tanta coisa. Os Yanomami tinham muita diversidade, alimentos dos igarapés, coleta feita pelas mulheres, que enfraqueceu bastante.

Há situações mais graves, outras menos graves. Há uma comunidade que não tem garimpo tão perto, mas ao redor, e ela ficou muito afetada. Formou-se um cerco em triângulo, acarretando muitos problemas para essa comunidade. Observei isso sobrevoando em volta e conversando com outros Yanomami. Ficaram fechados num círculo, o que é ainda pior. Não conseguem sequer um quilo de arroz, não conseguem trocar nada.

Termino dizendo que eu estou com esperança de verdade na reconstrução da saúde Yanomami, porque agora nós temos pessoas que estão realmente comprometidas. É preciso um trabalho gigantesco, além de sensibilização, humanização, com vários profissionais de saúde. Mas há muitos guerreiros aí que passaram estes anos na luta e tenho plena certeza e esperança que, mesmo que não seja rápido, vamos conseguir chegar, fazer vigilância, prevenção e vacina, porque a cobertura vacinal em alguns lugares é zero, crianças que nasceram há três anos não tomaram uma única vacina. Mas agora estamos na emergência, então, eu deixo a vocês essa certeza de que vamos fazer isso, claro, com a união de várias pessoas, com essa reestruturação que já está acon-

tecendo. Muito em breve, vou poder falar novamente de coisas boas, de aldeias que conseguimos atender, dos Yanomami que estão conseguindo se alimentar por si mesmos, que está dando certo a sua sobrevivência. No momento, é esperança e reconstrução. Já está acontecendo, vai acontecer o hospital de campanha em Surucucu por uma organização não governamental, junto claro, com o governo federal. Esse hospital vai dar muito apoio, porque ali é o ponto estratégico para onde trazemos os doentes mais graves e evitar que se traga tantas pessoas para a cidade, como hoje em dia para a Casa de Saúde, que está superlotada. Temos essa esperança e eu quero deixar um forte abraço e dizer que, mesmo com tudo isso, o povo continua alegre, firme, cheio da força dos *xapiri*, os espíritos da floresta. É impressionante como os velhos xamãs trabalharam nestes últimos tempos para derrubar esse genocida e eles dizem, têm consciência de que foram eles que ajudaram espiritualmente a derrubar esse assassino. Agora vamos continuar nessa luta que não é pouca, não vai acabar agora, mas estamos cheios de saúde com fé e esperança!

## **IV - Laboratório de genocídio**

### **1 - Contra a desumanização dos Yanomami**

*Luciano Mariz Maia*

**E**u agradeço à professora Andréa Zhouri, presidente da ABA, por este convite. É uma alegria estar aqui com a Professora Alcida Rita Ramos e também com o Paulo Basta, e quero, particularmente, dizer como fiquei emocionado com o relato suave ao mesmo tempo firme e arrebatador de Marciane Rocha Ye'kwana.

Eu sou do Ministério Público há 32 anos e, logo no início da carreira, tive a oportunidade de atuar em Roraima, em substituição. Atuei em 1992, e fui visitar a Aldeia Demini, quando conheci Davi Kopenawa Yanomami. Voltei a Boa Vista em maio de 1993 para um evento de celebração de um ano da instalação da Justiça Federal. Nesse evento, com Davi Kopenawa Yanomami, falamos sobre os direitos dos povos indígenas. A partir dali, houve a oportunidade de travar conhecimento com ele e antecipar que teríamos condição de caminhar juntos.

Pouco tempo depois, veio notícia – que chegou como uma bomba – de que garimpeiros teriam matado membros da comunidade Yanomami de Haximu, localizada em território da Venezuela, e os sobreviventes teriam ido até a aldeia Homoxi, que é território brasileiro, e feito esse relato.

A Procuradoria Geral da República iniciou acompanhamento do processo de investigação, designando três colegas procuradores da República para atuar—o colega que já atuava em Roraima, Franklin Rodrigues da Costa, o que atuava em Manaus, Carlos Frederico Santos, e eu, que vinha da Paraíba. Minha participação decorreu de expressa referência feita por Davi Kopenawa Yanomami, como alguém que poderia dar essa contribuição.

O inquérito foi presidido pelo delegado da Polícia Federal Raimundo Cotrim, o qual tivera uma atuação fantástica no processo de retirada dos garimpeiros das terras Yanomami, na chamada “Operação Selva Livre” (na década de 1980), pelo que lhe foi possível desenhar linhas investigativas a partir das quais foram coletadas provas e identificados autores de práticas que permitiram apontar os fatos como condutas criminosas caracterizadoras do delito de genocídio.

O primeiro elemento identificado foi serem os garimpeiros vistos na sua totalidade como um grupo, com sua homogeneidade em razão da atividade que realizavam, da proteção recíproca e da estrutura que tinham. Os garimpeiros iniciaram fricções e tiveram atritos contra Yanomami também considerados na sua totalidade, na sua objetividade de um grupo étnico distinto, com a construção do “nós” contra “eles”. Isso num contexto, como narrado pela Professora Alcida Rita Ramos (neste volume), em que os garimpeiros são vistos em Roraima, em Boa Vista, como desbravadores, tendo imagem positiva. A praça principal de Boa Vista—o Centro

Cívico da cidade – tem uma imensa estátua de um garimpeiro, com uma bateia. O garimpeiro era então – e continua sendo – visto como quem ampliou os horizontes da civilização naquela região, e os Yanomami, enquanto índios, eram tidos como pessoas quase sem a sua humanidade.

Esse olhar de desumanização dos Yanomami não ficou como evento do passado. Ainda recentemente, li declaração do atual governador de Roraima que diz que “Eles [indígenas] têm de se aculturar, não podem mais ficar no meio da mata, parecendo bicho.” Esse é o modo de pensar difundido pelo ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro, para quem « O índio mudou, tá evol ... Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós. Então, vamos fazer com que o índio se integre à sociedade e seja realmente dono da sua terra indígena, isso é o que a gente quer aqui.” Essas falas revelam que o ex-Presidente e o atual governador do Estado não reconhecem a humanidade dos Yanomami, enquanto não forem assimilados à sociedade envolvente, e não respeitam a cultura distinta desses povos originários. Para esses governantes, os Yanomami detêm condição menor do que humanos como nós, menor do que pessoas como nós.

Naquele momento, e mais ainda no atual contexto, há um processo que gerou a ideia de que fosse um genocídio, pois contém o fenômeno da chamada polarização, “é nós contra eles”: garimpeiros contra Yanomami, fazendeiros contra índios, madeireiros contra índios. Então, é o processo de construção desse enfrentamento, desse conflito. Os índios e es-

pecificamente os Yanomami sendo vistos como ameaça e aí entra uma ameaça com várias das teorias conspiracionistas juntas, “ah, tem ligações com estrangeiros, vão entregar a nossa terra, a nossa soberania para o estrangeiro”. São vistos como ameaça que têm um acordo com o estrangeiro para deixá-lo entrar aqui, entregar o nosso ouro, entregar o nosso nióbio, os nossos minerais. É um processo de racismo muito forte e de reconhecimento de supremacia de quem faz parte da chamada sociedade envolvente e de menor importância inclusive humana dos que são indígenas, Yanomami, Ticunas e outros, num contexto em que há uma linguagem partilhada em Roraima e em outros núcleos onde há uma hostilidade com relação aos Yanomami.

A denúncia contra os garimpeiros foi pela situação prevista na convenção contra o genocídio e também na legislação relacionada ao tipo penal previsto na Lei 2.889: quem com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, como tal, letra a) matar membros do grupo [e] letra b) causar lesão grave e integridade física ou mental em membros do grupo. Naquele massacre de Haximu, em 1993, foram mortos 16 Yanomami, entre os quais, uma anciã cega, criança de poucos meses transpassada por um facão; jovens índias atacadas pelas costas (à queima roupa e à traição). Quase só mulheres. Não havia homens Yanomami em guerra, em briga, em disputa com os garimpeiros. Aliás, as pessoas que morreram não eram sequer conhecidas

dos garimpeiros que as mataram. Portanto, havia uma impessoalidade no desejo de realizar aquelas mortes.

O que os fatos de 30 anos atrás nos ensinam sobre a situação que vivemos hoje, e por que eu afirmo, sem medo de estar errado, que a Polícia Federal tem absoluta razão e total fundamento em iniciar uma investigação para buscar corroborar ou refutar a hipótese de que se possa estar agora diante de nova situação de genocídio dos índios Yanomami? Nos episódios recentes, não estamos discutindo mais as situações em que, simplesmente, entram armados e matam os Yanomami. Estamos tratando agora de uma situação muito mais danosa e perversa, ao mesmo tempo, mais abrangente e perigosa, porque estamos entrando numa investigação do tipo de genocídio previsto no artigo 1º, letra c) da Lei 2.889, que é: “quem com a intenção de destruir no todo ou em parte grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal, submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar a destruição física total ou parcial”.

A hipótese que precisa ser investigada é se estamos diante de uma circunstância ou um conjunto de circunstâncias que evidenciam que os Yanomami, particularmente, estão sendo por alguns anos e por uma atuação comissiva (atos praticados por garimpeiros e outros atores públicos) e omissiva, especialmente, de agentes públicos da FUNAI [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], de outros órgãos de proteção aos índios, do setor de saúde indígena, por exemplo, submetendo intencionalmente o grupo a condições de

existência capazes de ocasionar a sua destruição física total ou parcial.

Várias universidades no mundo apoiam iniciativas para investigar o fenômeno do genocídio; quero fazer referência a três desses documentos importantes. O primeiro é o trabalho do pesquisador Gregory Stanton que desenvolveu uma reflexão que chama de 10 estágios para o genocídio *ten stages to genocide*. O primeiro estágio começa com uma classificação, rotulação de grupos, construindo “nós” contra “eles”. No caso, “garimpeiros” contra “índios”. Essa classificação, essa identificação do outro, quando o outro não é considerado igual, é muito importante.

O estágio seguinte revela o fenômeno da chamada simbolização. Não é só um “nós” contra um “eles”, porque isso também existe, por exemplo, no campo político. Pode haver uma disputa política, quem é do partido A e quem é do partido B; pode haver no campo dos esportes, quem torce pelo time A e quem torce pelo time B. Uma classificação e categorização sempre termina acontecendo. Mas, em seguida, vem a chamada simbolização, quando o grupo alvo passa a ser depreciado (os índios Yanomami, por exemplo, são chamados de selvagens), e grupos como garimpeiros são vinculados a valores positivos—empreendedores, que geram riqueza nacional e internacional, e.g.—, aqueles que querem o desenvolvimento, que exercitam a habilidade capitalista de não deixar as riquezas enterradas debaixo da terra. Portanto, além da classificação, há o fenômeno da simbolização.

O terceiro fenômeno é a chamada discriminação. A discriminação é uma atitude, uma conduta que, deliberadamente, retira de alguém ou não reconhece a essa pessoa a mesma dignidade que reconhece a si próprio e a outros grupos aos quais se pertence. Portanto, trata-o diferentemente. Isso existe em todos os campos: na educação, na saúde, no reconhecimento de direitos, na iniciativa de iniciar processos e, inclusive, de ser visto na sua humanidade.

Em seguida vem o quarto estágio, em que se desenvolve um processo de desumanização do outro, do diferente. Com muita frequência, são usadas expressões—como a recentemente divulgada do ex-presidente da República— que os índios “estão cada vez mais humanos como nós”. É uma forma de dizer que os índios não são humanos como nós.

Compreensão como essa foi manifestada com clareza ainda maior pelo atual governador de Roraima, dizendo que os índios “não podem viver no mato como bicho”. Para o Governador, quem vive no mato é bicho e, portanto, se os índios vivem no mato, eles não são humanos. São bichos. Chamá-los de bichos é o modo de materializar a desumanização do outro, de não reconhecer no outro a condição de igual, de ser igual a mim.

O estágio seguinte é o da organização. A organização é a capacidade de juntar recursos materiais e humanos para realizar as atividades que possam produzir um resultado, atingir um objetivo. A organização de pessoas em torno de objetivos pode viabilizar a prática de condutas que subme-

tam pessoas a condições de vida de que resulte ou possa resultar sua morte.

Vou migrar agora para um outro documento importante, esse no âmbito das Nações Unidas. Nas Nações Unidas, há uma oficina ou escritório (o do Assessor Especial para a Prevenção de Genocídio, *Office of the Special Advisor for Genocide Prevention*). Essa unidade da ONU conseguiu construir, graças à reflexão de estudiosos sobre vários fenômenos genocidas no mundo inteiro, uma estrutura de análise de crimes e atrocidades massivas. Nesse contexto, começou a se fazer uso da ferramenta chamada “Análise de Fatores de Risco”. A análise procura identificar quais são os fatores de risco comuns, gerais, que vulnerabilizam direitos humanos de modo geral, e os fatores de risco específicos. Cito apenas alguns dos pontos mencionados, para que se consiga entender como estamos nessa leitura abrangente para identificar a situação em foco.

Primeiro fator de risco: situações de conflito armado ou outras formas de instabilidade. Aqui, temos como forma de instabilidade, de um lado, no cenário nacional, as chamadas milícias digitais, gerando sempre um estado de ânimo de muita sensibilidade, de polarização e, especialmente, atingindo esses grupos minoritários. De outro lado, no campo específico dos Yanomami, há a presença armada de grupos de garimpeiros que fazem com que a vida dos Yanomami tenha se tornado instável.

Segundo fator de risco: o registro de sérias violações a direitos humanos no passado. Aqui temos um precedente gra-

víssimo, pois os Yanomami já experimentaram atos passados de genocídio. Já viveram um massacre, tipificado como genocídio, e assim reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal. Lamentavelmente, os Yanomami estão passando pelo mesmo drama agora, com contornos diferentes, mas com essa história anterior.

Ainda nessa questão do registro dos fatores de risco, são verificadas as condutas dos que, tendo o dever de agir, respondem com inação, relutância ou recusa de usar os meios possíveis para barrar as violações previstas, planejadas e em desenvolvimento. Ou, ainda pior, incitam, incentivam, estimulam, acobertam, apoiam essas atitudes.

Muito do que vemos ocorrer contra os Yanomami em Roraima parece ser uma incitação, um incentivo à atuação do garimpo nas terras indígenas. Ao mesmo tempo, há a retirada e a redução das estruturas de fiscalização que poderiam, documentando, agir para impedir que esses garimpos se instalassem e, portanto, que contaminassem os rios, afugentassem a caça, envenenassem a saúde dos Yanomami com metais pesados. O apoio continuado aos grupos acusados de envolvimento nas sérias violações é um grave fator de risco. Dizendo de outro modo: o suporte e incentivo aos garimpeiros por parte dos governos locais e do governo federal (este por parte do mandatário recém-afastado do poder pelas urnas e pela vontade popular) são fatores de risco muito graves.

Um terceiro fator de risco é o chamado “enfraquecimento das estruturas do Estado”. Aqui se aponta, por exemplo,

a falta de efetivo controle do poder civil sobre as forças de segurança. Um exemplo recente são as ameaças golpistas, com o uso indiscriminado de expressões como “as minhas forças armadas”, ou o blefe permanente do ex-presidente e até a tentativa de incitar uma prática golpista contra as instituições democráticas, recusando aceitação ao resultado das eleições. Portanto, é necessário que identifiquemos um efetivo controle dos civis sobre as forças de segurança, não só as forças armadas, mas também as polícias militares estaduais, força nacional, etc.

Outro aspecto relacionado ao enfraquecimento da estrutura do Estado é o nível de corrupção ou de governança empobrecida. No contexto do tema aqui tratado, corrupção não é só questão de dinheiro, mas deliberada omissão no dever de agir, ou porque concorda com a ação destrutiva contra o grupo ao qual tem que proteger ou porque não se importa com o seu destino. Corrupção aqui é usada no sentido de corromper, de se desgarrar, de se destruir uma estrutura de governo ou um governo com pouca capacidade de concretizar uma atuação prática, ou falta de recursos para a construção institucional que dê proteção efetiva à população. Esses são, portanto, alguns fatores de risco.

Quarto fator de risco: motivos e incentivos. Aqui entra outra questão que precisa ser investigada sobre o que está acontecendo, que é, exatamente, a motivação política para a violação dos direitos Yanomami. De maneira muito ampla, no contexto atual do nosso debate, a fragilização da estru-

tura de proteção do território Yanomami e da sua população decorre da retirada de atuação dos órgãos estatais ou dos órgãos federais, particularmente, os órgãos federais de proteção e promoção dos direitos indígenas. A Constituição estabelece para a União o dever de respeitar e proteger todos os bens dos indígenas. O que temos visto é o oposto, com órgãos como FUNAI, IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis], estrutura da Saúde Indígena sendo desaparelhados, desestruturados, enfraquecidos e os servidores que se esforçam para cumprir a missão institucional sendo afastados, perseguidos ou desautorizados. Não podemos deixar de lembrar a morte de indigenistas e pesquisadores, e jornalista que terminou acontecendo, em razão, exatamente, desse enfraquecimento. Quero, portanto, mencionar que, ao final, surgem os chamados *triggering factors*, os fatores desencadeantes. Com os Yanomami em 1993, o fator desencadeante foi um atrito de garimpeiros com os indígenas reclamando favores não recebidos (chutaram painéis, deram tiro, maltrataram alguém), e houve uma reação violentíssima.

Os fatores desencadeantes contemporâneos são de várias ordens, e precisam ser verificados. Envolvem a questão da intolerância religiosa para com os hábitos e os costumes dos indígenas, em que há sempre a censura em bases morais ao comportamento do grupo vulnerável, considerado uma ameaça para o grupo destrutivo.

É preciso documentar com muita segurança quem decidiu não levar adiante as informações recebidas das graves violações aos Yanomami, da presença das balsas garimpeiras, da expansão da área de retirada do cascalho, do lançamento de metais, dos atritos. Ainda hoje li uma informação relacionada à situação de que há várias jovens Yanomami grávidas de garimpeiros como resultado de estupros, ou seja, são situações que precisam e merecem uma investigação bastante abrangente, para que nós consigamos, portanto, retornar.

O documento final que quero mencionar é um estudo feito pelo Instituto Jacob Blaustein para o Avanço dos Direitos Humanos. É o chamado *Manual de Direitos Humanos e Prevenção de Genocídio*. O capítulo 14 advoga “prevenir a deliberada destruição ou bloqueio de acesso a alimentos de subsistência e fornecimento de alimentos, de medicação”. Aqui há uma hipótese específica: a generalizada e sistemática destruição deliberada da rede de suprimento, de alimento ou de medicamento, incluindo do apoio humanitário, intencionada ou dirigida a membros de um grupo particular é um risco grave de ocorrência de genocídio.

Já o Capítulo 15 – prevenir violações ao direito à saúde – identifica a negativa generalizada e sistemática ou a restrição severa de acesso aos serviços de saúde dirigidos a membros de grupos particulares, incluindo, mas não limitando, a negação a membros de grupos particulares acesso a hospitais, centros de saúde, médicos como um risco grave

de genocídio. E, finalmente, “prevenir violação ao direito de propriedade”, no capítulo 16, aponta que a abrangente ou sistemática expropriação, destruição ou incentivo de ocupação de território é um fator com alto grau de desencadear genocídio.

O que temos de diferente aqui, agora, é que não são apenas as balas que estão matando os Yanomami diretamente, mas o vírus, o mercúrio, a falta de medicamentos, a falta de alimentos, a destruição de sua caça, a destruição dos seus rios, a destruição do seu modo de vida.

Estamos testemunhando uma forma mais perversa, mais abrangente e mais destrutiva da prática genocida que a anteriormente suportada pelos Yanomami, que merece ser investigada para ser enfrentada, prevenida e punida.

## V - Depoimentos

### 1 - Dário Kopenawa Yanomami

Agradeço o convite para participar deste evento que se chama SOS Yanomami. Eu sou atualmente diretor da Hutukara Associação Yanomami, que representa a defesa do povo Yanomami, especialmente. Há quase 18 anos, estou na diretoria em Boa Vista como embaixador do povo Yanomami e Ye'kwana. Creio que a maioria dos brasileiros não sabe onde moramos nem os nomes das nossas comunidades. A Terra Indígena Yanomami no Brasil está demarcada em dois estados: o Estado de Roraima e o Estado do Amazonas. Na visão do povo Yanomami, nós não somos divididos como no modelo do branco, no pensamento do branco. Para nós, a Terra Yanomami é única. Na Venezuela, há mais de 22 mil Yanomami. Os antropólogos, estudantes, acadêmicos, defensores dos direitos indígenas não reconhecem os nossos parentes que moram na Venezuela. Mas isso é importante. Eu estou dizendo que a sociedade brasileira deve entender que nossos parentes são mais numerosos lá. Aqui no Brasil nós temos 31 [mil] Yanomami e Ye'kwana pelo censo que foi atualizado 2023. Temos 368 aldeias, comunidades, dentro do nosso território.

Sobre a resistência ao genocídio. Quando falamos da nossa revolta, ficamos muito *rixio*, que na nossa língua quer dizer ficar com raiva, ficar nervoso, muito zangado. Sempre falamos desse derramamento de sangue, causado principal-

mente, pelos invasores. Sempre relembramos o que temos sofrido. Nos nossos bisavós, tias, primos, avós que se foram, morreram muitos nessa invasão.

Vou falar um pouco sobre isso e depois sobre o contexto geral dessa violação do modo do viver, violação às vidas, agressões. Vou falar como eu entendo, como funciona esse modelo de genocídio, como nós, Yanomami, enxergamos o contexto jurídico do genocídio.

Quatro anos atrás, os nossos parentes Yanomami foram assassinados. Seis Yanomami foram mortos em seu território, nas suas casas com arma de fogo do garimpo. É uma situação muito preocupante. Quando falamos em resistência ao genocídio, às vezes no contexto jurídico do Poder Judiciário, não reconhecem isso porque nos exigem provas. Nós, com conhecimento Yanomami, sabemos que os nossos parentes morreram na sua casa, no seu território. Os invasores mataram. A atividade do garimpo é ilegal, por exemplo, tem seres humanos que mataram. No contexto jurídico, precisam das provas das mortes, dos resultados, das imagens. E isso, às vezes, é muito difícil de obter em assassinato, em agressão. É muito difícil para a sociedade não indígena compreender. Eles precisam de provas, de perícias, documentos e técnicos para poder comprovar realmente se o parente Yanomami foi mesmo assassinado. Há quase 30 anos, estamos sofrendo com mortes, violações. Crianças morrendo, sugadas por dragas, morrendo de desnutrição, os pais já mortos ou doentes, porque há muita doença, muito garimpeiro perto

das aldeias. Os pais morrendo, contaminados de mercúrio, abandonam seus filhos por causa de doenças, malária, tuberculose, pneumonia, etc. Há os dados do Ministério da Saúde, mas nós também fizemos pesquisas, investigando quantas mulheres, quantas crianças morreram por doenças, falta de medicamento, por exemplo. No nosso relatório, há 570 crianças de 1 a 5 anos que morreram. Esse relatório faz parte da nossa resistência ao genocídio. Negligência também mata. Nós, Yanomami, compreendemos isso. Também o desmatamento. Há quatro anos, nós registramos 4.400 hectares desmatados. É crime ambiental. Isso tudo é genocídio. As árvores são seres humanos também. Elas fazem parte conosco da ligação com o sistema mãe-natureza. No sistema de natureza, a gente convive, a gente comunica, a gente sonha, a gente fala e a gente considera que são seres humanos também. Os rios, animais, montanhas, subsolo para nós também são vítimas de genocídio, nessa violação do povo Yanomami e Ye'kwana. Isso é muito claro para nós, mas a sociedade não indígena precisa de provas, perícia, relatórios técnicos, relatórios comprovados. Eu vou dar um exemplo bem claro. No final do ano passado, a nossa parenta foi assassinada por arma de fogo em Boa Vista, capital de Roraima. Mas não há provas. Se alguém, a polícia militar, a perícia militar, por exemplo, tivesse examinado se ela foi realmente assassinada com arma de fogo, talvez saísse um resultado positivo. Agora, nenhuma autoridade, nenhuma polícia federal, nenhuma polícia militar, nenhum delegado está investigando se a nossa mulher Yanomami foi assassina-

da na capital. Será que a polícia federal ou o Estado brasileiro mandou investigar esse homem que matou a mulher Yanomami com arma de fogo e deixou dois filhos sofrendo? Não. Esses são os exemplos de que a gente fala. Se há exemplo, a gente aponta. Eu estou dizendo que seis Yanomami foram assassinados, que 570 crianças de 1 a 5 anos foram mortas. Mas é muito difícil provar como somos vítimas.

No Brasil, há 523 anos, nós morremos vítimas de violações, de derramamento de sangue, mulheres estupradas e assassinadas. Então, para nós, o sistema judiciário não está cumprindo a sua parte. Se houvesse um sistema legislativo, um sistema judiciário, um sistema criminal que funcionasse, muitos não indígenas seriam presos por cometer crime de genocídio, crimes que cometem com violações dos direitos dos povos originários. Quero falar um pouco disso, de como nós reconhecemos, entendemos por que as leis brasileiras existem, por que foi criada em 1988 uma Constituição Federal do Brasil. Os nossos direitos estão garantidos na Constituição. Mas, na prática, os nossos direitos não valem nada. Quem cometeu crimes contra os indígenas, se foram presos, hoje todos andam nas ruas, tomam cerveja nos bares, viajam com tranquilidade, sem ninguém perseguir, sem ninguém prender. Eu vejo assim e por isso é importante nos fortalecermos e respeitarmos a lei brasileira.

## 2 - Júlio Ye'kwana

**A**gradeço pelo convite também para falar da nossa situação na Terra Indígena Yanomami, nossa terra. O colega Dário Kopenawa comentou sobre a história da Terra Indígena Yanomami e da população que nela habita. Como Davi, nosso líder, sempre fala, nós estamos sobrevivendo nesta situação. Os próprios manos levam a doença. Não é que nós estamos adoecendo na nossa Terra Indígena Yanomami. São inocentes os povos que estão lá. Eles querem viver bem. A população quer viver bem, dentro do contexto cultural. Plantação, caça, pesca e derrubada da roça são as principais atividades nas comunidades. As invasões vêm se repetindo nos últimos anos. Nos anos 80 e 90, tivemos essa mesma invasão e Davi Kopenawa, nosso líder, lutou sozinho, para a retirada dos invasores. Eram 40.000 garimpeiros atuando naquela época. E hoje, que está se repetindo isso, nós, jovens, novas gerações, aprendemos muito como nos defender, defender nossos direitos que estão garantidos na Constituição Federal. Isso tem que ser a nossa base, é a nossa arma, nossa defesa, nós temos que defender nosso povo.

Hoje há muitas doenças nas comunidades, como a malária e contaminação dos rios, contaminação dos peixes. Isso é importante, porque é o alimento dos povos indígenas. Peixe é o principal. Não está fácil viver diante dessa destruição do meio ambiente e nos preocupa muito. Quem está hoje governando o Brasil deve ter outra visão, porque está fazendo operações, ações na TI Yanomami. Nós temos esperança de

que as comunidades voltem ao normal. Sabemos que não vai voltar ao normal, porque os rios foram contaminados e o meio ambiente foi destruído. É preciso, no mínimo, retirar os invasores para as comunidades voltarem a trabalhar normalmente, sem barulho de motores, sem perturbação. Essa é uma grande preocupação nossa hoje em dia. Há uma coisa positiva que vimos aqui, e negativa também: os profissionais da Força Nacional e do SUS, que estão atuando na área, precisam entrar com mais equipamentos, medicamentos, têm que levar mais desses remédios básicos. Por que eles estão entrando sem nada? Fazendo o diagnóstico e removendo para a cidade? Assim, a CASAI [Casa de Saúde Indígena] não fica vazia, continua cheia, é preciso melhorar isso. Queremos apoio de verdade para o nosso DSEI Yanomami, para estruturar e poder atender à população afetada nas nossas próprias comunidades. É isso que queremos.

Os povos indígenas têm História, têm relação com a natureza, nós queremos que a natureza viva para sempre. É muito forte a ligação entre a natureza e os povos indígenas. Conversamos – os não indígenas sempre falam – “através de espiritualidade”. Por isso a gente defende a floresta. São protetores sobrenaturais que protegem a floresta. Os lugares sagrados são donos da natureza. O povo Ye'kwana tem suas histórias do surgimento do mundo, surgimento da terra, das águas, das florestas, de tudo. Por isso, nós lutamos para defender a nossa floresta. O garimpo impactou muito, não somente na destruição, mas na doença. Às vezes, os jovens são aliciados, são poucos, mas com consequências mui-

to grandes. No garimpo, há muita violência, com entrada de ilícitos, abuso sexual, o que nos dá uma grande preocupação. Tudo isso impactou muito os jovens, alguns deixaram de estudar e outros saem das comunidades, mesmo que as lideranças falem contra. Nós dizemos isso aos jovens, porque eles têm dificuldade de entender o problema. Eu digo que isso impactou as cabeças dos jovens. Há também as bebidas fortes, e os jovens não voltam mais ao que eram antes, ficam agressivos. Isso vem acontecendo algumas vezes na nossa comunidade. Então, quero dizer aqui, senhores, que nós somos contra o garimpo. Muitas vezes, somos criticados por estarmos apoiando o garimpo, mas não é verdade. Dizem que são as comunidades que estão chamando o garimpo. Isso também não é verdade. Em suma, é isto que quero colocar aqui. Somos contra o garimpo e esperamos que as operações continuem, para que possamos voltar a trabalhar normalmente na nossa comunidade.

### 3 - Ivo Macuxi

Quero mandar minha saudação a todos e a todas que estão nos assistindo, principalmente, aos meus colegas, parentes Dário, Júlio, e a todos aí nos territórios, nas cidades. Eu sou Ivo Macuxi, falo de Boa Vista, Roraima, trabalho com os povos indígenas, meus parentes, como advogado, há 5 anos, mas como militante da causa desde quando eu comecei a dizer não a todo tipo de violência que, nós, povos indígenas, sofremos e continuamos sofrendo. Agradecer também pelo convite para a gente se posicionar em relação ao tema que vem sendo muito debatido hoje, que é a atual situação na Terra Indígena Yanomami. Mas quero destacar que, para os indígenas, advogados ou não, chegarem até aqui, enfrentam um caminho árduo, difícil, que nós conseguimos superar. Chegar até as telas para trazer informação, trazer as nossas vozes e ecoar, como as guerreiras costumam falar, as nossas vozes através das telas. Hoje as mídias sociais, principalmente o YouTube, é um caminho muito difícil que nos desafia cada vez mais a falar nessa linguagem a que nós não estamos acostumados. E, por isso, a gente sempre diz que, se porventura a gente escorrega nas palavras, é porque é uma segunda língua para nós. Como Macuxi, a minha língua materna é o Macuxi. Mas para passar a nossa fala, para que nós possamos, de fato, ser um pouco compreendidos e entendidos, aprendemos uma segunda língua, que é a língua portuguesa. Então, estamos aqui para trazer isso também.

De fato, as nossas vozes estão ecoando nessa resistência. A nossa língua, como Dário disse também, é uma resistência. Não é só um meio de comunicação, mas também de repassar conhecimentos e falar sobre a nossa vida. O povo Yanomami e Ye'kwana e eu, Macuxi, somos há muito tempo pessoas e jovens que vêm se apropriando desse conhecimento ocidental, do conhecimento não indígena e juntando com o conhecimento tradicional, a nossa ciência indígena, para fazer uma leitura do mundo e saber como, de fato, nós podemos continuar lutando, resistindo e levando adiante a nossa resistência. Infelizmente, a sociedade brasileira não está preparada para nos receber, para nos ouvir, muitas vezes, porque não conhece a realidade, nunca sentiu na pele o que é ser indígena, e não conhece a origem do país, como se formou e recebeu um ensinamento que foi escrito pelo invasor e aprendeu coisas que não são verdade.

Assim, trazemos hoje a nossa história. Hoje, nós, povos indígenas de Roraima, estamos mais uma vez comovidos, unidos em prol dos nossos irmãos, nossos parentes, nossos colegas, irmãos Yanomami e Ye'kwana que habitam a Terra indígena Yanomami, onde quase foram extintos, exterminados por um projeto que está aí há muitos anos, décadas, mas que encontrou um refúgio, uma força nos últimos quatro anos nas pessoas que sempre tiveram essa ideologia de acabar com os povos indígenas desse chão chamado Brasil. Somos vistos, muitas vezes, como empecilhos para o desenvolvimento nacional, como uma ameaça à soberania por

causa do nosso território, mas nós não somos nenhum tipo de ameaça. Nós não somos povos que pensamos em nos tornar Estados, mas se usam essas narrativas para enganar as pessoas, para manipular opiniões da sociedade civil, para dizer que nós é que somos os inimigos da pátria, enquanto outras pessoas é que o são. É o contrário. Foi o invasor que chegou e tentou nos dominar, nos exterminar. Nós não deixamos isso acontecer e continuamos existindo e resistindo de forma pacífica, inclusive hoje, usando as ferramentas que o colonizador trouxe, que são as instituições, são as cartas, a escrita, a Justiça, todo um sistema de organização social que nós tivemos que aprender para continuar nos defendendo. Percebemos que isso tudo foi desenhado, não para nos proteger, mas para nos dominar, perpetuar a dominação com esse genocídio em curso na Terra Yanomami que, felizmente, nós conseguimos fazer cessar porque, se houvesse uma reeleição do governo anterior, a gente nem imagina o que poderia acontecer. Não é porque nós temos um novo governo que tudo isso acabou. Não é verdade. A situação continua grave. O que não está sendo divulgado é porque ainda não conseguimos ter acesso a outras informações sobre o que está acontecendo na Terra Indígena Yanomami.

O genocídio de que se fala e que estava em curso na Terra de Yanomami é um fato. É um fato que precisa ser analisado do ponto de vista legal, para que se tenha subsídios para fundamentar as denúncias, que já foram encaminhadas, inclusive, ao Tribunal Penal Internacional, mas que possa, de fato,

ser investigado e os responsáveis identificados e colocados no banco dos réus. E são várias as autoridades que corroboraram e se organizaram para levar adiante esse plano genocida de exterminar os parentes Yanomami e outros povos indígenas, que foram usados como cobaias, inclusive, durante a pandemia. Quando foi distribuída cloroquina e os militares tinham informações, mas não tomaram as devidas providências, estavam levando adiante um projeto de extermínio. E os militares têm um papel importante, fundamental, nesses processos de extermínio de povos aqui, principalmente, na Terra Indígena Yanomami. Como é uma estrutura do Estado, poderiam, de fato, tomar alguma providência, mas não fizeram. Mas os Yanomami sempre continuaram na resistência, fazendo relatórios e denunciando a todos os poderes, aos ministérios, ao Supremo, e até à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Mas o Estado brasileiro, simplesmente, ficou inerte, sem ação. Então, o genocídio não foi cometido apenas por ações, mas por omissões deliberadas, omissões que foram feitas de forma calculada, vamos dizer assim, para que não se retirasse os garimpeiros.

O engessamento das instituições, o sucateamento da Polícia Federal, do Ibama, ICMBio e da própria Funai, para que não houvesse uma ação enérgica no combate ao garimpo na Terra Yanomami, tudo isso colaborou para esse processo que estamos vendo hoje. E muito pouco se fala dos poderes do Estado de Roraima, das autoridades que nada fizeram também, que ficam jogando a culpa na União. Não cabe apenas

à União garantir a proteção dos direitos dos povos indígenas. Cabe a todos os entes, tanto a União, como o Governo do Estado e Município, porque todos devem garantir o cumprimento da Constituição Federal. Mas também isso não fizeram. E hoje nós estamos, infelizmente, nesta situação gravíssima. Mais de 570 crianças foram mortas em decorrência de todo tipo de violência. Famílias foram assassinadas, crianças, jovens, meninas e mulheres foram violentadas. Mas quem, de fato, fez esse levantamento e onde estão os dados? O Estado fez seu papel de registrar tudo isso? Não fez! Houve um apagamento geral de informações para que o mundo não soubesse o que estava acontecendo. Mas, felizmente, hoje nós estamos vendo e, de alguma forma, as providências estão sendo adotadas, mesmo que não se resolva o problema em curto prazo, que não tenha um plano de não repetição de todas essas violências que estão acontecendo na Terra Indígena Yanomami. O garimpo foi a grande causa de tudo isso.

O garimpo teve incentivo tanto a nível do Estado como a nível Federal, por discursos, atos, ações do Poder Executivo, Poder Legislativo, do próprio Poder Judiciário que, ao não revogar e não tomar decisões para anular todos os pedidos de pesquisa e lavra mineral sobre as terras indígenas, gerou uma expectativa em todos esses garimpeiros que estão aí de forma ilegal. Então, o Estado brasileiro tem grande culpa nisso. Todos os poderes. Isso é bem claro, inclusive, nos relatórios a que nós temos acesso livre. O próprio Ministério Público Federal tem várias ações em curso na Justiça Federal.

Então, o que faltou foi vontade política por parte do Estado brasileiro de adotar essas medidas, de se cumprir a Constituição Federal. E hoje nós estamos aqui denunciando, mais uma vez, o que está acontecendo, e que é preciso uma ação urgente de retirar todos esses garimpeiros. De fato, têm diminuído com essas últimas operações na Terra Indígena para retirar os invasores. Mas é preciso ter um plano permanente de proteção à Terra Indígena e às comunidades, lideranças Yanomami, que estão sendo muito ameaçadas, inclusive, no contexto de retirada desses invasores. Os traficantes de minérios não são garimpeiros, como estamos vendo. São vários tipos de criminosos que se organizam, que encontram pessoas nas estruturas de poder do Estado, e têm essa força, têm defensores no Senado, no Congresso Nacional, no Poder Executivo e no Judiciário, e que por isso avançam sobre a Terra indígena de forma criminosa, causando todo tipo de violência e ameaçando a própria existência do povo indígena da Terra Indígena Yanomami. Isso precisa acabar e alguém precisa tomar providências e reparar todos esses danos que terão desdobramentos nas próximas décadas.

Estamos vendo agora o nascimento de muitas crianças com deformações em razão da contaminação por mercúrio, o que vai ter consequências futuras. E quem vai reparar tudo isso? Quem vai garantir que o povo Yanomami e Ye'kwana tenha um futuro saudável, um futuro sem ameaça ao território, um futuro sem ameaça às águas, à floresta, aos espíritos,

à cosmovisão? Quem vai reparar esse mundo espiritual que foi abalado, que foi violentado por essas ações? Quem vai reparar isso? Qual é o grau de dano que foi causado ao mundo Yanomami? Quem é que vai dizer isso? Nossos xamãs estão dizendo que o mundo vai cair, porque tudo isso que está acontecendo causou não só dano físico à floresta, à água e à terra, mas também ao mundo xamânico, ao mundo espiritual do povo Yanomami. E quem vai reparar isso? Como é que o Estado vai reparar isso? Isso precisa ser trazido para discussão. Para finalizar, quero dizer que estamos nos somando a essa luta, ajudando o povo Yanomami para garantir, de fato, o respeito ao seu direito de povo indígena, um direito que não é uma coisa inventada, mas é um direito que está na carta maior da lei fundamental, que é a Constituição do Brasil. Está lá, e toda a sociedade deve conhecer. Mas, quem sabe, um dia, quando a Constituição começar a ser ensinada nas escolas, quem sabe daqui a uma, duas décadas, a sociedade venha a entender o que é um indígena, o que é um Yanomami, um Ye'kwana, e para que serve garantir a proteção dos territórios? Que direito é esse? É o direito constitucional que todos nós brasileiros, conhecedores da Constituição, deveríamos respeitar e garantir esse respeito. É isso que eu trago para nós e meu muito obrigado!

## V - Conclusão

### **Genocídio Yanomami ontem e hoje: vidas em risco, resistência indígena e desafios para o futuro.**

*Karenina Vieira Andrade*

Entre fevereiro e março de 2023, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) realizou três seminários virtuais dedicados ao debate sobre a crise humanitária vivida pelos povos que vivem na Terra Indígena Yanomami (TIY). “O genocídio Yanomami ontem e hoje” contou com a participação de Marciane Rocha Ye’kwana, Alcida Ramos e Luciano Mariz Maia com mediação minha e de Elaine Moreira; “Vidas em risco: os desafios para a retomada da saúde Yanomami” contou com a participação de Paulo Basta, Clara Opoxina e Maria Stella de Castro Lobo, mediada por Felipe Tuxá com comentários de Alcida Ramos; “Vozes Yanomami, Macuxi e Ye’kwana na resistência ao genocídio” contou com a participação de Dário Yanomami, Júlio Ye’kwana e Ivo Macuxi e mediação de Ricardo Verdum. As falas dos participantes dos seminários foram reunidas nesta publicação, que se soma a um conjunto de ações da ABA em defesa dos direitos dos povos Yanomami e Ye’kwana.

Esses seminários foram uma resposta da ABA ao que ocorreu em Roraima no mês anterior. Em janeiro de 2023, o Brasil e o mundo foram confrontados com a ampla cobertu-

ra da imprensa nacional e internacional sobre a situação de calamidade vivida pelos habitantes da Terra Indígena Yanomami. Fotos de adultos e crianças reduzidos a pele e osso inundaram as redes sociais, gerando uma onda de diversos movimentos da sociedade civil em apoio aos Yanomami e Ye'kwana, bem como cobranças ao governo brasileiro por ações emergenciais que buscassem reverter a situação calamitosa vivida pelas comunidades indígenas. Entretanto, como apontam todos os colaboradores deste volume de maneira inequívoca, através de depoimentos, reflexões e dados de pesquisa, a situação vivida pelos Yanomami e Ye'kwana não é recente, tampouco desconhecida das instituições e autoridades brasileiras dos três poderes da República. Nos últimos anos, de maneira mais esparsa, a imprensa brasileira vinha noticiando a escalada de violência no interior da TIY, impulsionada pela invasão garimpeira. Documentos produzidos por associações indígenas, organizações não-governamentais que atuam na TIY e pesquisadores vinculados a diferentes instituições denunciavam sistematicamente as constantes violações de direitos dentro da terra indígena, destacando a urgência da retirada de garimpeiros ilegais, cujo número crescia a cada ano.

O que mudou, então, no cenário nacional, que levou os Yanomami às primeiras páginas dos jornais do mundo inteiro? A resposta está nos textos aqui reunidos: embora a crise ambiental e sanitária que vivem hoje os Yanomami e Ye'kwana tenha raízes históricas, os quatro últimos anos

tiveram um papel fundamental na produção do cenário de guerra na TIY. Foi somente quando o novo governo assumiu a responsabilidade de reverter a crise, com a visita do presidente recém-eleito a Roraima, que os olhos do mundo inteiro se voltaram para a TIY.

Alcida Ramos nos lembra, no início de seu texto, que, em janeiro de 2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recém-empossado para seu terceiro mandato, recebeu das mãos de Joênia Wapichana, presidente da FUNAI, o relatório *Yanomami sob ataque*, produzido em 2022 pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) e Associação Wanasseduume Ye'kwana (Seduume). A cena em que Joênia entrega o relatório a Lula, registrada pelo fotógrafo oficial do presidente e extensamente reproduzida pela mídia, ocorreu a bordo do voo que levou a comitiva presidencial a Boa Vista para acompanhar os trabalhos do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério da Saúde na gestão da crise sanitária na TIY. Na foto, sentada no avião presidencial ao lado da ministra Sônia Guajajara, Joênia entrega a Lula o relatório. Na véspera dessa viagem a Boa Vista, o Ministério da Saúde havia declarado estado de emergência de saúde pública para enfrentar a crise sanitária que assola os Yanomami e Ye'kwana. Os primeiros resgates de crianças Yanomami em estado crítico de desnutrição haviam ocorrido dias antes por técnicos da saúde. Lula concedeu uma entrevista coletiva à imprensa na porta da Casa de Saúde Indígena (CASAI) em Boa Vista, onde muitos Yanomami e Ye'kwana estavam inter-

nados, e declarou-se abalado com a situação vivida pelos indígenas, que classificou como desumana. A partir de então, nas semanas que se seguiram, o Brasil e o mundo passaram a acompanhar a situação vivida pelos Yanomami e Ye'kwana. Não resta dúvida que a presença de duas mulheres indígenas em cargos de primeiro escalão do governo federal teve um papel crucial para que, em apenas três semanas de mandato, o Estado, finalmente, assumisse sua responsabilidade de fazer cumprir os direitos constitucionais dos legítimos donos da Terra Indígena Yanomami. A presidente da FUNAI, Joênia Wapichana, e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, conheciam de perto as denúncias dos últimos anos acerca da invasão garimpeira na TIY, tendo elas mesmas atuado diretamente junto ao Ministério Público Federal em ações judiciais que visavam instar as autoridades a tomar providências, como será detalhado mais adiante. A força da presença de Lula e sua comitiva em Roraima expôs publicamente o fato de que a omissão do Estado brasileiro é a verdadeira causa do caos que se instaurou na terra indígena. Uma vez mais, a palavra que dá nome ao crime cometido contra os Yanomami e Ye'kwana voltou a fazer parte de sua história: genocídio.

## **Trinta anos da demarcação da Terra Indígena Yanomami: breve balanço histórico.**

Em 2022, foi publicado o livro “Terra Indígena Yanomami 30 anos – O Futuro é Indígena”<sup>7</sup>, organizado por Alcida Ramos, Estêvão Benfica Senra e Marcos Wesley Oliveira. Fruto da parceria entre o Instituto Socioambiental (ISA) e a Hutukara Associação Yanomami (HAY), trata-se de uma coletânea de textos de diversos autores, indígenas e não-indígenas, que fazem uma retrospectiva da história da demarcação da TIY e dos principais desafios e problemas enfrentados nas três últimas décadas, bem como apontamentos para o futuro. No texto de apresentação do livro, Alcida comenta sobre o gosto amargo da comemoração da data, diante da situação hoje vivida na TIY.

Na presente coletânea, Maria Stella Lobo e Alcida Ramos rememoram o trabalho da saúde nos anos 1990, antes mesmo da demarcação da TIY, que fez parte das ações do Estado brasileiro para reverter os efeitos da corrida do ouro que levou 40.000 garimpeiros ilegais a invadir a TIY no fim da década de 1980. Stella Lobo fez um resumo dos principais pontos do Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami (PEASY), enfatizando os princípios norteadores do modelo de atendimento desenhado à época, que inspiraria mais tarde a atuação exitosa da ONG URIHI Saúde Yanomami a partir

---

7 RAMOS, A. R., SENRA, E.B. & OLIVEIRA, W. (orgs.). *Terra Indígena Yanomami 30 anos: o futuro é indígena*. São Paulo: ISA/HAY, 2022.

do final dos anos 1990. A descentralização do atendimento, a criação de equipes volantes que levavam atendimento às comunidades, reduzindo drasticamente a necessidade de remoção de pessoas para a cidade; a participação social; a parceria com ONGs (Médicos sem Fronteiras, missões católicas e a Comissão para Criação do Parque Yanomami - CCPY), o treinamento técnico e cultural, com a mediação de antropólogos que conheciam a realidade indígena, são alguns dos fatores citados por Stella Lobo como fundamentais para o êxito que o plano emergencial obteve. Tudo isso aliado às operações de retirada dos garimpeiros ilegais, no âmbito da Operação Selva Livre, como relembra também em seu texto o médico pesquisador Paulo Basta.

Ao longo da década de 1990, após o plano emergencial de atendimento, operações de desintrusão da TIY e a reestruturação do sistema de saúde, seguiu-se um período de relativa calma, como chamou a atenção Paulo Basta, e melhora nos indicadores de saúde dos indígenas, com o consequente crescimento populacional. A malária foi controlada, especialmente nos anos em que o atendimento de saúde esteve a cargo da URIHI, chegando à erradicação em algumas regiões da TIY. Quando iniciei minha pesquisa etnográfica junto ao povo Ye'kwana, em 2005, a região de Auaris não registrava nenhum caso de morte por malária há cinco anos; os poucos registros de pessoas doentes eram de visitantes vindos da Venezuela ou viajantes que retornavam depois de uma temporada fora de Auaris. Com a busca ativa efetuada

com frequência e regularidade, os doentes eram rapidamente tratados, mantendo Auaris livre da doença. A região do Paapiú também teria permanecido livre do garimpo por cerca de 20 anos, embora os dados da pesquisa sobre contaminação de mercúrio na população local, como mostra Paulo Basta, apontem que, em 2014, 7% da população do Paapiú ainda apresentava altos índices de contaminação, o que nos dá a dimensão da tarefa necessária para garantir a recuperação da saúde das pessoas e da floresta nos próximos anos.

O texto de Marciane Rocha Ye'kwana nos traz o depoimento de quem nasceu nesse contexto de relativa tranquilidade, em que os relatos sobre os horrores das epidemias e violência vividas, resultantes da invasão garimpeira, compunham memórias sobre o passado. Embora a presença do garimpo não tenha sido totalmente erradicada, ao longo dos anos 2000-2010, ela se restringia a pequenas áreas e operações de fiscalização e controle da terra indígena que retiravam os invasores. Ainda que estes sempre retornassem, a extensão dos garimpos não chegava nem de longe à magnitude que alcançou nos últimos quatro anos. Estima-se que, em 2022, havia 20.000 garimpeiros ilegais na TIY. Como Paulo Basta e Stella Lobo apontam em seus textos, embora o número de invasores fosse menor que nos anos 1990, o estrago causado por eles atingiu escala industrial, uma vez que o garimpo passou a utilizar maquinário pesado, revolvendo o leito dos rios dia e noite, jogando gigantescas quantidades de mercúrio no meio-ambiente. Os dados apresentados

por Paulo Basta documentam a extensão da contaminação por mercúrio que atinge pessoas, rios e peixes, espalhando-se também na forma de chuvas que levam para longe dos garimpos a fumaça de mercúrio que resulta da queima do ouro.

Nos últimos anos, a situação se agravou intensamente. Paulo Basta data a explosão do garimpo em 2019 e, já no ano seguinte, observa um salto nos indicadores de malária 87 vezes maior do que nos quatro anos anteriores, incluindo a forma mais grave da doença, que tem alta letalidade. Com a interrupção das operações de retirada dos garimpeiros a partir de 2019, no governo Bolsonaro, os garimpos cresceram assustadoramente. Enquanto as operações de retirada eram suspensas, o atendimento à saúde se deteriorava: falta de medicamentos e de profissionais, além do fechamento de postos de atendimento em áreas de garimpo por falta de segurança das equipes médicas. Clara Opoxina acompanhou de perto o retorno do garimpo ao longo de sua atuação como enfermeira na última década, destacando que, mesmo as comunidades mais afastadas dos garimpos, passaram a ser seriamente afetadas. Com a pandemia de COVID-19 e a suspensão da autorização para a entrada na área indígena de profissionais de saúde e pesquisadores, tornou-se ainda mais difícil obter informações que pudessem respaldar as denúncias. Recaiu sobre os próprios indígenas a árdua tarefa de contar seus doentes e mortos, não apenas pela nova epidemia, mas por todas as demais violências perpetradas pelos invasores. Malária, desnutrição infantil crônica, doenças

respiratórias, assassinatos, estupro de mulheres e crianças, aliamento de jovens para o trabalho no garimpo... a lista de horrores é longa e amplamente conhecida. Como já mencionado, relatórios importantes foram produzidos nos últimos três anos, a partir de trabalho fundamental das associações indígenas e de seus parceiros, tais como o Instituto Socioambiental e a Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana. Além das denúncias e publicações, a justiça foi acionada diversas vezes ao longo dos últimos anos.

Deborah Duprat, advogada e subprocuradora geral da república, aposentada, em seu texto na já mencionada coletânea em comemoração aos 30 anos da demarcação da TIY, faz um balanço das ações judiciais envolvendo os Yanomami no passado e também no contexto mais recente<sup>8</sup>. Em 2017, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma Ação Civil Pública para determinar que a FUNAI e a União reativassem três bases de Proteção Etnoambiental na terra indígena; em 2020, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Clínica de Direitos Fundamentais da UERJ e seis partidos políticos levaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) com o propósito de assegurar medidas de proteção aos povos indígenas no contexto da pandemia de COVID-19, sendo os Yanomami especificamente mencionados na ação e também na apreciação do relator, Ministro Roberto Barroso,

---

8 DUPRAT, D. “Os Yanomami e os espaços institucionais de Justiça – de 1989 aos dias atuais”. In: RAMOS, A. R., SENRA, E.B. & OLIVEIRA, W. (orgs.). *Terra Indígena Yanomami 30 anos - o futuro é indígena*. São Paulo: ISA/HAY, 2022.

que explicitamente vincula o garimpo ilegal na TIY à situação de emergência sanitária vivida por seus habitantes. Ainda em 2020, o MPF propôs uma Ação Civil Pública para que a União, FUNAI, IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) apresentassem um plano emergencial de ações para o monitoramento efetivo da TIY, especialmente, no combate aos crimes ambientais e à extrusão de invasores, considerando o cenário pandêmico. Já em 2022, o MPF apresentou à Justiça Federal um pedido para obrigar a União a retomar as ações de proteção e operações policiais contra o garimpo, com base nas denúncias do relatório produzido pelas associações indígenas. Duprat aponta ainda as medidas cautelares de 2021, concedidas pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, suspendendo os efeitos da Lei 1.453/2021 de Roraima, que dispunha sobre o licenciamento de lavra garimpeira no estado; a medida cautelar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) de 2020 em favor dos povos Yanomami e Ye'kwana, apontando a presença de 20 mil garimpeiros ilegais como vetores importantes na transmissão de COVID-19; em 2022, a mesma CIDH solicitou à Corte Interamericana de Direitos Humanos que outorgasse medidas provisórias em favor dos direitos à vida, integridade pessoal e saúde desses povos. Por fim, destaca-se ainda o pedido de exame preliminar de genocídio e crimes contra a humanidade praticados pelo então Presidente Jair Messias Bolsonaro contra os povos indígenas do Brasil, encaminhado pela APIB ao procurador que atua junto

ao Tribunal Penal Internacional. Na denúncia, há um capítulo sobre morte, destruição e garimpo na TIY (Duprat, 2022).

As denúncias sobre os crimes que vinham sendo cometidos na TIY, portanto, eram, como já afirmei, amplamente conhecidas pelas autoridades brasileiras. Não apenas os relatórios e documentos produzidos pelas associações indígenas e seus parceiros, mas também um conjunto de ações judiciais apresentaram as denúncias, com reunião de provas do genocídio em curso. Por tudo isso, Luciano Mariz Maia destaca em seu texto a gravidade da situação atual, com tipificação legal de genocídio, apontando, de um lado, a omissão e inação do Estado e, de outro, a ação deliberada que retirou ou enfraqueceu as estruturas de proteção da TIY e sua população, incluindo perseguição ou desautorização de servidores públicos que nelas atuam.

### **Perspectivas futuras**

Em seu texto, Alcida Ramos menciona que, na coletânea comemorativa dos 30 anos de demarcação da TIY, o pesquisador Maurice Seiji Tomioka descreve os Yanomami como “o povo do movimento”. São movimentos, cuidadosamente calculados, que constituem um modo de se relacionar com a floresta, algo próximo ao que nós, os brancos, chamamos de manejo. O arqueólogo Eduardo Neves<sup>9</sup>, que desenvolve pesquisas na Amazônia há quase três décadas, estima que até

---

9 NEVES, E. G. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu/EdUSP, 2022.

10 milhões de pessoas viviam na região há cerca de oito mil anos, compondo um panorama de grande diversidade em modos de vida que modificaram a floresta aproveitando as características naturais da região. Expressões como “floresta virgem” e “vazio demográfico” são imagens comumente acionadas no discurso colonialista que enxerga a Amazônia como fonte de riquezas a ser explorada, sendo a invasão garimpeira, possivelmente, a sua face mais perversa. Longe de ser uma floresta virgem, a Amazônia talvez possa ser melhor descrita como uma grande roça ou jardim, milenarmente cultivada pelas mãos e sabedoria dos povos que nela viviam e vivem ancestralmente. Esse modo de lidar com a Terra e o território, uma relação profunda que constitui o Bem-Viver de que nos fala Paulo Basta, é incompreensível para os brancos, cujo mundo está assentado em premissas radicalmente distintas daquelas dos mundos indígenas. Júlio Ye’kwana nos fala dessa profunda ligação com a natureza, dos lugares sagrados e de seus “donos”, seres primordiais que habitam a floresta desde o surgimento do mundo e com os quais convivem os povos Ye’kwana e Yanomami. Aprender a respeitar essa miríade de habitantes da floresta e respeitar a própria Mãe Terra é parte da sabedoria ancestral transmitida oralmente de geração a geração. Os depoimentos de Júlio Ye’kwana, Marciane Rocha e Dário Yanomami nos alertam sobre o que está em jogo diante da situação criminosa que assola a TIY: o colapso do mundo, a queda do céu. Ivo Macuxi nos provoca com a pergunta: quem vai reparar a destruição

do mundo Yanomami e Ye'kwana? A TIY hoje tornou-se a epítome da rapacidade do capitalismo predatório e dos preconceitos amplamente enraizados sobre os povos indígenas, como bem destaca Luciano Mariz Maia.

Num tocante texto publicado no jornal *Folha de São Paulo* com o sugestivo título “Precisamos falar sobre a beleza dos Yanomamis”, Dário Kopenawa e Estêvão Senra<sup>10</sup> rebatem os argumentos de quem aponta os indígenas como responsáveis pela crise que ora enfrentam, uma vez que a suposta ineficiência de seus sistemas produtivos seria a real causa da escassez de alimentos. Somente quem nunca pisou o chão da TIY pode afirmar algo tão equivocado. Nós, pesquisadores e profissionais não indígenas, que tivemos o privilégio de conhecer de perto a exuberância daquele pedaço do grande jardim amazônico, cultivado sabiamente pelas mãos Yanomami e Ye'kwana, podemos atestar a falácia do argumento. É radical o contraste entre as imagens das áreas da terra indígena destruídas pelo garimpo e as regiões distantes dele. Trabalhando em Auaris há quase duas décadas, carrego comigo as imagens do passado, anterior ao caos: são lembranças da fartura de frutas sazonais a cada estação do ano, dos cheiros e das cores que cada uma traz; a abundância das roças Ye'kwana, com sua enorme variedade de bananas, pimentas e mandioca que até então eu desconhecia. A fila de crianças bem-nutridas no posto de saúde da aldeia, banha-

---

10 Yanomami, D. K. & SENRA, E. B. “Precisamos falar sobre a beleza Yanomami”. *Folha de São Paulo*, 08 de fevereiro de 2023.

das e esplendidamente pintadas com urucum, levadas por suas mães em dia de vacinação. A quantidade de panelas de comida trazidas pelas mulheres às refeições coletivas na casa comunal em dia de festa, que geravam chistes e piadas intermináveis, uma vez que só é permitido aos homens, empanturrados, se levantarem da mesa quando todas as panelas estiverem vazias. A infindável lista de “remédios do mato”. Não posso deixar de mencionar a reação da jovem antropóloga Viviane Ye’kwana, quando assistíamos em minha casa na cidade a uma reportagem sobre as propriedades medicinais da “unha-de-gato” (*Uncaria tomentosa*) sendo estudadas por diversos pesquisadores. A planta é nativa da América Central e do Sul, é abundante em Auaris e utilizada pelas mulheres Ye’kwana para tratar de várias doenças. Com certa ironia, Viviane riu da reportagem, como se dissesse: bastava ter-nos perguntado!

Kopenawa e Senra, no texto da *Folha de São Paulo*, dizem que, em meio à tragédia, não se pode perder de vista a beleza desse povo. A beleza dos corpos finamente ornamentados nas festas, a beleza exuberante da floresta, a beleza das línguas e de seus cantos, a beleza das crianças que sabem nomear uma infinidade de flores e abelhas e suas qualidades. Clara Oporina nos conta que, nas muitas aldeias por onde tem andado na tarefa hercúlea de tratar os males que o garimpo trouxe, ouve repetidamente dos Yanomami que agora já não querem mais falar de tragédia, é hora de construir o futuro. Futuro que é indígena, nos diz o subtítulo

da coletânea publicada na comemoração dos 30 anos da TIY. Em meio ao caos, diz Clara, os Yanomami não perderam a capacidade de rir. Resistindo à presença dos brancos há mais de cinco séculos, os Yanomami e Ye'kwana desejam continuar a fazer seus mundos existirem. Essa existência, como afirma Ivo Macuxi, não pode ser tida como uma ameaça aos brancos. A resistência hoje é pacífica, usando as armas dos brancos, a escrita, a justiça, Ivo nos diz. Os jovens indígenas, cujos textos compõem esta coletânea, são exemplos disso. Sem perder as marcas de seus modos próprios de pensar, manejam a escrita sem o compromisso que nós, acadêmicos, temos com conceitos e teorias que acabam, por vezes, funcionando como subterfúgios para enfrentar o que estes jovens indígenas aqui destacam: a ameaça que paira sobre seus mundos.

Urge que o Estado brasileiro leve adiante um plano de ação continuada que assegure que a Terra Indígena Yanomami seja ocupada, exclusivamente, por aqueles que têm o direito a ela garantido constitucionalmente. Nesta coletânea, estão reunidos depoimentos e análises que destacam a importância de escutar especialistas indígenas e não-indígenas no processo de construção de tais ações. A experiência dos que vivem na TIY e dos pesquisadores e profissionais que nela trabalham, alguns dos quais atuaram em décadas anteriores num cenário semelhante ao que temos agora, é fundamental para que se obtenha êxito. O combate ao garimpo ilegal e a desintrusão total da TIY é a tarefa primeira a ser realizada.

Uma vez assegurada a proteção de seu território, os Yanomami e Ye'kwana reconstruirão uma vez mais seus jardins e suas roças, como vêm fazendo há milênios. A resiliência dos povos da floresta é uma das grandes lições, dentre tantas, que temos a aprender com eles. Seus sofisticados sistemas de conhecimento não estão em livros, mas nas pessoas, que precisam de corpos fortes e saudáveis para continuar a viver em seus mundos de beleza exuberante. A força e a saúde de que precisam vêm não apenas de nossas vacinas e remédios que, sem dúvida, são fundamentais para tratar as doenças que nosso mundo lhes impingiu. A força e a saúde de que precisam vêm, sobretudo, da floresta, das roças, dos igarapés, dos “donos” dos lugares cuja sabedoria ancestral eles sabem escutar e respeitar, algo que nós, os brancos, precisamos praticar.



## Pós-escrito

*Karenina Vieira Andrade  
Alcida Rita Ramos*

Mais de um ano depois da visita espetaculosa do recém empossado Presidente da República e seu vistoso séquito a Boa Vista e a promessa oficial de acabar com os problemas que assolavam os Yanomami, temos, nos primeiros meses de 2024, a devastadora notícia da morte, no ano anterior, de mais de 360 Yanomami, a maioria crianças sofrendo de desnutrição aguda e outras moléstias perfeitamente evitáveis e curáveis. Corre-se mesmo o risco de haver uma geração inteira perdida de Yanomami e Ye'kwana pela mortalidade infantil absurdamente alta.

Já em fevereiro de 2024, exatamente um ano após o governo brasileiro ter declarado situação de emergência sanitária, a Terra Indígena Yanomami voltava às manchetes dos jornais nacionais e internacionais. Houve um aumento de 6% de mortes em relação ao ano anterior. Em autodefesa diante de dados tão catastróficos, o governo argumentou que houvera subnotificação do número de mortes antes da posse no novo presidente. Sim, houve subnotificação criminosa no governo anterior, mas comparemos esses dados com os da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, no mesmo período: com 413.486 habitantes (Censo IBGE 2022), a capital teve, em 2023, um total de 3.079 mortes, ou 0,74% de sua

população, enquanto os óbitos na Terra Indígena Yanomami chegaram a 1,33% numa população que o mesmo censo calculou em 27.152 pessoas. Como explicar isso, depois que o governo gastou um bilhão de reais em ações emergenciais que mobilizaram cerca de dois mil profissionais de saúde?

O fracasso da “emergência” era tão evidente que, em novembro de 2023, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Luís Roberto Barroso, determinou que o governo federal adotasse todas as medidas necessárias para garantir a distribuição de alimentos aos Yanomami e Ye’kwana, dada a evidente incompetência do governo em fornecer cestas básicas às regiões mais críticas. Embora os alertas de novas áreas desmatadas tenham, aparentemente, diminuído em 81%, não só ainda havia garimpeiros na TIY, como outros voltavam a ocupar os mesmos locais que já haviam desmatado, provocando, mais uma vez, epidemias de malária pela população indígena, como este livro expõe à exaustão.

O narcogarimpo prospera depois do susto da tentativa de desintrusão pelas ações policiais que, afinal, se serviram largamente do erário público para muito pouco resultado. Um bilhão de reais e centenas de mortes Yanomami depois, volta ao palco a política pública ditada de cima para baixo, refratária ao conhecimento daqueles que adquiriram seu indiscutível know how no combate à malária e outras mazelas alienígenas, depois de décadas tratando pacientes indígenas nas suas próprias aldeias. Mais uma vez, a velha máxima

francesa mostra a sua universalidade: quanto mais se muda, mais é a mesma coisa.

O que Paulo Basta descreve neste volume e nos alerta sobre o grande perigo de contaminação por mercúrio agora é fato consumado e objeto de manchetes nacionais e internacionais: crianças indígenas contaminadas cuja capacidade cognitiva parece estar seriamente comprometida.

Não é difícil entender a raiz do problema: os textos aqui reunidos, produzidos há cerca de um ano por indígenas e profissionais com larga experiência de trabalho na TIY, bem como os relatórios anteriormente elaborados pelas associações indígenas, apontam com clareza as medidas necessárias para reverter essa situação tão calamitosa. O que temos visto nos últimos 12 meses, entretanto, leva-nos a crer que até pode haver vontade política para solucionar a crise sanitária Yanomami. Como ela afeta a credibilidade do governo, este, um tanto acuado, gasta vultosas somas de dinheiro em ações que, no entanto, têm sido basicamente ineficazes. Tal inépcia resulta da falta de coordenação das ações governamentais e da insistência na contratação de profissionais de saúde francamente inexperientes no atendimento adequado à realidade indígena. Some-se a isso a falta de fiscalização permanente do território yanomami e algo que se parece com intimidação (para dar o benefício da dúvida) no que toca a expulsão do garimpo ilegal, hoje foco de interesse de truculentas organizações criminosas e poderosas corporações da informática. Para sanar a crise não basta prometer, como

fez o Presidente numa reunião ministerial em 2024, tratar a “questão yanomami como uma questão de Estado”. É preciso mais do que gestos grandiosos e somas abundantes. É preciso aprender a lidar com um mundo indígena alheio à burocratização e à estatização na tomada de decisões. É preciso saber respeitar outros mundos que não se alinham com as razões nem de Estado, nem de Mercado.

Abril, 2024

## Autoras e Autores

**Alcida Rita Ramos.** Professora Emérita da Universidade de Brasília e Pesquisadora Sênior do CNPq. Trabalhou junto ao Yanomami (1968-1992). É autora de uma centena de artigos e de livros, dentre os quais, *Sanumá Memories: An Ethnography in Times of Crisis* (1995) e *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil* (1998), ambos pela University of Wisconsin Press. (E-mail: [alcidaritamos@gmail.com](mailto:alcidaritamos@gmail.com))

**Clara Opoxina.** É enfermeira e atua no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kwana (DSEIYY). (E-mail:

**Dário Kopenawa Yanomami.** Nasceu na comunidade Watoriki (Demini), Terra Indígena Yanomami, é Vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami e aluno do Curso de Gestão Territorial na Universidade Federal de Roraima.

**Ivo Macuxi.** Nasceu na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR), é advogado e assessor jurídico do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Integra uma rede de advogados indígenas e é membro da Comissão de Defesa dos direitos dos povos indígenas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados (OAB). (E-mail: [dariokopenawa@yahoo.com.br](mailto:dariokopenawa@yahoo.com.br))

**Júlio Ye'kwana.** É do povo Ye'kwana e nasceu na comunidade Fuduwaaduinha, região de Auaris, na Terra Indígena Yanomami. Presidente da Associação Wanasseduume Ye'kwana e Bacharel em Gestão Territorial pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: [davidyekuana@gmail.com](mailto:davidyekuana@gmail.com))

**Karenina Vieira Andrade.** Antropóloga e professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve pesquisa etnográfica com o povo Ye'kwana desde 2005. Junto à linguista Isabella Coutinho Costa, atuou no programa Saberes Indígenas na Escola nas escolas ye'kwana da TIY e colaborou no desenvolvimento do Dicionário Enciclopédico Multimídia da Língua Ye'kwana, financiado pela UNESCO/Museu do Índio. (E-mail: karenina@ufmg.br).

**Luciano Mariz Maia.** Jurista, Mestre em Direito pela University of London e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. É subprocurador-geral da República (MPF) e professor da Universidade Federal da Paraíba. Ao longo de sua carreira, tem atuado na defesa dos direitos humanos, enfrentamento à tortura, racismo e discriminação, direitos das minorias e dos povos indígenas. Junto aos procuradores Carlos Frederico Santos e Franklin Rodrigues da Costa, apresentou à justiça federal a denúncia que levou à condenação de cinco garimpeiros por crime de genocídio no caso que ficou conhecido como o massacre do Haximu, ocorrido em 1993, em que 16 Yanomami, dentre homens, mulheres e crianças, foram brutalmente assassinados. (E-mail: lucianomaia@mpf.mp.br, lucianomarizmaia@uol.com.br)

**Marciane Rocha.** É do povo Ye'kwana e nasceu na comunidade Fuduwaaduinha, região de Auaris, na Terra Indígena Yanomami. É aluna do curso de Antropologia na Universidade Federal de Minas Gerais. (E-mail: marcianerocha75@gmail.com)

**Maria Stella Lobo.** Médica – IESC/UFRJ. Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ (1985), mestrado em Saúde Pública-Epidemiologia pela ENSP/Fiocruz (1996),

doutorado em Engenharia de Produção - Pesquisa Operacional pela COPPE/ UFRJ (2010). Aposentada pela UFRJ, mantém atividades acadêmicas como pesquisadora voluntária no Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - IESC/UFRJ e como consultora independente. Tem experiência na área de Epidemiologia, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento e gestão de sistemas e serviços de saúde, hospitais de ensino, economia da saúde, saúde indígena, abordagens sistêmicas, análise envoltória de dados e modelos de sistemas viáveis. (E-mail: stella.lopez1@gmail.com)

**Paulo Cesar Basta.** Médico sanitário, Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. Foi médico sanitário da Comissão Pro Yanomami (CCPY), do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e atuou como médico no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami. É pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) e docente do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia em Saúde Pública (PPGESP) da ENSP/Fiocruz. Coordena e desenvolve pesquisas que se dedicam à saúde, aos direitos e à promoção da cultura dos povos indígenas no Brasil há mais de 20 anos, com pesquisas no campo da vigilância de doenças transmissíveis. (E-mail: paulobasta@gmail.com)

Livro publicado em coedição pela Editora Ineaf/UFPA e ABA Publicações no ano de 2024. Miolo em papel offset 90g, capa em papel Couchê fosco 300g, com lombada impressa. Fonte Calibri, corpo 12/18.

**“Quando o garimpo destrói a floresta, ele destrói nosso modo de viver. (...) Queremos apenas viver em paz no nosso território. Vocês, brancos, precisam ouvir nossas palavras, saber o que está acontecendo conosco.”**

*Marciane Rocha*